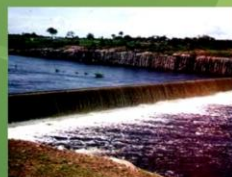
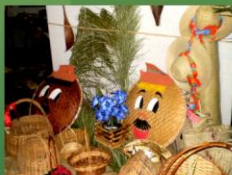


PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, ou seja, ao conjunto de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida”¹

Território Bacia do Jacuípe, 2010.

¹ José Eli da Veiga, In: Desenvolvimento Territorial na Bahia: uma política articulada MDA, 2005.

CODES – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE

Plenária Territorial: espaço permanente de encontro, articulação e discussão sobre as temáticas relativas ao PTDS. É composto pelos representantes do poder público municipal e das organizações da sociedade civil:

a) Poder Público Municipal

Prefeito	Município
Adeil Figuerêdo Pereira	Serra Preta
Antonio Cedraz Carneiro	Mairi
Antonio Diomário Gomes de Sá	Ipirá
Antonio Roquildes Vilas Boas Pereira	São José do Jacuípe
Benvinda de Oliveira Silva	Gavião
Claudinei Xavier Novato	Capela do Alto Alegre
Eliezer Costa de Oliveira	Quixabeira
Gilvan Rios da Silva	Baixa Grande
Hildefonso Vitório dos Santos	Pé de Serra
Lauro falcão Carneiro	Riachão do Jacuípe
Lourival Souza Filho	Várzea da Roça
Manoel Santos de Oliveira	Nova Fátima
Paulo José Ferreira	Várzea do Poço
Valcyr Almeida Rios	Pintadas

b) Sociedade Civil

- Arco Sertão
- Associação Comercial e Empresarial de Ipirá – ACEI
- Associação dos Pequenos produtores Rurais de Jitirana – Várzea do Poço
- Associação dos Caprinocultores de Leite – CAPRILEITE – Capela do Alto Alegre
- Associação dos pequenos produtores de Jaboticaba – Quixabeira
- Associação Comunitária e Cultural Itatiaia FM
- Associação das Entidades para o Desenvolvimento Sustentável de Pintadas – Rede Pintadas
- Associação Cultural Desabafo – Capela do Alto Alegre
- Centro Comunitário de Serviços de Pintadas – CCSP
- Companhia de Artes Cênicas Rheluz
- Cooperativa Agropecuária de Capela do Alto Alegre – COCAL
- Cooperativa Agroindustrial de Pintadas – Pintadas
- Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas – SICOOB Sertão
- Cooperativa de Crédito Rural de Baixa Grande – SICOOB Grande
- Cooperativa de Desenvolvimento Agropecuário Ipiraense – COODAPI
- Cooperativa de Nova Fátima – COOPERFÁTIMA
- Cooperativa de Produção do Vale do Jacuípe – COOLVALE – Riachão do Jacuípe
- Federação das Associações de Baixa Grande – Baixa Grande

- Movimento de Organização Comunitária – MOC
- Organização Cultural Mãe Douro
- Pólo Sindical do Vale do Jacuípe
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baixa Grande
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela do Alto Alegre
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gavião
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipirá
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mairi
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Fátima
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão do Jacuípe
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Jacuípe
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Preta
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea do Poço
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea da Roça
- União das Associações de Várzea da Roça – UNAVAR
- União das Associações Comunitárias de Capela do Alto Alegre – UMA

Conselho Administrativo

a) Representantes do Poder Público:

Valcyr Almeida Rios

Claudinei Xavier Novato

Eliezer Costa de Oliveira

b) Representantes da Sociedade Civil:

Eleneide Alves Cordeiro

Odiley Oliveira Lima

Teodomiro Paulo Q. Souza

Conselho Fiscal

Julita Trindade de Almeida

Pedro Roque Carneiro Neto

Patrícia Jesus da Silva

Adelson Carneiro da Silva

Manoel Santos de Oliveira

Paulo José Ferreira

Coordenadores dos GTs

Carlos Alberto da Silva Almeida – Educação

Cleidenea Bastos de Almeida – Mulheres

Iuri José Souza de Siqueira – Esporte e Lazer

José Rocha Trindade e Maria Ivaneuza Sales – Assistência Social

Juarez de Oliveira Sena e Marcio A. Pomponet – Agricultura

Rogério Epifânio de Almeida – Saúde

Vandelson Gonçalves da Silva – Cultura

Secretário Executivo – Articulador Territorial

Matteus Guimarães Martins

Articulador Territorial Estadual

Ivan Leite fontes

Sistematização

Ildes Ferreira de Oliveira

Colaboração

Alessandro Vigilante, Vandelson Gonçalves da Silva, Elton Alves Sampaio, Ronaldo Carlos B. Leite

Participação

Abelardo Almeida Pacheco, Abimael Passos Santos, Ademário Carneiro Coelho, Adeval F. Pedreira, Adriana Bispo da Silva Adriano Silva Souza, Aelson de Oliveira Almeida, Agenildo S. de Lima, Aislam de Campos Leal, Aldo Araújo Mendes, Alessandro Perreira Cunha, Ana Leia Silva de Carvalho, Ana Rita Carneiro Cordeiro, Ana Rita Rios de O. Mascarenhas, Anaelma Assis da Silva, Anailde de Nery Gomes, Anailza Carneiro, Andrea Cerqueira Santos, Antônio Charles Carneiro, Antonio Lopes, Antonio R. Menezes Sampaio, Antonio Raimundo Menezes Sampaio, Antonio Robson A. de Jesus, Armando Nascimento da Silva, Augusto Martins de S. Filho, Braquistone Vagno S. de Santana, Candido Luis Soares, Candido Luis Soares, Celio Ferreira de Araujo, Carlos Eduardo S. Nogueira, Celso Santos da Silva, Chacauana Araujo dos Santos, Danyele Lima Cavalcanti, Ciomaria Rosa Alves Barros, Ciro Tavares Florence, Claudivan Almeida da Silva, Cleidenalva Lima Oliveira, Cleidinalva Lima de Oliveira, Crispiniana de Santos Rios, Daniele Lima Sampaio, Danielle Ferreira Oliveira, Danillo Santos Sales Rios, Darilda C. Fagundes, Deborah Maria Araujo Feitosa, Delfino Rodrigues de Oliveira, Delman Mota Melo, Dirce Gomes de

Almeida, Edelmir Barreto Lima, Eden Santos de Castro, Edgar Miranda, Edileuza Matos de Lima, Edileuza Oliveiras Farias, Edinailda de Oliveira, Edinalva de Oliveira, Edivaldo N. de Jesus, Edmundo Pedreira de Oliveira, Edna Almeida R. Cerqueira, Edna Paula de O. Cerqueira, Ednalva Carneiro da S. Mendes, Edneusa Gomes da Silva, Edsônia Moreira de Lima, Edvone da Silva Carneiro, Eleneide Alves Cordeiro, Elias de Oliveira Rios, Elineuza Maria Gomes, Elisangela M. Almeida, Elisangela Moreira de Almeida, Elisangela Oliveira Almeida, Elma Silene Gomes de Lima, Elma Silene Gomes de Lima, Ênio Santos de Lima, Eriedson Ferreira da Cunha, Erisvaldo Oliveira de Andrade, Evandilza Rios Miranda, Everaldo Oliveira, Fabiano Santos Cerqueira, Fagner Moreira Lima, Fernanda do C. Almeida, Fernando Macedo Lima Souza, Floriano de Oliveira Rios, Geane Mendes Nunes, Geci Barreto Rios, Gerinelson Lima Gonçalves, Gerivaldo Araujo Santana, Gidailma Santos de Souza, Gilberto Souza, Gildeane dos Santos Mota, Gilney S. Sampaio, Gilvam Mendes de Aragão, Gilvanio F. Santos, Giomara Carneiro da Silva, Gleydson Freitas, Helenice Machado de Melo, Henrique Almeida Rios, Inaldo Carneiro, Inaldo Carneiro da Silva, Iolanda de Lima Ramos, Iracema Lima dos Santos, Irailma O. da Silva, Iremar Moreira da Silva, Irenilde Rios de Almeida, Irlanda Figueredo Rios, Isaías Junior dos Reis Silva, Jasiclei Pacheco da Silva, Jazon Padro Maciel, Jesuita S. Rios Lima, Jesuita S. Rios Lima, Joanita Souza Rios de Sena, João Batista R. da Silva Santos, João dos Santos Reis, Joilma Reis Rios, José Bonifacio Pereira da Silva, José Raimundo S. Reis, Joseane Rocha Trindade, Julieta T. de A. Gonçalves, Julita Trindade de Almeida, Juraci Santos Cunha, Jurandy Silva Almeida Laura Silva de Oliveira, Juvanildo Mascarenhas, Laertte Oliveira Souza, Laura Silva de Oliveira, Lauriano Santos de Oliveira, Leandro da Silva Mendes, Lucélia Moura Santos, Lucélia Souza Silva Santos, Luciano da Silva Santos, Luciano R. Brito Costa, Luciene Silva Cotias, Ludimila Gomes Souza, Manuela A. Lima, Marcelo Ferreira dos Santos, Marcio Wellington O. do Nascimento, Marco Antônio Correa, Marcos Augusto C. Lima, Marcos Cerqueira Santos, Margarida Maria Lucio Teixeira, Maria Angelica S. Alves, Maria Aparecida S. Gregorio, Maria Claudia dos S. Santana, Maria Claudia dos S. Santana, Maria da Conceição F. Oliveira, Maria da Gloria Jesus Andrade, Maria Dalva S. dos Santos, Maria Ernestina de N. Neta, Maria Isabel Borges da Silva, Maria Ivaneide dos Santos, Maria Ivaneuza A. Sales, Maria Nilza Nunes, Maria Paula S. Santo Rios, Maria Quitéria de Oliveira, Maria Raimunda, Marilane Alves de Jesus, Marisa S. Almeida, Marlene Oliveira Almeida Rios, Maurício Ferreira, Melka Mendes, Michelle Rios Lopes, Miranilde Rios da Silva, Nayara Cunha da Silva, Neliane Santos Rios, Neljamira S. Oliveira, Nelma Silva V. Santana, Nereide Segala, Nilton de O. Pereira, Noilsa Cristina Almeida, Nolivaldo de Souza Santos, Normaleide da Silva Oliveira, Normeide A. F. Carneiro, Normelita da Silva, Nubia Leite Rios, Odete Queiroz da Cunha, Patrícia Jesus da Silva, Paula Luciana Sampaio Santos, Paulo Marcos, Pedro Jose V. de Santana, Pedro Lima Neto, Petrucio P. Bandeira,

Rafael Prado Gonçalves, Raquel de O. S. Lopes, Reinaldo Lobo Souza, Reinivan dos Reis Cerqueira, Renaldo Vagner de Almeida, Roberto Silva Fernandes, Ronaldo da Silva Rios, Ronaldo Lima Carneiro, Roque Oliveira Nascimento, Rosa Virginia Rios de Oliveira, Rosângela Adorno Carneiro, Rosangela Oliveira de Cerqueira, Rose Meire Dias Mercês, Roseane Rodrigues da Silva, Rubens dos Santos França, Samuel Santana de Matos, Sandro Hadyme Costa Sampaio, Sandro Sérgio A. Santos, Sara Silva Souza, Selma Glória de Jesus, Sheila Cristina Duque da Silva, Silvana da S. Ferreira, Silvio Fabio C. Santana, Soneide Cristina O. Valdoberto Martins dos Santos Rios, Telvânia Rosa de Jesus, Teodomiro Paulo Queiroz de Souza, Teodoro C. de Souza, Teresinha Borges de S. Barreto, Valberto M. S. Almeida, Valdir Bastos Costa, Valdoberto Martins dos Santos, Valmirete C. Rios, Valter João dos Santos, Vandelso Silva Dias, Vane Sales, Vaney Pedreira, Vanúcia Maria Cedraz, Vanúsio Cedraz Sena, Venancio João de Oliveira, Vera Carneiro, Vera Pereira Teixeira Lima, Viviane Andrade de Oliveira, Washington L. N. Oliveira, Willyan da Silva Paixão, Wilson Santos Novaes, Zhara Leite Souza.

“Você pode nunca ter feito parte da sociedade alternativa, mas a sociedade alternativa sempre fez parte de você”

² Raul Seixas

Índice

GLOSSÁRIO: Siglas e Abreviaturas	9
Territórios de Identidade	11
Apresentação	12
Introdução	14
Desenvolvimento Sustentável: duas palavras	18
Parte I: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	27
Capítulo I - Aspectos Gerais	27
1. Acesso, Configuração Espacial e Demográfica	27
2. Aspectos Históricos	31
3. Aspectos Geográficos e Ambientais	38
Capítulo II - Território Bacia do Jacuípe	49
1. Aspectos Gerais	49
2. População	50
3. Educação	54
4. Saúde	59
5. Economia	61
6. Terra	67
7. Indicadores Sociais e Vulnerabilidade	71
8. Finanças Públicas	76
Parte II: PROGRAMAS E PROJETOS	79
1. GESTÃO DO PTDS	79
2. Quadro Resumo	82
3. Programas e Projetos: Detalhamento	83
PROGRAMA 1: CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	83
PROGRAMA 2: AGRICULTURA FAMILIAR	100
PROGRAMA 3: PROMOÇÃO DA IGUALDADE	118
PROGRAMA 4: EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO	125
PROGRAMA 5: Assistência Social	152
PROGRAMA 6: SAÚDE	160
PROGRAMA 7: ESPORTE E LAZER	167
PROGRAMA 8: SEGURANÇA PÚBLICA	169
Considerações Finais	172
Referências Bibliográficas	173

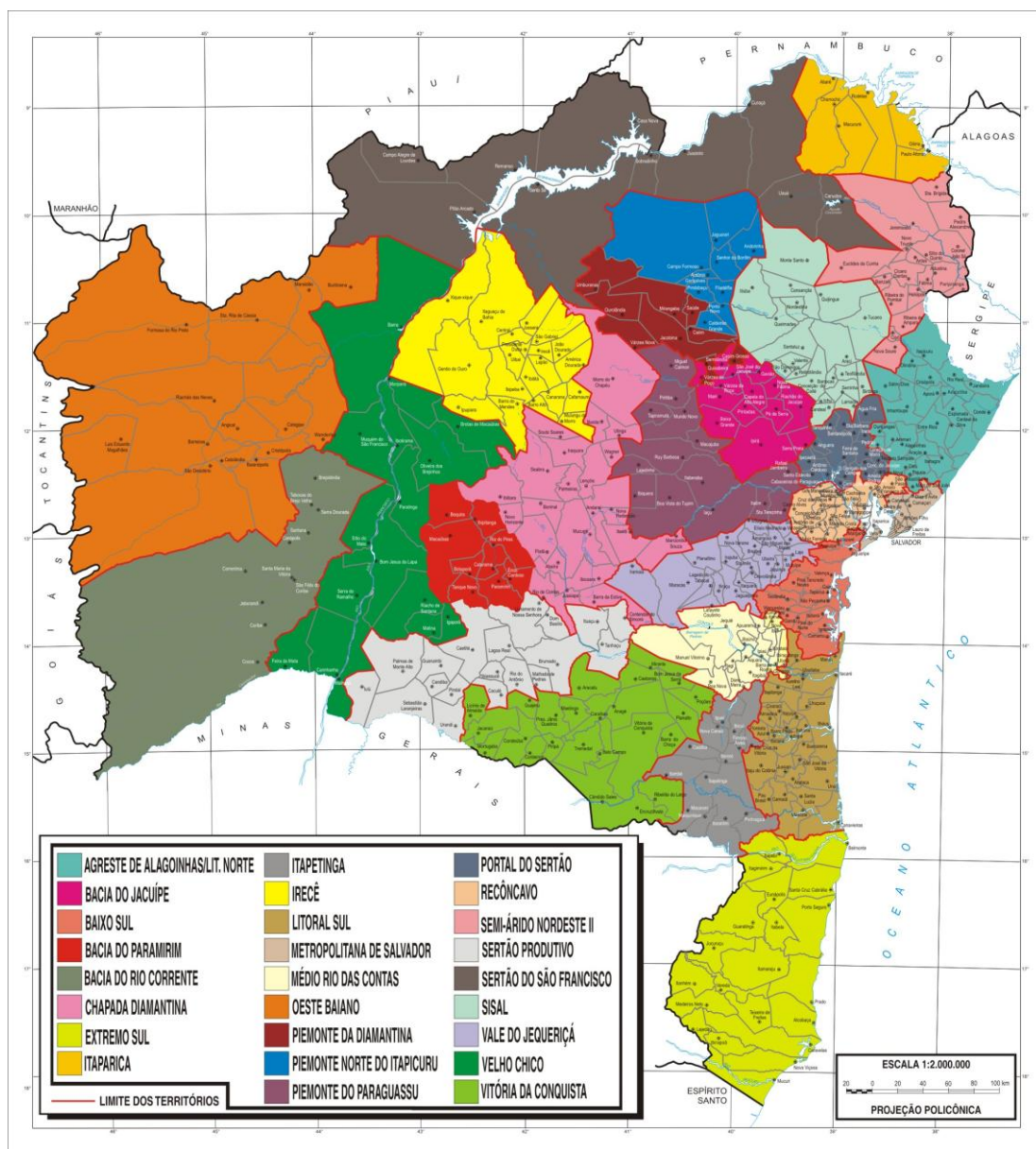
GLOSSÁRIO: Siglas e Abreviaturas

- AGECOM – Agência de Comunicação do Governo do Estado;
- ASCOOP – Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar;
- CAR – Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional;
- CDA – Centro de Desenvolvimento Agrário;
- CAT – Projeto Conhecer, Analisar, Transformar;
- CEPATSA – Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido;
- CMCD – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- CME – Conselho Municipal de Educação;
- CNE – Conselho Nacional de Educação;
- CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe;
- CRAS – Centro Referência e Assistência Social;
- CRASA – Centro de Referência de Ações do Semiárido;
- CREAS – Centro Referência Especializado de Assistência Social;
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil;
- DEAM – Delegacia de Atendimento à Mulher;
- DENOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
- DIREC – Diretoria Regional de Educação;
- EAD – Educação à Distância;
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário;
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- EFA – Escola Família Agrícola;
- EJA – Educação de Jovens e Adultos;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- FACOM – Faculdade de Comunicação;
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- FNE – Fundo Constitucional do Nordeste;
- FUNCEP – Fundo de Combate à Pobreza do Estado da Bahia;
- FUNDAC – Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente;
- GT – Grupo de Trabalho;
- IAT – Instituto Anísio Teixeira;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- IFET – Instituto Federal de Educação e Tecnologia;
- IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas;
- INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária;
- INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social;
- IOCS – Inspetoria de Obras contra as Secas;
- IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada;
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- MEC – Ministério da Educação;
- MINC – Ministério da Cultura;
- MMA – Ministério do Meio Ambiente;

- MOC – Movimento de Organização Comunitária;
- ONG – Organização Não Governamental;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas;
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- PBF – Programa Bolsa Família;
- PEEJA – Programa Estadual de Educação de Jovens e Adultos;
- PES – Programa de Economia Solidária;
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- PIB – Produto Interno Bruto;
- PME – Plano Municipal de Educação;
- PPP – Projeto Político Pedagógico;
- PROCAMPO – Pró-Educação do Campo;
- PRODIME – Programa de Apoio a Dirigentes Municipais de Educação;
- PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar;
- PSF – Programa de Saúde da Família;
- RESAB – Rede de Educação do Semiárido;
- SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia;
- SAF – Secretaria de Agricultura Familiar;
- SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
- SEAGRI – Secretaria da Agricultura;
- SEBRAE – Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa;
- SEC – Secretaria de Educação;
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- SECULT – Secretaria de Cultura;
- SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social;
- SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
- SEPLAN – Secretaria de Planejamento;
- SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade;
- SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia;
- SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda;
- STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração;
- SME – Sistema Municipal de Educação;
- SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar;
- SUPAV – Superintendência de Avaliação;
- SUS – Sistema Único de Saúde;
- UAB – Universidade Aberta do Estado da Bahia;
- UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana;
- UFBA – Universidade Federal da Bahia;
- UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano;
- UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
- UNEB – Universidade do Estado da Bahia;
- UNIPPOP – Universidade Popular do Estado da Bahia.

Territórios de Identidade

Fig. 01 – TERRITORIALIZAÇÃO RURAL – BAHIA, 2007.



FONTE: COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS (CET).

Apresentação

A Política de Territórios de Identidade foi instituída pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, quando, em comum acordo com prefeitos e representantes da sociedade civil organizada, definiram as principais estratégias de implementação. Logo depois, em 2004, segmentos da sociedade civil organizada e do poder público envolvidos no processo de trabalho constituíram o CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe, entidade civil responsável pela coordenação dos trabalhos inerentes à definição e implementação de políticas públicas no Território guiadas por este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), que se constitui na peça-chave da estratégia de gestão do processo de desenvolvimento territorial sustentável, compromisso maior do CODES.

Os municípios que constituem o Território Bacia do Jacuípe ainda se apresentam com características eminentemente *rurais*: a maior parte da população (55%) vive no campo; a agropecuária, embora oficialmente tenha peso igual às atividades industriais na formação do PIB, tem preponderância, considerando que uma parcela significativa de tudo que é produzido (feijão, farinha, carne, leite etc.) é destinada ao auto-consumo e não aparece na contabilidade oficial. Por outro lado, é raro encontrar-se alguém, mesmo vivendo nas cidades, que não tenha nenhum vínculo com o meio rural; assim, o *modus vivendi* da população é predominantemente rural, com suas tradições e cultura. Apesar disso, é necessário se pensar o futuro de nossos municípios de forma integrada e orgânica, considerando o rural e o urbano como integrantes de um mesmo conjunto. Assim, este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável³ (PTDS), embora esteja mais focado para o rural, fonte de matérias-primas, ele contempla o todo, até porque não seria possível pensar o desenvolvimento sustentável sem um planejamento holístico, sistêmico e integral.

É com algum atraso cronológico que concluímos nosso PTDS, entretanto, esperamos ter compensado na qualidade, especialmente no tocante ao processo metodológico que permitiu a participação ativa e comprometida dos vários segmentos do poder público e da sociedade civil. Foram muitos os seminários, oficinas, reuniões, para discutir sobre a realidade concreta do nosso Território,

³ Para a SDT/MDA, entende-se o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDS) como “o processo de implantação e consolidação de metodologias que se completa em dois momentos: um de apoio à auto-organização, formação dos fóruns e planejamento dos territoriais; e outro de desenvolvimento das capacidades territoriais e articulação interinstitucional de políticas públicas” (Cf. Desenvolvimento Territorial na Bahia: uma política articulada MDA, 2005).

permitindo um diagnóstico das efetivas condições econômicas e sociais, e levantar os elementos necessários à sua composição e concretização em consonância com as principais demandas da população. É desses segmentos o principal mérito desse vitorioso trabalho.

Ao concluir e publicar o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Território Bacia do Jacuípe, passamos a dispor, doravante, de um privilegiado instrumento de políticas públicas, norteador dos principais programas e projetos voltados para o desenvolvimento territorial, cujos propósitos centrais são a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população atual e para as gerações futuras.

Este PTDS não se resume apenas a uma visão moderna de administração pública. Ele representa, também, uma nova estratégia de gestão, incorporando os diferentes segmentos da sociedade em todo processo de definição e implementação das políticas públicas; a democracia, com absoluto respeito ao pluralismo de idéias, substitui os atos e procedimentos autoritários historicamente consolidados. O que, onde e como fazer deixam de ser atributo exclusivo dos chefes políticos, prefeitos e seus auxiliares para representar a vontade e o compromisso de toda sociedade.

Como instrumento balizador e norteador do processo de trabalho, este PTDS não deve ser uma peça fixa e imutável. Ao contrário, deverá ser modificado e atualizado sempre que for necessário, caso as condições e exigências da realidade justifiquem⁴. Por outro lado, por sua própria natureza, é e será sempre um “plano incompleto” que vai requerer complementações permanentes dos atores comprometidos atuais e futuros.

Registramos, em nome do CODES, o agradecimento a todos aqueles e aquelas que assumiram conosco o compromisso de elaborar este PTDS, especialmente aos integrantes dos Grupos de Trabalho (GT) que se formaram, aos representantes das várias organizações da sociedade civil, aos gestores públicos (prefeitos, secretários, técnicos, auxiliares), à SDT, à ASCOOB e ao MOC, que viabilizaram o apoio para o conjunto de oficinas, seminários e sistematização do que se produziu.

Valcyr Rios
Presidente

⁴ Há, inclusive, um indicativo da Plenária Territorial realizada em 21/01/2010, em Pintadas, para proceder-se uma revisão a cada dois anos.

Introdução

“Somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos”⁵

A diversidade e complexidade do território brasileiro por si só justificam a implementação de uma Política Territorial, como procedeu o Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Mas, além disso, há outros fatores que fundamentam a iniciativa: por um lado, as identidades microrregionais e regionais, com características econômicas, espaciais, ambientais, culturais, etc. similares dos municípios que as integram facilitam a definição de políticas públicas com mais coerência, e por outro, as metodologias de planejamento e implementação dos programas e projetos, incorporando os diversos segmentos da sociedade civil e do poder público, consubstanciam ainda mais a proposta. Como reconhece Steinberger (2006: 30),

[...] o planejamento de agora não pode ser mais aquele normativo e tecnocrático, em que alguns planejavam para muitos e justificavam necessidades criadas a priori. As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que definiam autoritariamente metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios.

Os problemas e dificuldades enfrentados por cada município não são muito diferentes, ao contrário, são praticamente os mesmos, carecendo de articulação e planejamento em conjunto, com proposições de curto, médio e longo prazo e, inclusive, utilizando esse procedimento como estratégia de racionalização dos recursos existentes. A proposta de abordagem territorial do desenvolvimento sustentável é uma concepção integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados, políticas públicas e recursos financeiros. É uma forma nova de entender e praticar a gestão pública, com respeito à diversidade, fortalecimento da solidariedade, busca da justiça social, construindo-se o sentimento de pertencimento, união, valorização da cultura e inclusão social. A identidade, portanto, é de fundamental importância para viabilizar a coesão social e

⁵ Eduardo Galeano

territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável.

Há, ainda, outros elementos importantes a considerar. A Política Territorial, especialmente nos municípios sertanejos, rompe as velhas praticas políticas na administração pública, ainda fortemente marcadas pelo corolário coronelista-oligárquico, onde programas governamentais eram implementados mais com finalidades político-eleitorais enquanto estratégias de perpetuação do poder do que com o objetivo de atender às reais necessidades e aspirações da população. A definição e a localização de um projeto público se davam, sempre, em consonância com os interesses dos velhos *coronéis* e chefes políticos locais, nutrindo-se as relações de subordinação e dependência dos segmentos sociais como fonte de poder político.



A construção de um processo de desenvolvimento sustentável incorpora, como condição *sine qua non* para o seu êxito, uma nova visão de sociedade e de governo, onde a democracia é alicerce básico consubstanciada na participação da sociedade civil e sua articulação, efetiva e permanente, com o ente público. Não pode, sob pena de fracasso, ficar limitado às instâncias do Estado. Por conta disso, a Política Territorial incorpora a participação e o comprometimento da sociedade civil organizada – trabalhadores, empreendedores, empresários – e as instâncias governamentais (municipais, estadual e federal) desde a formulação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) à sua execução, monitoramento, controle e avaliação. Constrói-se, assim, um processo inovador na administração pública, onde as ações de governo são concebidas e incorporam as políticas

públicas⁶, buscando cumprir o dever do Estado e respeitar o direito dos cidadãos e cidadãs de fazer suas próprias escolhas.

A concepção que norteou todo processo de elaboração do presente PTDS foi de privilegiar a participação ativa e democrática de todos os atores envolvidos, da sociedade civil e do poder público. Foram muitos os seminários e oficinas de trabalho realizados ao nível de cada GT, constituído, de forma conjunta, num verdadeiro exercício de produção de conhecimento e de cidadania plena.

O presente PTDS foi elaborado a partir de três pilares fundamentais: o território (espaço físico e social), a institucionalidade (participação ativa dos atores envolvidos e a busca de novas parcerias) e a visão de futuro - pretende ser o marco inicial para um novo período de administração pública dos municípios do Território Bacia do Jacuípe. Pela primeira vez tem-se a oportunidade de consolidar um conjunto de propostas de programas de ação voltados para os legítimos interesses e verdadeiras necessidades da população, com fins imediatos, mediatos e de longo prazo.

Os seus principais objetivos são:

- a) Sensibilizar os agentes públicos e a sociedade civil para um processo participativo, crítico e comprometido com o desenvolvimento sustentável territorial;
- b) Fomentar a articulação e a formação de redes dos vários segmentos envolvidos, fortalecendo e consolidando o capital político do Território;
- c) Construir arranjos institucionais capazes de viabilizar o conjunto das ações previstas para todos os programas;
- d) Possibilitar a coordenação e encaminhamento dos processos de negociação internamente, ao nível dos municípios, e externamente, junto às instâncias estadual e federal;
- e) Assegurar, com a participação ativa de todos os setores, o acompanhamento, o controle social, monitoramento e avaliação, introduzindo as adaptações pertinentes, na implementação do PTDS.

⁶ Na visão de Matias-Pereira, a gestão das políticas públicas envolve cinco momentos: o da *Formação* (levantamento das demandas sociais), da *Formulação* (elaboração das propostas), *Processo decisório* (quando os grupos de pressão entram em ação), *Implementação* (execução de programas e projetos), e *Avaliação* (análise dos resultados e seu impacto na sociedade).

Mesmo incorporando o desenvolvimento rural como foco prioritário, pelas características econômicas, sociais e culturais dos municípios que integram o Território, não contempla a visão tradicional dicotômica de rural e urbano como setores isolados, mas como partes de um mesmo território, com suas teias de relações sociais, econômicas e políticas que o sustenta. Como reconhece Sachs (p. 286), *já não se sabe onde acaba o campo e onde começa a cidade, a supor que esse enfoque dicotômico tenha sentido.*

Este PTDS contém duas partes: Parte I – Diagnóstico, com o Capítulo I sobre os aspectos gerais, onde se abordam elementos mais gerais sobre o Estado e o Território, a formação histórica, aspectos geográficos e ambientais; e Capítulo II, com uma pequena discussão sobre as temáticas prioritárias do Território: questões espaciais, populacionais, de educação, de saúde, vulnerabilidade, terra e produção agropecuária e finanças públicas. Na Parte II incorporam-se oito capítulos relativos às propostas de programas e projetos a serem implementados. Deve-se registrar de antemão que os programas e projetos elencados não esgotam nem contemplam todas as necessidades e demandas, acumuladas por décadas. Adotaram-se os critérios de prioridade e viabilidade na seleção dos projetos e programas. Assim, procurou-se evitar, propositadamente, um “super plano”, com uma relação muito ampla de problemas e proposta, mas sem viabilidade técnica, política e econômico-financeira. Os programas contemplados são: Cultura e Comunicação Social, Agricultura Familiar, Promoção da Igualdade, Educação Contextualizada, Assistência Social, Saúde, Esporte e Lazer, e Segurança Pública, com um total de 38 projetos.

Desenvolvimento Sustentável: duas palavras

A Segunda Guerra mundial criou as bases para o revigoramento⁷ do modo de produção capitalista no mundo, o que se confirma com o que veio a ocorrer mais tarde com a antiga União Soviética, Albânia e tantas outras nações “socialistas” que entraram em crise e sucumbiram. A este interessa acumular capital, não importam os meios e os fins:

[...] a modernidade técnica faz dos meios fim em si, apoiando-se sobre critérios estritamente operacionais de causalidade eficiente e produtividade. Em contraposição, a modernidade ética tem como referência patrimonial o conhecimento explícito de valores e finalidades extrínsecas aos critérios estritamente operacionais⁸.

Fortalecidos, os Estados Unidos impuseram ao mundo muitos ditames do seu interesse e, através da ONU, definiu os critérios de avaliação do nível de desenvolvimento dos povos. O indicador básico estabelecido foi o Produto Interno Bruto (PIB) dos países, o qual permitia avaliar a renda *per capita* dos indivíduos, e que se revelou, logo depois, ser um indicador falso porque mantinha escondida a realidade concreta de cada nação, como a concentração das riquezas, os índices de pobreza etc. e todas suas consequências. Não precisa ir mais longe para demonstrar a brutalidade do indicador: o Brasil, no final do século passado, chegou a ser considerado a nona economia do mundo, pelo tamanho do seu PIB, escondendo a dura realidade de quase 30% dos brasileiros que sequer podiam alimentar-se diariamente. Outro exemplo cruel é do próprio Estado da Bahia: considerado a sexta economia entre as 27 Unidades da Federação, mas ainda hospeda os piores indicadores de educação e de pobreza. Constatou-se também que para os defensores desses indicadores de desenvolvimento não importavam os meios pelos quais um país viesse a aumentar o seu PIB; os próprios Estados Unidos, maior PIB do mundo, é também quem mais degrada o planeta, é quem mais ceifa vidas humanas através dos permanentes conflitos armados que se envolvem e assim por diante. Mas isso não importa, não entram na contabilidade os danos causados ao planeta e à humanidade. Para aumentar o PIB vale tudo: como o chamado *overfishing* ou sobrepesca que pode resultar no extermínio da vida marinha; ou ainda, adotar modelos educacionais e de saúde cuja lógica seja alimentar o PIB. A escola pública, em si, de forma direta, não engorda o PIB, mas o ensino privado sim

⁷ O capitalismo precisa, periodicamente, de inovações que se constituam em energia para o seu fortalecimento. A vitamina da crise da década de 80, século passado, foram as idéias neoliberais.

⁸ Agenda 21. Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Sustentável, p. 15.

e não é à toa que mais de 80% dos estudantes universitários brasileiros estejam integrados ao ensino privado. Em relação à saúde, a lógica é a mesma. Há alguns anos o Ministério da Saúde divulgou na imprensa uma informação estarrecidora: para cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico economizam-se de R\$ 5,00 nos recursos destinados à “cura” de doenças (em médicos, remédios etc.). Mas métodos preventivos de saúde são menos necessários e pouco importantes para a formação do PIB. O relatório do Banco Mundial de 2006 foi taxativo:

*O mundo em desenvolvimento teve reduções significativas de mortalidade infantil nos últimos 50 anos. Estes ganhos se devem essencialmente à melhor nutrição, intervenções de saúde pública ligadas à água e ao saneamento, e avanços médicos tais como o uso de vacinas e antibióticos.*⁹

Qualquer especialista chamaria a atenção de que a contribuição mais importante não veio de medicamentos, antibióticos etc., mas de métodos preventivos e de saneamento básico relativamente de baixo custo. A avaliação feita passa pelo volume de recursos investidos em hospitais, laboratórios, medicamentos etc. quando o produto esperado deveria ser o número de pessoas que não ficaram doentes. Assim, toda a lógica impregnada nos indicadores já suscitava – ou pelo menos estimulava – processos degradantes e insustentáveis, visto que as metas giravam em volta da *contabilidade financeira* apenas.

Intelectuais começaram a refletir sobre as aberrações e jogo de interesse que sempre nortearam a avaliação do desenvolvimento dos povos e pressões políticas começaram a surgir ainda em finais da década de 60 por ONGs, com o respaldo de pesquisadores. A Conferência de Estocolmo, em 1972, já reconheceu as fragilidades dos indicadores de desenvolvimento até então adotados e incorporou uma discussão embrionária sobre o *ecodesenvolvimento*, chamando a atenção do mundo para a degradação ambiental, que mais tarde daria subsídios para a formulação de teorias sobre a *descapitalização* do planeta a partir do uso abusivo dos recursos naturais (na agricultura, na mineração, na indústria petrolífera, nas reservas hídricas etc.) e através dos dejetos poluentes que geramos (do lixo doméstico a resíduos atômicos). A exploração do petróleo era contabilizada como produto, hoje o próprio Banco Mundial já admite que se trata de *descapitalização*, visto que as reservas se reduzem a cada dia. Diante das evidências e das pressões, não houve outra alternativa para a ONU senão reconhecer que o PIB sozinho é insuficiente para *mensurar* o nível de desenvolvimento e instituiu o Índice de Desenvolvimento

⁹ IMF, Finance and Development, September, 2006, p. 9.

Humano (IDH) como elemento de avaliação¹⁰ - uma grande conquista para os que questionavam os indicadores estabelecidos.



Mas quando falamos de *degradação ambiental*, lembramos de imediato da intervenção dos outros, da emissão de gases poluentes (que reduzem a camada de ozônio da atmosfera), da devastação da flora e da fauna, dos amontoados de lixo produzidos, da poluição dos rios etc. A sociedade não se dá conta, quase sempre, da sua inserção nesse processo de degradação ambiental, como seres individuais e práticas coletivas. A agricultura praticada, sem que se perceba, mesmo aquela considerada *ecologicamente correta*, como é o caso da agroecologia, interfere e modifica radicalmente o ecossistema quando substitui uma imensa variedade de plantas e animais por outras poucas que são cultivadas e criadas para a geração de matéria-prima ou de alimentos. Obviamente que há tecnologias disponíveis que permitem reduzir os efeitos dessa interferência a níveis aceitáveis e não ameaçadores. Mas é preciso ter a clareza de que as agressões ao meio ambiente, num sentido amplo, de interferência no ecossistema para a utilização sem reposição dos recursos que a natureza oferece, praticada nos dias de hoje, é muito antiga e continua sendo efetivada como procedimento *natural*. Entretanto, no passado mais remoto, isso não se constituía numa ameaça porque a exploração dos recursos naturais tinha a função, apenas, de permitir a satisfação das necessidades humanas e os resíduos *indigestos* devolvidos à natureza tinham volume incomparavelmente menores pelo número de habitantes do planeta, pelo tipo de consumo nas sociedades rurais e pré-industriais e pela própria natureza dos materiais. Foi com o advento do capitalismo, especialmente a partir da revolução industrial, que se passou a extrair da natureza um excedente que

¹⁰ Hoje a ONU utiliza 57 indicadores agrupados em quatro áreas: Social, Ambiental, Econômica e Institucional, subdivididas em temas e subtemas.

ultrapassava as capacidades de reposição pela própria natureza e a devolver-lhe grandes quantidades de resíduos poluentes, passando a se constituir em efetivas ameaças:

[...] a Revolução Industrial que deu origem ao capitalismo moderno expandiu extraordinariamente as possibilidades de desenvolvimento material da humanidade. E continua expandindo até hoje, se bem que a um custo elevadíssimo. A partir de meados do século XVIII, destruíram-se mais a natureza que em toda a história anterior. Se os sistemas industriais alcançaram apogeu de sucesso, tornando-se capazes de criar e acumular vastos níveis de capital produzido pelo homem, o capital natural do qual depende a prosperidade econômica vem declinando rapidamente, sendo que o índice de perdas cresce na mesma proporção dos ganhos em termos de bem-estar material. (Leff, 2000: 296).

A palavra de ordem do capitalismo chama-se acumulação, ou seja, é preciso acumular capital, em volumes cada vez mais expressivos, independentemente dos meios e dos fins:

[...] a procura incessante pelo acúmulo de riquezas materiais vem exaurindo os recursos naturais do Planeta sem, no entanto, melhorar as condições de vida de grande parte da população da Terra. O domínio destas fontes de riqueza e a distribuição dos bens produzidos estão sob controle, cada vez mais acirrado, de pequenos grupos dominantes. (Duailibi, 2004:121).

A humanidade estaria então ameaçada? Provavelmente não, se mecanismos fossem criados para que, mesmo reduzindo o ritmo e o volume do processo acumulativo, permitissem a adoção de medidas compensatórias. Acreditava-se, como se acredita ainda hoje, que a saída estaria no campo das tecnologias:

A tecnologia encarregar-se-ia de reverter os efeitos da degradação entrópica dos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias, e de fazer desaparecer a escassez de recursos através do manejo indiferenciado de matéria e energia... A ecologia converter-se-ia num instrumento para ampliar os limites do crescimento: o sistema ecológico funcionaria como tecnologia de reciclagem; a biotecnologia inscreveria os processos da vida do campo da produção; a ordem ecológica permitiria relocalizar as atividades produtivas ampliando o território como suporte de um maior crescimento econômico para ampliar os espaços de produção, circulação e consumo. (Hawken, 2004: 2).

A noção de *ecodesenvolvimento*, mais tarde, deu origem ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, originalmente relacionado apenas ao meio ambiente. Para muitos, uma indústria que conseguisse reduzir os índices de emissão de poluentes aos padrões aceitáveis, mediante recursos tecnológicos, passaria a ter uma atuação *sustentável*; ou simplesmente compensar a emissão de gás carbônico com o plantio de novas árvores. Aliás, a maioria das empresas que abraçara a causa da defesa do meio ambiente nos dias atuais incorporara esse conceito, o que é perigoso, além de falso. A compreensão da *sustentabilidade* e, portanto, do desenvolvimento sustentável, precisa estar inserida num conceito mais amplo que envolve elementos endógenos e exógenos de uma comunidade, território ou nação:

- A compreensão da noção de *aldeia global*, ou seja, as práticas individuais ou coletivas, as políticas públicas de um município, território, estado ou país, inserem-se numa única biosfera que pertence a toda humanidade;
- A noção de produção e consumo responsáveis, não extraindo da natureza aquilo que ultrapassa sua capacidade e não consumindo além do necessário, o que gera excedentes poluentes na produção e nas sobras residuais;
- As questões relacionadas à cultura, à educação, à ética, como elementos formadoras da compreensão de sustentabilidade;
- A produção e a distribuição de riquezas, o que incorpora também questões de cidadania, direitos civis e equidade;
- Inclusão social;
- Condições decentes de trabalho.

Um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) precisa contemplar, pelo menos, as seguintes dimensões que, para terem eficácia, precisam ser compreendidas como um sistema orgânico, conectadas entre si umas com as outras:

- a) Dimensão Ecológica: recuperação e preservação das condições naturais básicas que permitam a sustentação e a reprodução das espécies humana, animal e vegetal. Isso supõe uma intervenção que garanta a preservação das qualidades físicas, químicas e biológicas do solo e subsolo, e também as condições de manutenção da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricas, e dos recursos naturais em geral;
- b) Dimensão Social: busca contínua de melhoria da qualidade de vida da população, o que inclui não apenas a preservação dos recursos naturais,

mas também a apropriação equitativa dos produtos gerados pela natureza. Pressupõe a compreensão sobre a adoção de práticas econômicas que garantam e preservem as fontes de matéria prima sem qualquer agressor químico, como os agrotóxicos, emissão de gases poluentes etc.;

- c) Dimensão Econômica: agricultores familiares costumam declarar ter melhorado as condições de vida apenas levando em conta os resultados da contabilidade econômico-financeira (elevação da renda, aumento de patrimônio etc.), obtidos com o aumento da produção e da produtividade. Não contabilizam outros fatores, como dependência externa, danos ambientais etc. A sustentabilidade do ecossistema pressupõe, também, a contabilidade agroecológica, incorporando inclusive o consumo de energias não renováveis. Os resultados econômicos podem estar associados a perdas ambientais com a deterioração da base de recursos naturais¹¹. A lógica da economia capitalista é o lucro, a acumulação. É preciso levar em conta que há outros fatores que interagem nos processos produtivos e podem comprometer a sua sustentabilidade e até impedir, futuramente, a sua continuação. A produção econômica sustentável deve, também, incorporar a qualidade dos produtos, o que interferirá na qualidade de vida dos consumidores;
- d) Dimensão Política: diz respeito à concepção e compreensão da gestão do poder nos níveis micro e macro, as relações de subordinação e de dominação que se estabelecem, mas também as possibilidades de construção de relações democráticas, com espaços efetivos de participação proativa. Inclui a definição de estratégias e metodologias com instrumentos claros onde os atores locais possam ter vez e voz, refletir e expressar suas vontades;
- e) Dimensão Ética: possibilita a criação de todo arcabouço filosófico para incorporação, na *práxis*, das condições de sustentabilidade. É a celebração de um pacto de convivência entre pessoas e com a natureza para o momento atual e para as gerações futuras. Recuperar e preservar valores que permitam a defesa irrestrita de toda forma de vida e do próprio planeta, garantido para as gerações futuras o direito ao acesso aos recursos naturais;

¹¹ Um território pode estar inserido num processo de desertificação com perda gradual da fertilidade dos solos em patamares não perceptíveis (2%, 3% ao ano), podendo, em trinta anos, tornarem-se completamente imprestáveis. Esse passivo precisa ser considerado nos cálculos de produção e produtividade.

- f) Dimensão Cultural: compreender a cultura como elemento integrante do desenvolvimento sustentável é fundamental. Por um lado, a cultura *molda* a vida das pessoas (alimentação, vestuário, habitação, religião, diversão, etc.) e, por outro, aglutina, congrega, desenvolve o espírito crítico e a autoestima. Considerar a cultura de uma comunidade, incluindo suas formas de pensar e agir, sua visão de mundo, seus conhecimentos e saberes, é de fundamental importância para a identidade territorial e, portanto, para o processo de desenvolvimento sustentável;



- g) Dimensão Socioantropológica: o desenvolvimento, para ser sustentável, requer a participação ativa das forças vivas de uma comunidade, expressas em suas varias formas de organização formais e informais, nos diferentes campos de atividade (econômica, cultural, ambiental, religiosa, etc.). Essas organizações precisam, por um lado, apropriar-se dos conhecimentos gerados, incorporando aos seus, para uma intervenção mais significativa na defesa do ecossistema. Logo, indispensável se torna a compreensão dessa dinâmica viva, movida pela dialética histórica, com a criação de espaços específicos de participação, onde as representações econômicas, culturais, de gênero, étnicas, etc. possam ter voz ativa na definição do que deve e precisa ser feito para garantir a sustentabilidade;

- h) Dimensão da Gestão: para empreender um processo de desenvolvimento sustentável é preciso, também, ter condições de gestão. Mecanismos precisam ser criados para um processo de gestão participativo e democrático mais eficiente, garantindo a formulação de políticas, programas e projetos de recuperação e preservação das condições socioambientais. Isso pressupõe a discussão, formulação e implementação de políticas públicas específicas, o que envolve arranjos institucionais e articulação de forças políticas e de recursos.

É preciso construir um modelo de desenvolvimento que seja emancipador; ainda que a Terra seja um sistema aberto, recebendo luz solar, ela forma um conjunto no interior do qual o homem não pode ultrapassar os limites de seus recursos e de seu espaço.

Ora, o 'impacto ecológico', ou seja, a superfície necessária para receber todas as atividades humanas sem destruir os equilíbrios ecológicos, já atinge 120% do planeta e, levando-se em conta as grandes disparidades do desenvolvimento, quatro ou cinco planetas seriam necessários se toda a população mundial consumisse e produzisse tantos dejetos quanto os habitantes dos Estados Unidos¹².

Poder-se-ia resumir a noção de desenvolvimento sustentável como o uso adequado dos recursos naturais, sem extrair da natureza nada além da sua capacidade de reposição, de modo a gerar bem estar individual e coletivo, sem comprometer as futuras gerações, nem destinar a ela nada além da sua capacidade de absorção¹³.

[...] o desenvolvimento sustentável, a preservação da biodiversidade, a agricultura sustentável e as tecnologias limpas devem aparecer como objetivos compatíveis com a ambientalização da economia de mercado e a internalização das externalidades e dos valores ambientais, transformados em capital natural, cultural, humano. (Leff, 2000: 296).

O maior desafio é conciliar a perspectiva da sustentabilidade com o processo descontrolado e desenfreado do modo de produção capitalista que precisa, para sua própria sobrevivência, produzir e acumular cada vez mais riquezas; precisa

¹² Redefining Progress, <http://www.rprogress.org>

¹³ Na vasta literatura disponível, sugere-se ainda como opção de leitura: A Terceira Margem, de Ignacy Sachs, e Indicadores de Riqueza, de Patrick Viveret.

transformar os cidadãos e as cidadãs em objetos consumistas para saciar a sede acumulativa; precisa intensificar os processos produtivos para aumentar os indicadores de produtividade e competitividade. Como construir brechas, no interior do modo de produção capitalista, com novos paradigmas, cujos pilares não sejam os tradicionais indicadores de PIB onde a palavras desenvolvimento e crescimento não precisam, necessariamente, estar jutas, e onde o passivo ambiental seja contabilizado:

O programa de desenvolvimento durável está manchado por um vício fundamental: a busca de um crescimento econômico infinito se supõe compatível com a manutenção dos equilíbrios naturais e a resolução dos problemas sociais. O que precisamos é de uma nova era de crescimento, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, socialmente e 'ambientalmente' sustentável.¹⁴

O processo de desenvolvimento sustentável precisa incorporar a articulação das políticas públicas ambientais, com as econômicas e sociais.

¹⁴ Jean-Marie H. In: WWW.diplo.uol.br/2004.

Parte I

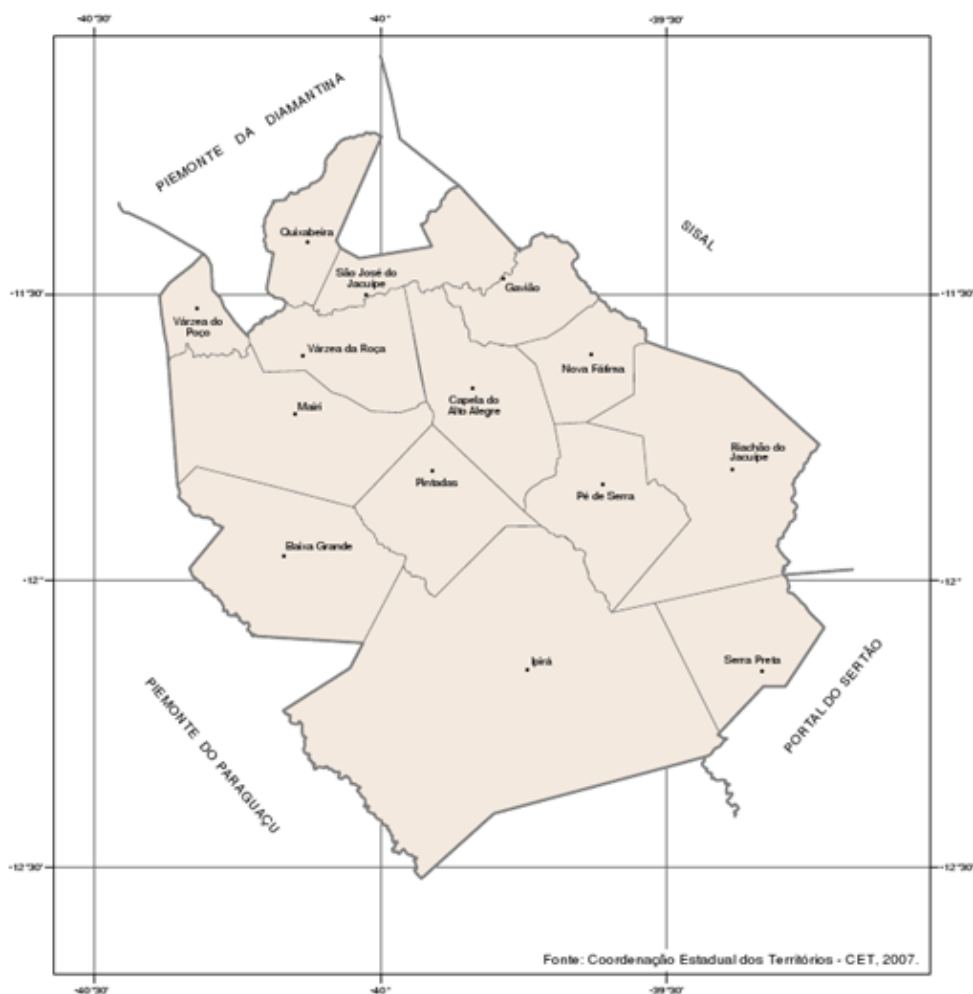
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

Capítulo I - Aspectos Gerais

1. Acesso, Configuração Espacial e Demográfica

O Território Bacia do Jacuípe, encravado no sertão baiano, é constituído por 14 (catorze) municípios do semiárido, cada um com suas especificidades político-administrativas, mas com suas identidades e semelhanças geofísicas, edafoclimáticas, culturais e econômicas.

Fig. 02 – TERRITÓRIO BACIA DO JACUIPE – BAHIA, 2007.



De modo geral os municípios têm área territorial relativamente pequena. O maior deles é Ipirá, cuja área é quase duas vezes superior à área dos cinco municípios cuja dimensão é inferior a 400 km². É também relativamente baixa a densidade populacional (número de habitantes por quilômetro quadrado)¹⁵, o que significa haver, em tese, condições para um significativo crescimento populacional. Apesar disso, alguns municípios tiveram crescimento negativo entre 1991 e 2007, conforme veremos adiante, e, se mantida essa tendência, cairão também os índices de densidade demográfica.

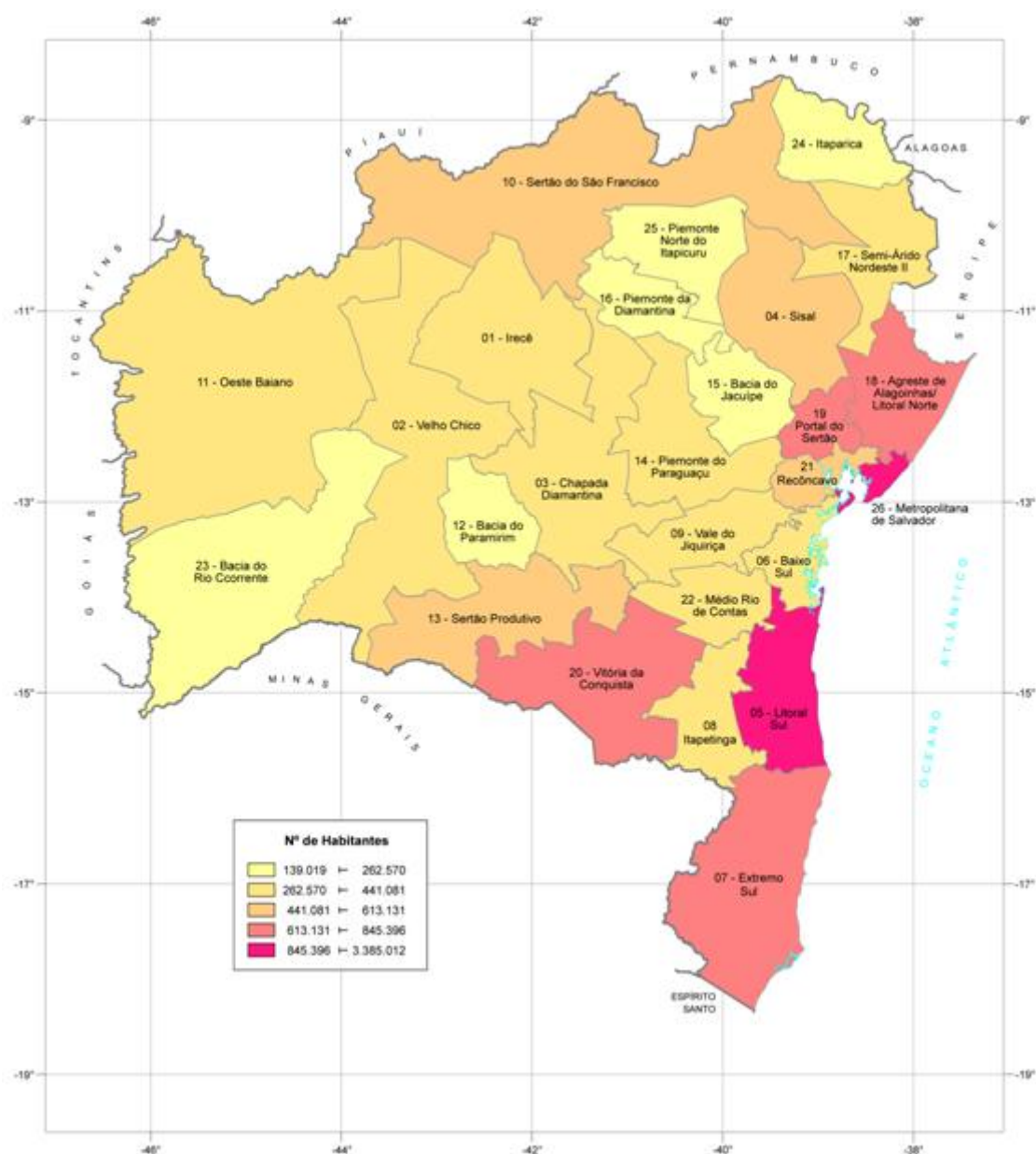
Quadro I - DIMENSÃO TERRITORIAL E DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Área (Km ²)	Densidade Populacional
Baixa Grande	983	13,2
Capela do Alto Alegre	656	18,8
Gavião	336	13,2
Ipirá	3.024	19,9
Mairi	906	21,3
Nova Fátima	371	20,7
Pé de Serra	558	25,4
Pintadas	529	19,9
Quixabeira	368	25,4
Riachão do Jacuípe	1.199	27,1
São José do Jacuípe	369	28,4
Serra Preta	537	28,2
Várzea da Roça	549	26,4
Várzea do Poço	220	38,9
TOTAL/MÉDIA	10.605	21,9

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br – Cid@des) - 25/11/2009

¹⁵ Apenas como referencial: a densidade populacional de Vitória da Conquista é 96,2; Juazeiro, 36,1; Feira de Santana, 419,7. Para o conjunto do Estado, a densidade populacional média é de 24,5.

Fig. 04 – POPULAÇÃO ESTIMADA POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (BAHIA – 2006)



FONTE: COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS, 2007 – IBGE.

2. Aspectos Históricos

A Bahia, berço da colonização portuguesa, de onde partiram todas as expedições e movimentos de ocupação do território nacional, ocupa o 4º lugar em população, no conjunto das unidades federativas, o 5º em extensão territorial (564.692 km²) e seu PIB ocupa o 6º lugar no ranking nacional. Apesar disso, as deformações históricas levaram a um modelo concentrador de investimentos, registrando-se a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como responsável por mais da metade da formação do PIB estadual (53%), o que resulta, inevitavelmente, na acentuação nos indicadores de pobreza no interior do Estado cujos índices, para o conjunto do Estado, são os seguintes: 43,47% dos cerca de 14,1 milhões de habitantes (2007¹⁶) são considerados pobres e 40,41% situam-se nos *níveis inferiores da pobreza*¹⁷. É óbvio que, para a região semiárida, a situação é mais grave, e, pior ainda, para os habitantes da zona rural, cujo índice de pobreza atinge 52% da população. Levando-se em conta, também, que além da concentração dos investimentos na RMS, há ainda a *subconcentração* nos pólos industriais (Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Barreiras) que concentram outra parcela importante dos investimentos:

[...] percebe-se uma forte concentração espacial e setorial dos distritos baianos, com forte influência do Distrito de Subaé (Feira de Santana). Este fato deve ser atribuído à forte ligação que a atividade industrial, desenvolvida nos distritos industriais guarda, de forma estreita, com a atividade econômica local, tanto no que diz respeito à origem dos insumos (72% tem origem no próprio Estado), quanto ao destino das vendas. (Cf. Sampaio, 2009: 217).

A concentração de investimentos em alguns municípios se reflete em escassez nos demais: no período de 2000 a 2005 os investimentos nos municípios da região semiárida baiana caíram em 21,2% (Cf. Campello et al. 2008: 251). Conforme Sampaio (2008: 217), em 1985, a região semiárida possuía o maior número de estabelecimentos industriais do Estado da Bahia, 55%, empregando 32% da força de trabalho, no entanto, a participação no total do PIB estadual era ínfima, o que revela se tratarem de pequenas indústrias com pouco investimento e baixos níveis de produtividade.

¹⁶ Em 2005, a população do Estado era de 13.825.883 habitantes, sendo 49,6% homens e 50,4 mulheres; 67,6% moradores das áreas urbanas e 32,4% da zona rural.

¹⁷ Em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os percentuais dos habitantes considerados pobres e daqueles que estão em níveis inferiores da pobreza são, respectivamente: 26,60% e 25,24%; 25,94% e 24,57%; 25,94% e 23,43%.



Apesar de ocupar uma posição geográfica privilegiada, com a maior costa litorânea do Nordeste (938 km, que equivale a 28% da costa nordestina) e facilidade de interação e comunicação com todo território nacional e com outros continentes, a exemplo da África e Europa, o Estado enfrenta grandes dificuldades na integração do seu território, com o isolamento de muitos dos seus municípios, especialmente daqueles mais distantes da capital, situados próximos às áreas de fronteira. Segundo informações da Secretaria de Infra Estrutura, 209 Municípios não possuíam, até 2008, sinais de telefonia móvel, o que dificulta a integração territorial, a vida das pessoas e investimentos no setor produtivo. Igualmente deficiente é a estrutura de tecnologias da informação e comunicação (TIC), limitando e dificultando o uso da internet e, conseqüentemente, atividades vitais como ensino e pesquisa, e empreendimentos econômicos. Menos de 20% dos municípios do estado possui estrutura de banda larga de qualidade.

Um grave problema da região semiárida, onde se situa o Território Bacia do Jacuípe, é a escassez de recursos hídricos¹⁸, que dificulta e, em muitos casos inviabiliza, as atividades econômicas em seus múltiplos segmentos. A aridez do clima se acentua em direção ao interior da região; os índices pluviométricos são baixos e irregulares, registrando-se variações entre 600 mm e 800 mm, agravando-se periodicamente com os longos períodos de estiagem prolongada. Os recursos hídricos de superfície no semiárido têm como principais representantes os rios Paraguaçu e rio de Contas que correm inteiramente em território baiano, e os rios

¹⁸ A Lei Federal 7.827/89, Art. 5º, § 4º, define a região semiárida, para efeito de aplicação de recursos, como a “região inserida na área de atuação da SUDENE, com precipitação anual média de 800 mm”.

São Francisco e Pardo, com suas nascentes no Estado de Minas Gerais. Mas, embora esses sejam perenes, o regime pluviométrico, aliado à baixa permeabilidade dos solos, cria condições de intermitência na maioria dos rios da região. O substrato geológico cristalino, por outro lado, que ocupa uma vasta área correspondente a cerca de 90% do semiárido, torna-se responsável pelo teor de sais que são dissolvidos pelas águas de origem pluvial e incorporados aos aquíferos subterrâneos, fato que se agrava com a elevada evaporação da água de superfície motivada pelas altas temperaturas existentes. Nessas condições, as águas tornam-se salobras, de sabor desagradável ao paladar padrão, embora, por falta de alternativas, seja de uso obrigatório para boa parte da população que ainda não dispõe de água potável de forma permanente.

Por outro lado, também, a região apresenta uma vegetação diversificada, que se caracteriza por plantas com adaptações morfofisiológicas para resistirem a longos períodos de seca. E, nesse aspecto, a agricultura assume relevante importância social por ocupar a grande maioria da força de trabalho regional, caracterizando-se pela predominância de culturas de subsistência (ainda), com destaque para a mandioca, o feijão e o milho, cultivados sob o sistema de sequeiro, onde o suprimento de água se dá naturalmente na época das chuvas. Entre as culturas permanentes o caju, a pinha e o umbu, de origem nativa.

Também importantes para as atividades econômicas são o sisal, a mamona, a palma e o sorgo, registrando-se ainda, em menor escala em algumas áreas, a algaroba e a leucena que são leguminosas úteis na alimentação animal. Em certas localidades, com proteção de micro condições edafoclimáticas, ou com a utilização da irrigação, destacam-se também as culturas da banana, da melancia, da manga e de hortaliças. Em épocas mais chuvosas, há uma variedade maior de culturas, sendo a diversificação uma estratégia de sobrevivência da pequena produção familiar¹⁹, aumentando-se as áreas de plantio da fruticultura e produtos olerícolas.

A pecuária²⁰ está presente também em todos os municípios e se distribui de forma relativamente uniforme, com destaque para a bovinocultura, e, em menor escala, a ovinocultura e a caprinocultura. Entretanto, na época da seca, a atividade agropecuária, nos moldes do processo produtivo convencional, torna-se comprometida, sobretudo a bovinocultura, por ser mais exigente com relação ao

¹⁹ Segundo o IBGE, 61,6% das áreas cultivadas do Estado são ocupadas pela agricultura patronal e 37,9% pela agricultura familiar.

²⁰ O rebanho bovino correspondia, em 2006, a 10.229.459 cabeças; o de Minas Gerais era de 19.911.193. Já os rebanhos ovinos e caprinos, os maiores do país, eram constituídos por 2.672.868 e 2.139.749 cabeças respectivamente (IBGE, Censo Agropecuário).

suprimento de água e alimentação, embora seja uma atividade culturalmente enraizada na região por simbolizar *status* e poder na cultura sertaneja. A *cultura do boi* no semiárido tem sua origem no sistema extensivo implantado ainda no período colonial, sustentado e alimentado até os dias atuais²¹.

Todavia, ao lado da carência de água e da peculiaridade da flora, existe uma fauna associada igualmente atrativa vivendo em uma relação estreita com ela. A interferência humana é muito forte nesse ambiente seja através da formação de pastagens, de projetos de irrigação (muitas vezes inadequados à preservação ambiental), da utilização predatória da vegetação nativa para produção de energia ou para extração de alimentos ou artefatos. Além disso, convive-se com o grave problema das queimadas que têm levado a um permanente processo de devastação, eliminando espécies que poderiam se tornar produtos valiosos para a população local. Daí ocorrem, como em outros subsistemas, consequências graves devido ao manejo inadequado da vegetação, de maneira que a ausência de determinada espécie de planta pode levar inevitavelmente à extinção de uma espécie animal e vice-versa, com danos irreversíveis ao ecossistema.



No que tange aos aspectos humanos há, por um lado, a cultura de resignação do sertanejo frente a esse ambiente e, por outro lado, as suas estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de secas mais severas.

Fixos na sua terra ou seminômades, em momentos críticos, esses homens e mulheres do sertão utilizam elementos de crenças fortemente enraizados no seu

²¹ Apesar do esforço registrado ultimamente, tanto por instituições públicas como privadas, para desmitificar a *cultura do boi*, inclusive com dados técnicos que demonstram maior vantagem econômica da caprino e ovinocultura, ela ainda resiste.

inconsciente para manejar a fauna e flora e, embora excluídos de um sistema regular de educação formal, expressam pelas suas ações uma sabedoria incontestada, com conhecimentos acumulados sobre sua realidade, sobre a flora e a fauna e reconhecida expertise em fitoterapia. Ao mesmo tempo em que alguns nativos demonstram preconceito com sua própria história, com a cultura e os produtos de sua região, outros nutrem um forte orgulho e amor por viverem nesses locais. Mas tanto em um caso como em outro, os sertanejos são refratários a mudanças, embora acessíveis aos apoios, sobretudo, quando as estratégias surgem preservando os seus hábitos e utilizando as suas próprias idéias para utilizar a riqueza biológica, potencial agrícola e cultural e outros recursos naturais existentes.

Ao contrário do que se supõe, não é inédito pensar o semiárido baiano. Desde o início do século passado se tornou notório com “Os Sertões” de Euclides da Cunha, que já retratava esse ambiente, o homem e as suas estratégias de sobrevivência, dando outro enfoque ao sertanejo que foi transformado em figura inerte, sem criatividade e habilidades para enfrentar as adversidades pela mídia despreparada e elitista.

Este cenário, ainda atual, é resultado de uma construção histórica. O semiárido foi palco e vítima dos ciclos econômicos da pecuária e da mineração, empreendidos de forma predatória pelos colonizadores, criando-se fortes entraves para a dinamização da economia e distribuição das riquezas, indispensáveis para a superação da pobreza. Além disso,

[...] o semiárido sempre foi uma fonte de poder. Poder localmente organizado de grandes proprietários que se tornaram chefes semifeudais e poder modernizado de deputados que utilizam o controle sobre bases políticas constituídas de populações de baixa renda. (Sampaio, 2008: 193).

O Estado, por seu lado, nunca definiu políticas públicas consistentes, com visão estratégica e duradoura para o semiárido, limitando-se a políticas setoriais assistencialistas e compensatórias com forte viés político nos momentos de maior crise, causados pelos longos períodos de estiagem²². Somente recentemente, na

²² Apesar de a falta de água ser um problema secular, somente recentemente o governo federal definiu uma estratégia de captação e armazenamento de água para a população rural do semiárido, coordenada pela Articulação do Semiárido (ASA), que viabiliza o projeto “Um Milhão de Cisternas” que, mesmo não sendo solução definitiva ainda, se constitui num forte instrumento de viabilização da vida sertaneja. Ao nível da Bahia, pela primeira vez na história, o governo incorpora em seu discurso que o semiárido é prioridade, precisando ainda, de mais ações para dar concretude a ele.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional²³, a região foi tratada com o olhar de suas potencialidades, procurando superar a visão tradicional de fonte eterna de pobreza, ignorância, atraso, sofrimento e miséria.

Rever o semiárido significa reabrir a questão sobre economia e os processos de poder na região, mapeando a ligação da gestão do poder com uma gestão relativa à memória social. Por extensão, significa ver como as iniciativas de modernização foram quase sempre parte de um olhar externo que jamais aceitou a sociedade do semiárido como tal, senão como uma população marginalizada a ser esclarecida e dirigida, praticamente como material inerte, que apenas se converte em mão de obra. (Cf. Pedrão, 2008: 195).

A literatura registrou o primeiro período de seca no Nordeste ainda no final do século XVI; mas com relativa regularidade ao longo dos séculos, até os nossos dias, nos faz acreditar que a seca é um fenômeno anterior à colonização portuguesa. Na medida em que a população foi crescendo os problemas foram se agravando, especialmente pela interferência predatória: as reservas florestais foram reduzidas e até eliminadas; as reservas de água se tornaram insuficientes; a caça foi ficando cada vez mais escassa. Assim, os efeitos das secas foram, também, se tornando mais crônicos e devastadores. No século XX, por exemplo, alguns períodos de seca foram mais significativos: 1931/33 (conhecida como a “Seca de 32”), 1955-58, 1979-83, 1986-88, 1992-94 e o último registrado entre 1997-2000. A literatura registra que no século passado, somando-se todos os períodos de estiagem, ocorreram mais anos secos do que nos três últimos séculos anteriores (XVII, XVIII e XIX) e é provável que as intervenções do homem sobre o meio ambiente sejam a principal causa disso.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de minorar os efeitos devastadores da seca sobre a população sertaneja. Desde o período colonial o governo português estimulava a formação de aglomerados próximos a mananciais

²³ Projeto elaborado sob a coordenação da economista Tania Bacelar de Araujo, convidada pelo presidente Lula para chefiar a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, a partir de 2003. Registre-se que em 1956 o então presidente Juscelino Kubistchek criou um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, que publicou seu relatório em 1959, obedecendo à teoria *cepalina* de centro e periferia, que recomendava um processo de *modernização conservadora* para o Nordeste com a transformação do setor agrícola com vistas ao aumento da produtividade e regionalização da indústria tradicional movida a incentivos e voltada para o aproveitamento da matéria prima local (Cf. Carvalho, 2001). Para cumprir as metas propostas pelo GTDN, foi proposta a criação da SUDENE.

aquíferos permanentes²⁴ para reduzir o impacto da falta de água, o plantio de culturas mais resistentes, como o caso da mandioca. Os tímidos esforços continuaram com a era republicana, mas não produziram os resultados que a sociedade esperava, pelo próprio caráter tecnicista, conservador e assistencialista das medidas e pela utilização política nelas impregnada, resultando, sempre, em resultados paliativos. Foi assim que surgiram o IOCS²⁵, o IFOCS, o DNOCS, a SUDENE²⁶, o BNB²⁷, entre outros órgãos, que também se revelaram incapazes de resolver o problema que atingia uma grande área demarcada em 1936 como “Polígono das Secas”, incorporando todos os estados nordestinos e parte de Minas Gerais; mais recentemente incorporou-se também o norte do Espírito Santo. A criação mais recente do FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), embora importante e necessária, por si só, vem se revelando também insuficiente.

Seguindo a lógica do desenvolvimento capitalista nacional, instalam-se na Bahia, a partir da década de 70 do século XX, o Pólo Petroquímico de Camaçari e Centros Industriais em locais considerados estratégicos pelo então regime militar, a exemplo de Feira de Santana, Ilhéus e Juazeiro, que ajudaram o Estado, apesar das sucessivas crises²⁸ e da baixa capacidade de investimentos, a ingressar no ritmo industrial do país, com papel destacado em alguns setores estratégicos como indústria petroquímica, portuária, automotiva e, mais recentemente, produção de softwares. A atenção e os investimentos governamentais, entretanto, concentraram-se no Pólo Petroquímico, permanecendo o interior em situação de semi-estagnação durante muitos anos²⁹.

²⁴ Centenas de cidades do Nordeste têm essa origem. Na Bahia, apenas como exemplo, podem-se citar Juazeiro, Ibotirama, Cachoeira, São Felix, Jacobina, além de tantas outras.

²⁵ Inspetoria de Obra Contra as Secas, criado em 1909. Passou a denominar-se Inspetoria Federal de Obra Contra as Secas (IFOCS), em 1919; e, em 1945, transformado no atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS).

²⁶ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pela Lei 3.962/59, extinta pela Medida Provisória 2.145/02 (governo Fernando Henrique Cardoso) e recriada pelo Decreto Lei 6.198/07 (governo Lula).

²⁷ Criado em 1952 através da Lei 1649/52, cujo principal instrumento de apoio ao desenvolvimento do Nordeste é o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste) instituído em 1988 (Art. 159, Constituição Federal).

²⁸ Mecanismos de atração de empreendimentos foram criados, de forma que muitas empresas que se instalaram nessas áreas permaneceram somente enquanto durou o período dos gordos incentivos, fechando suas portas a partir de então, o que gerou seriados de crises, passando a gozar de relativo crescimento a partir da estabilização da economia nacional registrada a partir de 2003.

²⁹ Nas décadas de 80 e 90, do século passado, os centros industriais interioranos ficaram conhecidos como “cemitérios industriais” pela quantidade de empreendimentos que fecharam suas portas.

3. Aspectos Geográficos e Ambientais

A região semiárida foi instituída pela Lei 7827/89, definindo-a como área de atuação da SUDENE, e ampliada pela Resolução 10929/94, que incorporou parte dos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo³⁰, correspondendo a 12,6% do território nacional³¹. No território baiano estão 45% do semiárido nordestino, área correspondente a 438,4 mil km² que equivale a 77,6% do Estado. Nele vive cerca de 6,5 milhões de pessoas, 46,4% da população estadual. Nessa área estão 265³² (63,5%) dos 417 municípios baianos. Apesar de ser um dos estados mais ricos do país (6ª economia), ainda se iguala àqueles de piores indicadores sociais³³. Mesmo abrigando 28% da população brasileira, a contribuição da região semiárida na formação do PIB nacional é de apenas 14%.



Foto 01: Roberto Paulo - Pedintes à beira de rodovia

Os longos períodos de seca que se repetem, de forma cíclica, em média a cada 12 anos, têm sido o grande vilão da situação de pobreza e de miséria em que se encontra grande parte da população. O índice pluviométrico anual, além de baixo, é irregular: mais de 70% das chuvas se concentram num curto espaço de tempo,

³⁰ A área do semiárido brasileiro corresponde a 1.106.529 km², sendo que 974.752 km² estão no Nordeste, 107.344 em MG e 24.433 no ES. (Cf. Cáritas Brasileira - www.cliquesemiario.org.br).

³¹ Do total de 5.561 municípios brasileiros, 1.133 (20,4%) estão na região semiárida.

³² (Cf. Nascimento, 2008: 234.).

³³ A publicação *Bahia Análise & Dados*, SEI, 2008, apresenta dados diferentes em sua pág. 232: área do semiárido brasileiro 980.056,7 km², nordestino 876.466,7 km² (omite o Espírito Santo). A mesma publicação registra 252 Municípios como pertencentes ao semiárido baiano, abrangendo uma área correspondente a 390.549,4 km².

ficando a maior parte do ano sem chover, o que inibe a atividade produtiva. Já nos períodos de estiagem prolongada, os índices pluviométricos caem para 200 mm e 400 mm, inviabilizando quase que completamente a atividade agropecuária. Nessas circunstâncias, fica praticamente impossível a vida humana, gerando grandes fluxos migratórios da população, que busca a sobrevivência noutras regiões³⁴.

Fig. 05 - REGIÃO SEMIÁRIDA (FNE) – ESTADO DA BAHIA



FONTE: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005.

³⁴ Os longos períodos de seca trazem consigo, além da falta de água, a falta de alimentos. A vegetação desaparece e parte dos criatórios sucumbe. No passado, parte considerável da população recorria à caça abundante para vencer os momentos de crise, alternativa que já não existe nos dias atuais com a devastação da flora e da fauna.

A caatinga³⁵, termo de origem tupi que significa *mata branca*³⁶, constitui o bioma predominante em todo o Território, cuja vegetação nativa ainda esconde a pouco conhecida biodiversidade que enriquece a sociedade a cada dia com a descoberta de novas espécies de plantas e animais. Estimam os estudiosos que há entre 2.000 e 3.000 espécies vegetais no bioma caatinga, porém apenas 1.000 delas são conhecidas. Com solos relativamente rasos, as plantas arbustivas e arbóreas ficam vulneráveis às estiagens, entretanto, têm a capacidade, e como defesa natural, de perder todas suas folhagens na ausência das chuvas para reduzir os riscos de desidratação, expressando uma paisagem de tristeza e de morte aparente (fenômeno conhecido como *caducifolia*), ressurgindo com exuberância nas primeiras chuvas que caem; grande parte da fauna – as espécies³⁷ conhecidas são: 17 de anfíbios, 44 de répteis, 695 de aves, 120 de mamíferos – também desaparece. As primeiras chuvas que chegam, mesmo de baixa intensidade, são suficientes para resgatar a vida no sertão: o verde das plantas reaparece, os animais ressurgem, a tristeza desaparece e a alegria do sertanejo volta a reinar.



Há, entretanto, algumas espécies vegetais que conseguem armazenar e utilizar a água de forma racionada, mantendo suas folhagens mesmo em longos períodos de seca: o juazeiro, o umbuzeiro, a cajazeira, o faveleiro, a baraúna, o icó, o angico, etc. além de cactos que resistem aos períodos mais árduos: o mandacaru,

³⁵ A Caatinga integra o conjunto de quatro biomas do Estado da Bahia, ao lado de Mata Atlântica, Manguezais e Cerrado. Ao nível mais geral, a caatinga ocupa uma área de 850.000 km², o que corresponde a 10% do território nacional.

³⁶ caa=mata, tinga=branca.

³⁷ Trata-se de animais vertebrados. Em relação aos invertebrados, praticamente ainda é um mundo desconhecido.

o xique-xique, a palma, o cabeça-de-frade, e de palmeiras como o licurizeiro, a *areobeira* e o ariri. Essas plantas, além de constituir uma simbologia cultural para o sertanejo, são fundamentais para a sobrevivência de espécies animais, tanto aqueles pertencentes à fauna catingueira, quanto os bovinos, caprinos e ovinos³⁸ criados pelos agricultores. O licurizeiro, a *areobeira*, o piri, o araticum, o umbuzeiro e a cajazeira exercem papel especial porque, além da sua importância para os animais, são fundamentais para a alimentação do sertanejo nos períodos de crise, como bem ensinou o médico e cientista pernambucano Josué de Castro.³⁹



A substituição pura e simples da vegetação nativa por pastagens, desde o período da ocupação colonial e que continua nos dias de hoje, sem qualquer mecanismo controle⁴⁰ sustentável, causou e ainda causa muitos danos ao meio ambiente que parecem irreversíveis: o rompimento do equilíbrio homem/mulher – natureza, aumento da aridez do clima, perda de qualidade dos solos etc. Além da possibilidade de fornecimento de complemento alimentar para as pessoas e para os criatórios, a vegetação protegia muitas espécies animais que também ajudavam na

³⁸ A EMPRABA, depois de pesquisa realizada, relacionou um conjunto de plantas da caatinga, conhecidas e rotineiramente utilizadas pelo sertanejo, que são importantes para a alimentação animal: Neem, Pau Ferro, Pau de Colher, Jereré, Malva, Jurema, Palma Gigante, Beldroega, Ficus, Umbuzeiro, Calumbi, Jurubeba, Quixabeira, Farinha Seca, Licuri, Mão de Vaca, Lã de Seda, Baraúna, Caatinga, Carrancudo, Cansação, Mão de Boi, Pau de Rato, Batata de Teu, Pindoba, Icó e Favela (cepatsa@cepatsa.embrapa.br). Há outras, não relacionadas, também utilizadas pelos agricultores: Jitirana, Mata-Pasto, Língua de Vaca, o Piri etc.

³⁹ Josué de Castro, na famosa “Geografia da Fome”, atribui a essas e a outras plantas do sertão, em sua época, papel decisivo na luta pela sobrevivência dos nordestinos em longos períodos de seca (CASTRO, 1969).

⁴⁰ Mesmo as determinações legais de manutenção de 20% das reservas florestais nativas não são obedecidas.

alimentação humana através da caça (a pomba de arribação, o veado catingueiro, a capivara, o tatu, o teiú e muitas dessas espécies já são “passado”); compunha, assim, todo um ecossistema de equilíbrio e harmonia. O desequilíbrio entre as pessoas e a natureza gerou muitos efeitos, entre eles a extinção de muitas espécies que exerciam papel imprescindível na agropecuária. Para combater carrapatos nos animais, formigas, lagartas e outros insetos nas plantações, os agricultores contavam com a ajuda dos predadores naturais (o tatu, o teiú, inúmeras espécies de pássaros), passando, com a ausência desses, a recorrer ao uso de agrotóxicos, contaminando os solos e as águas, com reflexos negativos óbvios para a saúde e para a vida das pessoas. Há indícios, embora se necessite de investigações científicas, do aumento da aridez do clima como fruto de todo processo de degradação das condições ambientais, mas especialmente da vegetação que exerce a função natural de manter os níveis de umidade do ar. Pelo menos três consequências diretas são atribuídas a esse fato: a) a extinção de nascentes que se registravam em diversas localidades do semiárido, protegidas pela vegetação e que, em momentos de crise, exerciam importante papel no abastecimento de água para as populações e animais – essas nascentes eram utilizadas como cacimbas, pelos sertanejos, que não souberam protegê-las; b) o surgimento, com ampliação progressiva a cada ano, de pontos de desertificação em muitas regiões do Nordeste e da Bahia (inclusive no Território Bacia do Jacuípe) fenômeno que, se não for revertido, terá efeitos devastadores no futuro – estudiosos indicam que se registra a “desertificação moderada” em cerca de 40% do território baiano, com pontos isolados de “desertificação grave” e “muito grave”; neste último caso, a terra já não produz mais nada, e já foi comprovada em várias localidades; e c) o aumento da evaporação das águas gerada pelo calor – com a redução ou extinção da vegetação nativa, os “corpos d’água” existentes (barreiros, tanques, represas etc.) ficaram desprotegidos e mais vulneráveis ao calor.

Um estudo realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil⁴¹ em 2004 chamou a atenção para o problema das perdas de água através da evaporação no Nordeste⁴², conforme se pode constatar com os dados do quadro abaixo:

⁴¹ GUIMARÃES, 2004, p.19.

⁴² Aqui, foram destacadas no estudo do BNB apenas algumas localidades do Estado da Bahia.

Quadro II - ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS E DE EVAPORAÇÃO EM LOCALIDADES DA REGIÃO SEMIÁRIDA

Localidade	Chuva (mm)*	Evaporação (mm)*	Chuva x Evaporação
Caatinga/Paratinga (BA)	659	2.135	1 : 3,2
Agreste/Conquista (BA)	680	1.193	1 : 1,8
Caatinga/Barra (BA)	692	1.716	1 : 2,5
Agreste/Jacobina (BA)	893	1.379	1 : 1,5
Agreste/Itaberaba(BA)	942	1.247	1 : 1,3

*Média

Leve-se em conta, ainda, a escassez dos recursos hídricos no semiárido. Não há dados disponíveis específicos para o semiárido, entretanto, pode-se concluir pelos dados do quadro seguinte que a situação é realmente crítica: o Nordeste dispõe apenas 3,3% dos recursos hídricos do país para quase 30% da população, ao contrário do que se verifica nas regiões Centro-Oeste e Norte onde os recursos hídricos são abundantes e a população relativamente reduzida.

Quadro III - Disponibilidade dos Recursos Hídricos por Regiões

Região	Recurso Hídrico	Superfície	População
Norte	68,50%	45,30%	6,98%
Centro-Oeste	15,70%	18,80%	6,41%
Sul	6,50%	6,80%	15,05%
Sudeste	6,00%	10,80%	42,65%
Nordeste	3,30%	18,30%	28,91%

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Não se registrou, ao longo da história, qualquer iniciativa consistente do poder público em defesa do ecossistema. Não há legislação municipal sobre a questão e a legislação estadual e federal sempre foi desrespeitada com a conivência dos poderes públicos locais e tolerância da própria sociedade civil organizada. Ainda hoje, as esferas governamentais contribuem substancialmente para a degradação das condições ambientais, seja pela omissão, ineficiência das políticas públicas ou pela interferência predatória. Pode se registrar, como exemplo, a ausência de estrutura e tecnologias apropriadas para o tratamento adequado dos dejetos líquidos e sólidos, constituindo-se o lixo produzido pelas pessoas em importante fator de contaminação do ar, do solo, do subsolo e das águas. Nas cidades do Território, segundo a SEPLAN, apenas 14,3% dos domicílios dispõem de rede de esgotamento sanitário, o que significa dizer que mais de 85% dos dejetos sanitários também contaminam o ar, a água, o solo e o subsolo, agravando as condições socioambientais.

Do ponto de vista da população, por falta de informações adequadas e de condições efetivas para a adoção de práticas conservacionistas, as pessoas se inseriram no processo de degradação ambiental ao longo dos anos, de modo que a caatinga, com toda a riqueza da sua biodiversidade, foi praticamente aniquilada, restando pequenas áreas de reserva e conservação; a substituição de áreas nativas por pastagens e a prática extrativista desordenada tiveram efeitos devastadores⁴³. E quando se devasta a flora, destrói-se também a fauna. Muitas espécies (mamíferos, répteis, aves) nativas já estão extintas no Território e outras em fase de extinção sem a adoção de quaisquer medidas efetivas para garantir a preservação.



A ação predatória afetou também outros recursos naturais indispensáveis à produção e à vida. Os solos, pelas práticas incorretas e inadequadas, inclusive com o uso de agrotóxicos, perdem seu potencial de fertilidade e tornam-se cada vez mais empobrecidos. Há locais, por enquanto ainda pontuais e isolados, em evidente processo de desertificação, o que inviabilizará a ocupação humana futuramente. Com os recursos hídricos a situação não é diferente. As nascentes existentes em muitas localidades, que se constituíam em importantes fatores de apoio à sobrevivência humana e animal, já não existem mais. Para garantir o abastecimento

⁴³ Segundo estimativas do pesquisador Guilherme Fister, da Universidade de Oxford, cerca de 70% da caatinga já se encontra alterada pelo homem, e somente 0,28% de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação. Estes números conferem à caatinga a condição de ecossistema menos preservado e um dos mais degradados.

de água, cuja demanda é sempre crescente pelas necessidades humanas e produtivas, não há uma política pública racional de captação e armazenamento de água das chuvas, recorrendo-se à escavação de poços artesianos para retirada da água do lençol freático.

Como já dito anteriormente, o substrato geológico cristalino que ocupa uma vasta área torna-se responsável pelo teor de sais que se incorporam às águas superficiais e subterrâneas, fato que se agrava com a elevada evaporação motivada pelas altas temperaturas existentes. Por outro lado, são conhecidos os efeitos nocivos da utilização descontrolada da água do lençol freático para o meio ambiente⁴⁴. O volume de água do lençol freático leva milhões de anos para se recompor e, por conta disso, a sua utilização deveria ser rigorosamente cautelosa e controlada, e ocorrer somente nos casos de absoluta falta de opção. A retirada da água do lençol freático sem um planejamento adequado pode comprometer as necessidades de gerações futuras⁴⁵. Ao contrário do que ocorre, só se deveria recorrer a esse recurso se esgotadas outras alternativas, o que não é o caso. Conforme dados da SEPLAN, existem no Território 314 poços instalados. Há tecnologias disponíveis, inclusive de baixo custo, para a adoção de medidas para a captação e armazenamento das águas fluviais cujos danos ao meio ambiente são mínimos; o sistema de pequenas barragens, inclusive nos rios do Território, poderia ser uma alternativa.

Assim, as práticas convencionais da agricultura, herdadas da colonização predatória e do avanço do capitalismo no campo são, via de regra, devastadoras para o meio ambiente: a ausência do planejamento integrado e sistêmico da unidade de produção, inclusive a familiar, capaz de conciliar a exploração econômica com a preservação dos recursos naturais; a redução da diversificação de culturas, resultando, nos casos da agricultura de mercado, na monocultura; a irrigação tradicional que além de desperdiçar até 60% da água, contribui fortemente para a salinização dos solos; captação desordenada de águas subterrâneas, através da perfuração de poços; o superpovoamento das terras com criatórios, especialmente bovinos, caprinos e ovinos, ultrapassando os limites que a área oferece; e a ausência de procedimentos para a reciclagem e reutilização dos

⁴⁴ Embora careça de estudos científicos sobre o assunto, há locais na região de Irecê que estão literalmente afundando e a população atribui à “tábua de pirulito” resultante dos poços artesianos para viabilização da produção irrigada sem o devido planejamento.

⁴⁵ Esse problema já se manifestou em várias partes do mundo. A aridez do norte do México (o índice pluviométrico anual situa-se em torno de 400 mm) levou os agricultores, com muitos incentivos governamentais, a irrigar grande parte daquelas terras para a produção de frutas, verduras etc. Há 30 anos, a água era obtida com 8m de profundidade, hoje, já são 120 metros e, provavelmente, em 20 anos, não haverá mais água para viabilizar a irrigação.

dejetos sólidos e líquidos produzidos pela população. Esses são alguns exemplos de impactos ambientais negativos registrados a partir da interferência humana no sistema produtivo, contribuindo de forma significativa para a modificação do ecossistema.

A degradação ambiental acompanhou todo processo de ocupação do território nacional e baiano sem qualquer preocupação contrária dos governantes até épocas recentes; os colonizadores e depois seus remanescentes sempre procuraram extrair o máximo da natureza, sem preocupação com a preservação dos recursos para as gerações atuais e futuras. Somente recentemente, ainda no regime militar, passou-se a dispor da primeira norma jurídica (Lei nº 6.938/1981) que estabelece as bases para a política nacional de meio ambiente, introduzindo-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que já estabelece responsabilidades para as instâncias federal, estaduais e municipais. Nos municípios, os Órgãos Municipais de Meio Ambiente (OMMA) passam, no texto da lei, a integrar o SISNAMA. Em 1988, a Constituição Federal consolidou a gestão compartilhada do meio ambiente, que reflete também na Lei nº 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades.

Apesar disso, vinte anos depois (2002⁴⁶), apenas 6% dos municípios brasileiros tinham criado algum OMMA, mas avançaram na criação de referenciais jurídicos: 78% dos municípios com até 20.000 habitantes e 81% dos municípios com população entre 20.000 e 100.000 têm em suas Leis Orgânicas um capítulo sobre meio ambiente; 23% e 21%, respectivamente, elaboraram Códigos Ambientais; 13% dos municípios da primeira faixa de população e 18% dos da segunda elaboraram Plano Diretor. No Nordeste, 38% dos municípios criaram Conselhos Municipais de Meio Ambiente, sendo que somente 26% estavam ativos em 2002. Ao nível nacional, 20% dos Municípios integram consórcios municipais com fins ambientais – tratamento de lixo, uso de recursos hídricos, conservação de recursos naturais etc., o que não é suficiente para resolver os graves problemas que já se apresentavam: na Bahia, 65,8% dos Municípios não têm saneamento básico ou o tem de forma inadequada.

A Lei de nº 9.605/1988 – Lei dos Crimes Ambientais – determina que os recursos arrecadados com aplicação de multas por crimes ambientais sejam destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, mas no Nordeste, apenas 0,3% dos Municípios tinha criado esse Fundo até 2002.

⁴⁶ IBGE/PNAD, Estatística Básica dos Municípios, 2002.

Apesar desses esforços, pouca coisa é implementada. A partir da *Eco-92*, a medida prática mais importante que chegou às bases foi a proposta da *Agenda 21*, cuja intervenção prepararia a nação para o século XXI. No Nordeste, quem mais se empenhou pela proposta foi o Banco do Nordeste do Brasil, através do projeto Farol do Desenvolvimento, mas não produziu os resultados esperados, apesar de estar contido na apresentação de um dos trabalhos publicados:

[...] não deixa dúvida de que os governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e de facilitar a construção de agendas 21 nacional e locais⁴⁷.

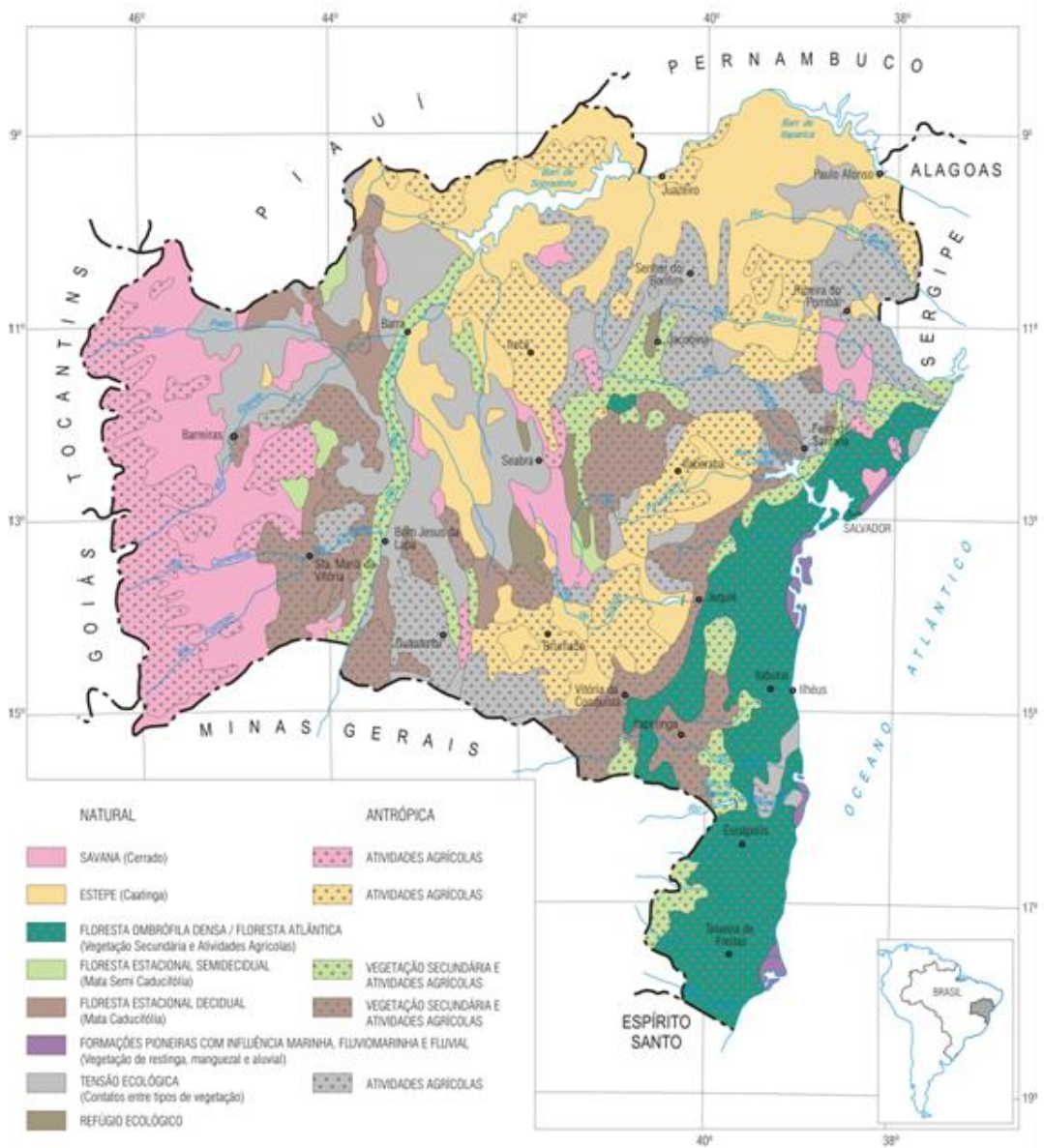
Como os governos não se comprometeram com a proposta, somente 63% dos municípios nordestinos iniciaram a discussão sobre a Agenda 21 (na Bahia, 60%) e 24,4% elaboraram o Plano de Desenvolvimento Sustentável; apenas 4,1% chegaram a constituir o Fórum Municipal da Agenda 21⁴⁸.

O quadro no Território Bacia do Jacuípe, possivelmente, é ainda pior, considerando que o isolamento de muitos municípios dificultava a implementação de muitas ações. Há muitas áreas ameaçadas com o processo de desertificação, a extinção da caatinga e da fauna que nela se hospedava e a devastação das “matas” ciliares dos rios Pitagi, rio do Peixe, Paulista, Cairu, Sacraíú, Itapicuru Mirim e Jacuípe, que cortam o Território – sendo que apenas os dois últimos são perenes.

⁴⁷ Cidades Sustentáveis, IBAMA/MMA, pág.8.

⁴⁸ A *Agenda 21* tinha como proposta mobilizar as populações em relação aos seguintes Eixos Temáticos: Infraestrutura e Integração Regional; Gestão dos Recursos Sustentáveis; Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Educação e Desigualdades Sociais; e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Fig. 06 – COBERTURA VEGETAL – ESTADO DA BAHIA



FONTE: IBGE, 1998 / EMBRAPA, 2001

Capítulo II - Território Bacia do Jacuípe

1. Aspectos Gerais

O Território da Bacia do Jacuípe convive com as mesmas condições climáticas do semiárido brasileiro. Temperatura média anual de 29º C (variando entre 22º C e 38º C em alguns períodos do ano). Os solos são considerados de dois tipos: Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e Planossolo Solódico Eutrófico. O primeiro tem textura média e argilosa, planos ou de ondulação suave, utilizado no cultivo de milho, feijão, mandioca etc. e pastagens. É considerado de baixa fertilidade. O Planossolo Solódico Eutrófico é de baixa permeabilidade e pouco profundo, alagando com facilidade em períodos chuvosos; apresenta relevo acentuado e por isso é mais suscetível à erosão. É mais utilizado com culturas permanentes e pastagens.

Os esforços pela busca da modernização das atividades agropecuárias têm aumentado o número de pequenas agroindústrias, conforme o quadro seguinte:

Quadro IV – PRESENÇA DA AGROINDÚSTRIA

Município	Bat. milho e feijão	Cerâmica	Casa de Mel	Casa de Farinha	Forrageiras	Desnatadeiras
Baixa Grande	20	-	-	30	100	8
C. do Alto Alegre	1	-	-	32	17	9
Gavião	-	-	-	-	40	8
Ipirá	15	-	8	05	5	15
Mairi	2	-	-	15	10	4
Nova Fátima	4	-	1	2	5	1
Pé de Serra	10	-	-	58	8	15
Pintadas	8	-	1	20	5	-
Quixabeira	3	-	-	15	4	2
R. do Jacuípe	12	1	-	3	8	-
S. J. do Jacuípe	3	-	-	5	3	1
Serra Preta	3	-	-	5	3	1
Várzea da Roça	15	-	1	25	30	10
Várzea do Poço	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
TOTAL	96	1	11	215	238	74

Fonte: Plano Safra CODES/MDA, 2010.

É expressiva a participação dos agricultores familiares em organizações comunitárias, a exemplo de associações, cooperativas e sindicatos, conforme o

quadro seguinte que registra a presença de 488 organizações com um total de 37.679 filiados, levando-se em conta que uma mesma pessoa pode se associada aos três tipos de organizações.

Quadro V – PRESENÇA DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Município	Associações		Cooperativas		Sindicatos	
	Nº de Ent.	Nº de Sócios	Nº de Ent.	Nº de Sócios	Nº de Ent.	Nº de Sócios
Baixa Grande	42	1200	4	2000	3	4800
Capela do Alto Alegre	37	2963	2	520	2	2920
Gavião	23	460	1	80	1	1600
Ipirá	42	1260	2	160	2	13000
Mairi	55	3680	1	450	3	3500
Nova Fátima	21	1050	2	43	1	1968
Pé de Serra	26	1040	1	49	1	2200
Pintadas	35	850	2	920	1	1400
Quixabeira	10	200	2	3500	1	850
Riachão do Jacuípe	34	1700	1	110	2	10500
São José do Jacuípe	35	2200	1	250	1	2500
Serra Preta	45	2250	1	600	2	3800
Várzea da Roça	40	440	1	500	2	2700
Várzea do Poço	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
TOTAL	445	19293	21	9182	22	9204

Fonte: Plano Safra CODES/MDA, 2010.

2. População

Os municípios do Território foram palco de grande mobilização populacional nas últimas décadas. Os dados relativos à variação populacional no período de 1991 a 2007 são elucidativos e preocupantes. No conjunto, o Território teve como perda nominal 12,5% da sua população (273,3 mil em 1991 e 239,2 mil em 2007). Considerando-se um crescimento médio vegetativo de 1,2% ao ano, no período de 17 anos, a população do território em 2007 seria de 335.694 pessoas, ou seja, quase 40% superior. Interessante observar que no período de 1991 a 2007 apenas os municípios de Pintadas e Várzea da Roça não tiveram perda nominal de população (tiveram um suave crescimento de 4,8% e 7,0%). Gavião e Quixabeira tiveram as maiores déficits, 37,8% e 33,0% respectivamente (o que representa 60,6% e 49,0%, respectivamente, das populações atuais). Essa perda populacional, muito provavelmente, é fruto das poucas oportunidades econômicas oferecidas, obrigando a migração de pessoas e de famílias à busca da sobrevivência ou da melhoria das condições de vida noutras localidades.

Quadro VI (A) – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2007

Município	População		
	1991	2000	2007
Baixa Grande	21.634	20.441	20.907
Capela do Alto Alegre	17.142	11.898	12.300
Gavião	7.118	4.792	4.432
Ipirá	62.672	61.746	59.836
Mairi	20.769	20.085	19.221
Nova Fátima	10.445	7.536	7.635
Pé de Serra	17.048	13.531	14.147
Pintadas	10.045	10.927	10.543
Quixabeira	13.927	9.466	9.329
Riachão do Jacuípe	37.610	31.633	32.429
São José do Jacuípe	14.100	9.233	10.475
Serra Preta	17.685	17.726	15.039
Várzea da Roça	13.448	13.633	14.401
Várzea do Poço	9.633	7.515	8.526
TOTAL	273.276	240.162	239.220

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000 e Estimativas 2007.

O quadro seguinte permite visualizar a variação populacional no período de 1991 a 2007 e a perda nominal, por município e por períodos.

Quadro VI (B) – VARIAÇÃO POPULACIONAL 1991-2007

Município	Variação Populacional (%)		
	1991-2000	2000-2007	1991-2007
Baixa Grande	-5,8	2,28	-3,5
Capela do Alto Alegre	-44,1	3,38	-28,2
Gavião	-48,5	-7,51	-37,8
Ipirá	-1,5	-3,09	-4,5
Mairi	-3,4	-4,30	-7,4
Nova Fátima	-38,5	1,31	-26,9
Pé de Serra	-25,9	4,55	-17,0
Pintadas	8,8	-3,51	4,8
Quixabeira	-47,1	-1,45	-33,0
Riachão do Jacuípe	-18,9	2,52	-13,8
São José do Jacuípe	-52,2	13,45	-25,4
Serra Preta	0,4	-15,16	-14,9
Várzea da Roça	1,4	5,63	7,0
Várzea do Poço	-28,2	13,45	-11,5
TOTAL	-13,7	-0,40	-12,5

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000 e População 2007.

Em relação à faixa etária da população, algumas considerações são necessárias: 60% dos moradores têm até 29 anos, portanto uma população jovem, destacando-se que 28% têm entre 15 e 29 anos, e outros 60% podem ser classificados como economicamente ativos, com idade entre 15 e 59 anos, embora, como é sabido, parte da população com mais de 60 anos continua também produzindo (o quadro V-B demonstra que 7,4% da população tem 65 anos ou mais de idade). É importante notar, também, que 18,5% – quase um quinto, portanto – situam-se na faixa de 7 a 14 anos, idade do ensino fundamental. Fato curioso é que, observando os dados dos alunos matriculados no ensino fundamental (Quadro IX) há 71.548 matrículas, o que corresponde a 27,7% da população atual. O que permite inferir que 27.627 estudantes das faixas etárias inferiores a 7 anos e superiores a 14 (38,6% do total de matrículas estão no ensino fundamental).

Quadro VII (A) – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE IDADE- 2000

Município	Até -7 anos	7 a -15 anos	15 a - 20 anos	20 a - 30 anos	30 a - 60 anos	60 anos e mais	TOTAL ⁴⁹
Baixa Grande	2.950	3.214	2.574	3.049	6.406	2.148	20.341
Cap. do Alto Alegre	1.483	2.241	1.461	1.717	3.611	1.385	11.898
Gavião	611	1.572	566	306	1.982	366	4.792
Ipirá	9.258	12.166	8.042	9.398	16.617	6.265	61.746
Mairi	3.018	3.848	2.445	2.783	6.207	1.784	20.085
Nova Fátima	971	1.347	903	1.282	2.530	503	7.536
Pé de Serra	1.986	1.764	1.557	2.163	4.365	1.333	13.531
Pintadas	1.672	1.967	1.322	1.823	3.283	860	10.927
Quixabeira	1.623	1.593	1.163	1.455	2.854	775	9.466
Riachão do Jacuípe	4.146	5.576	3.816	5.363	9.651	3.081	31.633
São José do Jacuípe	1.240	1.842	1.244	1.448	2.843	616	9.233
Serra Preta	2.454	2.473	2.273	2.679	6.050	1.797	17.726
Várzea da Roça	2.046	2.378	1.655	2.058	4.108	1.388	13.633
Várzea do Poço	917	1.376	913	1.093	2.348	868	7.515
Total	34.374	43.921	29.934	36.617	72.945	22.850	240.012
%	14,1	17,9	12,3	15,2	30,3	10,2	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Com um pouco mais de detalhes, o quadro seguinte trata também da distribuição da população por faixas de idade. Interessante observar que a faixa da “juventude típica” (15 a 24 anos), considerada faixa de risco por incorporar os adolescentes, corresponde a 21% da população. A população com 65 anos ou mais já corresponde a 7,4%.

⁴⁹ Observe que esses dados são diferentes daqueles apresentados no quadro seguinte. Aqui, são dados do censo demográfico de 2.000 enquanto os dados do quadro seguinte têm por base o ano de 2007.

Quadro VII-B – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE IDADE- 2000

Município	Faixas de Idade (anos) - %							65 ou mais
	0-3	4-6	7-14	15-17	18-24	25-59	60-64	
Baixa Grande	8,4	6,7	20,1	7,8	13,4	33,1	2,6	7,9
Cap. do Alto Alegre	6,8	5,6	18,8	6,9	13,4	36,8	3,5	8,1
Gavião	6,4	6,4	20,0	7,7	12,9	36,1	2,9	7,6
Ipirá	8,4	6,6	19,7	8,1	13,8	33,3	2,8	7,4
Mairi	8,2	6,8	19,2	7,8	12,4	34,5	2,9	8,2
Nova Fátima	7,0	5,9	17,9	6,6	15,0	38,1	2,8	6,7
Pé de Serra	7,8	6,9	20,4	7,2	13,5	34,4	3,3	6,5
Pintadas	8,7	6,6	18,0	7,5	14,5	34,0	2,8	7,9
Quixabeira	7,9	6,8	18,3	8,5	12,3	34,6	2,9	6,0
Riachão do Jacuípe	7,2	5,9	17,6	7,2	14,4	38,0	2,4	7,3
São José do Jacuípe	7,6	5,9	19,9	8,5	13,6	34,8	3,0	6,7
Serra Preta	7,8	6,1	19,0	8,1	13,9	22,2	3,4	9,6
Várzea da Roça	8,3	6,7	19,6	7,2	13,8	34,1	3,0	7,2
Várzea do Poço	6,4	5,8	18,3	7,9	12,3	37,8	3,1	8,5
TOTAL/MÉDIA	7,6	6,3	17,8	7,6	13,5	34,4	2,9	7,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Contrariando a lógica vigente tanto no nível nacional quanto no estadual, onde a população feminina leva pequena vantagem sobre a masculina, registra-se o inverso no Território: 50,2% da população é formada por homens e 49,8% por mulheres. Somente em cinco municípios (Ipirá, Mairi, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta) a população feminina é superior. Quanto à distribuição da moradia, a predominância ainda é rural, embora muitos cidadãos tenham a vida firmada no meio rural⁵⁰, 55%.

⁵⁰ É preciso ter cautela ao analisar os dados das populações urbanas e rurais em todo interior baiano e, quiçá, nordestino. Há um percentual não identificado, mas não desprezível, de “moradores” urbanos que mantêm domicílio residencial nas cidades em função de alguns serviços (maior facilidade para obter atendimento à saúde, educação etc.), mas toda atividade econômica é rural. Em muitos casos, inclusive, a mulher e os filhos “residem” na cidade de segunda a sexta, retornando à fazenda nos finais de semana onde se juntam ao chefe da família que continua morando na zona rural.

Quadro VIII – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR SEXO E LOCAL DE RESIDÊNCIA

Município	Sexo (%)		Local de Residência (%)	
	M	F	Urbano	Rural
Baixa Grande	50,0	50,0	34,9	65,1
Capela do Alto Alegre	50,5	49,5	38,1	61,9
Gavião	51,6	48,4	46,0	54,0
Ipirá	49,4	50,6	37,8	62,2
Mairi	49,4	50,6	47,8	52,2
Nova Fátima	50,1	49,9	58,9	41,1
Pé de Serra	50,7	49,3	30,4	69,6
Pintadas	50,2	49,8	37,3	62,7
Quixabeira	50,9	49,1	33,1	66,9
Riachão do Jacuípe	49,5	50,5	49,2	50,8
São José do Jacuípe	49,9	50,1	61,67	38,3
Serra Preta	49,8	50,2	32,1	67,9
Várzea da Roça	50,2	49,8	63,4	36,6
Várzea do Poço	50,2	49,8	63,4	36,6
TOTAL/MÉDIA	50,2	49,8	45,3	54,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

3. Educação

É do conhecimento público que o nível de desenvolvimento – nível de renda, qualidade de vida da população etc. – de uma comunidade, território ou nação, depende de muitos fatores, sendo consenso que um deles, com papel preponderante, é a educação. Isso é comprovado com a própria realidade: as comunidades ou nações que alcançaram os melhores índices de IDH (Dinamarca, Suécia, Suíça, entre tantos outros) precisaram, antes ou concomitantemente, investir e melhorar os níveis educacionais. E no mundo globalizado, as exigências são bem maiores que no passado. Antes, “saber ler e escrever” era suficiente; hoje já não responde mais às necessidades, exige-se das pessoas maior nível de conhecimento que permita enfrentar as adversidades de uma sociedade complexa e cada vez mais competitiva.

A situação educacional no Território, como em todo semiárido e no Estado, é bastante crítica e carece de atenção especial para a construção do processo de desenvolvimento sustentável. Ainda são alarmantes os índices de analfabetismo entre os adultos – quase um terço da população – além do segmento com menos de quatro anos de estudo que podem ser considerados como “analfabetos funcionais” e ultrapassam a casa dos 50%. Certamente que há impedimentos reais – reconhecendo-se os casos de exceção – de uma população analfabeta ou com poucos anos de escolaridade poder tomar iniciativas para incorporar novas

tecnologias no processo produtivo e melhorar os índices de produtividade. Também têm dificuldades ao buscar alternativas de beneficiamento e comercialização que agreguem valor aos produtos e possam melhorar a renda; adoção de práticas de recuperação/preservação das condições ambientais; a construção de canais de organização etc. Somando-se a população sem escolaridade com a faixa que tem menos de quatro anos de estudo⁵¹ chega-se a 80% da população.

Há um segmento intermediário correspondente a 12% da população que tem escolaridade entre quatro e oito anos e, no outro extremo, o segmento com mais de oito anos de estudo, que corresponde a menos de 10%.

Internamente, as disparidades são bastante interessantes: Mairi se destaca com a maior taxa de analfabetismo de adultos (quase 40%); para o segmento de menos de quatro anos de estudo não há propriamente um destaque, já que vários municípios se encontram relativamente próximos, ficando a liderança com Várzea da Roça. Considerando o somatório da população sem escolaridade com aquela que tem menos de quatro anos de estudo, o destaque também é Mairi. Analisando os dados relativos à população com mais de oito anos de escolaridade, há algumas curiosidades: Riachão do Jacuípe lidera, com 16,5%, índice três vezes superior ao de Várzea da Roça, que ocupa a pior posição.

Quadro IX – ANALFABETISMO

Municípios	% Pop. Adulta sem escolaridade	% Pop. de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	% População com mais de 8 anos de estudo
Baixa Grande	28,8	59,7	6,9
Capela do Alto Alegre	37,1	59,2	9,0
Gavião	28,3	59,7	8,5
Ipirá	36,3	62,9	6,5
Mairi	39,5	56,3	6,9
Nova Fátima	28,8	52,6	12,5
Pé de Serra	28,8	61,0	7,8
Pintadas	32,1	57,1	9,5
Quixabeira	34,4	58,6	8,2
Riachão do Jacuípe	24,0	45,3	16,5
São José do Jacuípe	36,8	59,4	6,5
Serra Preta	19,7	60,7	7,2
Várzea da Roça	25,5	63,4	5,2
Várzea do Poço	27,1	53,2	9,9
Total	30,3	50,1	8,6

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000 e Mapa das Desigualdades, IBGE, 2003

⁵¹ IBGE/PNAD, Estatística Básica dos Municípios, 2002.

O quadro anterior evidencia que o analfabetismo é um grave problema no Território que, aliás, não se resolve apenas com a alfabetização das pessoas, mas que deve ser encarada como um primeiro passo indispensável à elevação da autoestima da população e ao processo de desenvolvimento sustentável. Apesar disso, poucos municípios se inseriram no programa Brasil Alfabetizado, conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro X – NÚMERO DE PESSOAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, POR MUNICÍPIO E POR ANO

Município	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Baixa Grande	0	0	0	0
Capela do Alto Alegre	438	0	175	50
Gavião	0	0	0	0
Ipirá	561	0	539	0
Mairi	0	0	0	0
Nova Fátima	0	0	0	0
Pé de Serra	0	0	0	0
Pintadas	0	0	0	0
Quixabeira	0	0	0	0
Riachão do Jacuípe	0	0	0	0
São José do Jacuípe	0	108	22	0
Serra Preta	0	0	0	0
Várzea da Roça	0	0	0	0
Várzea do Poço	0	0	0	0
TOTAL	999	108	736	50

Fonte: MEC/FINEP, 2007

O número de matrículas no ensino fundamental supera e muito o número de crianças na faixa de 7 a 14 anos, o que é positivo. Entretanto, o número de matrículas registrado no ensino médio é preocupante: apenas 15% do número de matrículas no ensino fundamental, o que significa dizer que para cada grupo de 100 estudantes que conclui o ensino fundamental, 85 não continuam os estudos. É preciso investigar as causas desse fato: o processo de ensino se revela “sem utilidade” para os estudantes e por isso desistem de continuar? Faltam vagas no ensino médio? A situação de pobreza obriga a inserção precoce da juventude no mundo do trabalho?

A rede particular de ensino aparece no ensino fundamental com 3,2% das matrículas e no ensino médio com a mesma participação. No ensino superior, apesar de baixo o número de matrículas, 100% pertencem à rede particular.

Quadro XI – MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO – 2008

Município	Matrículas Ens. Fund. Rede Públ.	Matrículas Ens. Fund. Rede Part.	Matrículas Ens. Médio Rede Públ.	Matrículas Ens. Médio Rede Part.	Matrículas Nível Superior
Baixa Grande	3.879	167	1.160	12	---
Capela do Alto Alegre	1.783	---	377	---	---
Gavião	823	---	133	---	---
Ipirá	11.323	621	2.509	36	81
Mairi	4.349	113	654	76	95
Nova Fátima	1.343	100	295	---	---
Pé de Serra	2.732	235	807	---	---
Pintadas	2.050	---	603	---	---
Quixabeira	2.270	73	511	61	---
Riachão do Jacuípe	4.819	647	1.732	148	---
São José do Jacuípe	2.060	18	382	---	---
Serra Preta	3.499	32	846	---	---
Várzea da Roça	3.095	109	485	---	---
Várzea do Poço	1.692	107	337	---	---
Total	45.717	2.222	10.381	333	176

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br – Cid@des) – 25/10/2009.

O quadro seguinte permite inferir sobre a capacidade técnica instalada nas escolas. Mesmo se tratando de laboratório de informática que tem custos relativamente baixos e são vistos, na atualidade, como indispensáveis ao aprendizado dos estudantes, o equipamento existia, em 2006, em apenas oito escolas de cinco municípios.

Quadro XII – LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS

Município	Dependência Administrativa						TOTAL
	Estadual		Municipal		Particular		
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	
Baixa Grande	0	0	0	0	0	0	0
Capela do Alto Alegre	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0
Ipirá	0	0	0	0	2	0	2
Mairi	0	0	0	0	0	0	0
Nova Fátima	0	0	0	0	0	0	0
Pé de Serra	0	0	0	0	0	0	0
Pintadas	1	0	1	0	0	0	2
Quixabeira	0	0	0	0	0	1	1
Riachão do Jacuípe	1	1	0	0	1	0	3
São José do Jacuípe	0	0	0	0	0	0	0
Serra Preta	0	0	0	0	0	0	0
Várzea da Roça	0	0	0	0	0	0	0
Várzea do Poço	0	0	1	0	0	0	1
Total	1	1	2	0	3	1	8

Fonte: IBGE, 2006 – citado por www.sit.mda.gov.br/territorios

Igualmente preocupantes são os índices de desenvolvimento da educação básica, parâmetro utilizado pelo MEC para acompanhar o padrão de ensino na 2ª fase do ensino fundamental nos municípios. Os índices alcançados são muito baixos. A meta do MEC para 2015 é alcançar o índice 5. Observe-se que nenhum município chegou, sequer, a 50% da meta, ou seja, nota 2,5. Leve-se em conta que especialistas têm criticado a metodologia de avaliação feita com crianças matriculadas no ensino fundamental, por sistema de amostragem, com os mesmos parâmetros para todo Brasil, mas isso não elimina o caráter do indicador.

Quadro XIII – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

Município	IDEB – Rede Estadual ¹
Baixa Grande	1,80
Capela do Alto Alegre	0,00
Gavião	0,00
Ipirá	2,26
Mairi	2,19
Nova Fátima	0,00
Pé de Serra	0,00
Pintadas	0,00
Quixabeira	2,40
Riachão do Jacuípe	0,00
São José do Jacuípe	2,55
Serra Preta	2,45
Várzea da Roça	2,11
Várzea do Poço	0,00

Fonte: MEC/INEP, 2006.

(1) 2ª fase do ensino fundamental

4. Saúde

Com relação à saúde, são mantidos praticamente somente os serviços básicos de atendimento à população. Apesar de três hospitais estaduais (Riachão do Jacuípe, Ipirá e Mairi), no conjunto há apenas 216 leitos hospitalares na rede pública, o que corresponde a 01 leito para cada grupo de 1.075 pessoas; a relação médico/população é de apenas 0,12⁵², enquanto no Estado esse índice, ainda considerado inferior aos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 0,91. Apesar da deficiência numérica, há ainda a limitação nos serviços oferecidos: os casos que envolvem algum nível de complexidade são transferidos, integralmente, para centros de saúde em Feira de Santana e Salvador. A rede particular ocupa importante fatia do mercado, com 24,6% do número de unidades de saúde e 73,6% do número de leitos oferecidos pela rede pública. Todos esses centros de saúde estão, também, integrados à rede SUS (Sistema Único de Saúde) podendo, assim, atender a toda população.

⁵² Segundo a SESAB, havia em 2005 287 médicos no conjunto dos municípios (Fonte: Seplan).

Quadro XIV – SERVIÇOS DE SAÚDE – 2007

Município	Unidades Públicas	Unidades Particulares	Leitos para Internação em Unidades Públicas	Leitos para Internação em Unidades Particulares
Baixa Grande	05	02	29	---
Capela do Alto Alegre	07	03	--	22
Gavião	02	---	---	---
Ipirá	16	08	35	20
Mairi	15	04	---	33
Nova Fátima	06	01	---	---
Pé de Serra	05	01	15	--
Pintadas	07	---	16	---
Quixabeira	06	---	---	---
Riachão do Jacuípe	19	08	50	84
São José do Jacuípe	04	---	18	---
Serra Preta	08	---	28	---
Várzea da Roça	10	---	25	---
Várzea do Poço	04	01	---	---
TOTAL	114	28	216	159

Fonte: IBGE, 2008.

Quanto ao saneamento básico, há um dado da SEPLAN dando conta que somente 14,3% dispõem de instalação de rede de esgoto sanitário. O IBGE, entretanto, traz um número muito superior (29%), embora, em alguns municípios, a situação seja bastante crítica (Pé de Serra, Quixabeira e Várzea da Roça). Mas mesmo considerando verdadeiros esses dados, mais de 70% da população não têm acesso à rede de esgotamento sanitário.

Quadro XV – ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%)

Município	Rede Geral	Outras Formas
Baixa Grande	51,4	48,6
Capela do Alto Alegre	38,5	61,5
Gavião	7,4	92,6
Ipirá	81,3	18,7
Mairi	52,6	47,4
Nova Fátima	39,6	60,4
Pé de Serra	0,5	99,5
Pintadas	45,5	54,5
Quixabeira	0,1	99,9
Riachão do Jacuípe	59,3	40,7
São José do Jacuípe	31,8	68,2
Serra Preta	7,2	92,8
Várzea da Roça	0,5	99,5
Várzea do Poço	7,6	92,4
TOTAL	29,2	70,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

5. Economia

Os setores produtivos do Território que efetivamente geram riquezas são a indústria, expressa em pequenos estabelecimentos, a maioria informais, e a agropecuária, responsáveis respectivamente por 13,9% e 12,7% da formação do PIB, conforme se demonstra adiante, ficando quase 70% para o comércio e os serviços em geral. O quadro seguinte demonstra o número de estabelecimentos existentes no Território por setores da economia.

Quadro XVI – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES DA ECONOMIA

Município	Estabelecimentos					
	Ag. Bancária	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Baixa Grande	1	0	0	20	7	2.243
Cap. do Alto Alegre	0	2	0	5	5	1.482
Gavião	0	0	0	0	1	695
Ipirá	2	8	1	99	45	6.638
Mairi	1	0	0	22	14	1.995
Nova Fátima	0	0	0	2	4	757
Pé de Serra	0	1	0	9	5	2.029
Pintadas	0	0	0	4	8	1.528
Quixabeira	0	0	0	2	3	1.482
Riachão do Jacuípe	2	19	2	80	39	2.372
São José do Jacuípe	0	1	1	5	3	1.003
Serra Preta	1	1	1	9	8	1.934
Várzea da Roça	0	0	3	11	7	1.939
Várzea do Poço	1	0	0	9	7	1.335
TOTAL	9	42	12	344	182	29221

Fonte: SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

Com relação ao número de empregos formais, o setor agropecuário gera apenas 2,5% do total de empregos existentes, conforme demonstram os dados apresentados no quadro seguinte⁵³.

⁵³ Embora o texto já deixe evidenciado, chama-se a atenção para o fato de os dados se referirem apenas aos empregos formais, já que na agricultura, especialmente na agricultura familiar, a discussão não passa pelo número de empregos formais criados, mas pelo número de postos de trabalho gerados ou de pessoas ocupadas.

Quadro XVII – NÚMERO DE EMPREGOS POR SETORES DA ECONOMIA

Municípios	Setores da Economia			
	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Baixa Grande	1	31	665	23
Capela do Alto Alegre	9	11	344	4
Gavião	0	0	2	6
Ipirá	543	457	1.089	42
Mairi	33	44	549	36
Nova Fátima	0	9	293	10
Pé de Serra	5	8	345	15
Pintadas	0	5	337	9
Quixabeira	0	6	301	0
Riachão do Jacuípe	138	274	880	32
São José do Jacuípe	14	17	9	1
Serra Preta	70	37	459	39
Várzea da Roça	1	19	551	3
Várzea do Poço	20	21	323	0
TOTAL	930	1.172	6.962	227

Fonte: SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

O quadro seguinte demonstra a situação de renda das famílias: renda *per capita* (também demonstrada nos quadros XXVII e XXVIII), renda proveniente do trabalho, renda média do (a) chefe das famílias e renda oriunda de transferências governamentais (PBF e INSS). Há alguns dados no mínimo curiosos: o município de menor renda *per capita* é Pé de Serra, 68% menor do que a registrada em Nova Fátima, e o de menor renda do (a) chefe de família é São José do Jacuípe, 44% menor do que a encontrada em Riachão do Jacuípe.

Quadro XVIII – COMPOSIÇÃO DA RENDA NOS MUNICÍPIOS

Município	Renda <i>Per Capita</i>	Renda Oriunda do Trabalho	Renda Média dos Chefes de Família	Renda de Transferências Governamentais
Baixa Grande	73,35	42,50	223,13	21,46
Cap. do Alto Alegre	104,52	58,26	247,28	21,04
Gavião	78,57	54,30	191,72	23,01
Ipirá	90,20	62,49	234,38	22,34
Mairi	75,46	60,41	226,05	23,69
Nova Fátima	111,35	60,28	258,37	20,62
Pé de Serra	67,58	50,87	189,97	26,15
Pintadas	83,05	50,24	221,12	23,16
Quixabeira	67,27	45,18	200,23	24,40
Riachão do Jacuípe	103,96	61,84	267,44	21,50
São José do Jacuípe	71,13	61,59	172,77	21,12
Serra Preta	72,09	46,81	195,32	27,62
Várzea da Roça	66,95	46,71	184,97	18,96
Várzea do Poço	90,93	49,51	225,17	22,60

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Os rebanhos mais expressivos são os bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. É interessante observar a fragilidade da ovinocultura e da caprinocultura, especialmente desta última. O número de cabeças de bovinos chega a superar o número de cabeças de aves em quase 43,5%, contrariando a velha tradição do agricultor de conciliar múltiplas atividades na sua unidade de produção com objetivos eminentemente econômicos: para o agricultor familiar, a criação de aves para a comercialização dos ovos sempre fez parte da sua estratégia de sobrevivência. Com relação à ovinocultura e à caprinocultura, como já citado, têm pouca expressão: registra-se menos da metade de cabeças de ovinos em relação aos bovinos e, no tocante aos caprinos, a situação é ainda pior, eles representam apenas 7,0% do total de cabeças de bovinos. Mesmo no Município de Pintadas, onde há um frigorífico especializado em ovinos e caprinos, esses rebanhos são pouco expressivos: os ovinos representam 47,4% do número de cabeças de bovinos e os caprinos apenas 9,7%. O destaque para a presença da ovino-caprinocultura fica para Nova Fátima, onde o número de cabeças de caprinos e de ovinos corresponde a 15,2% e 88,4%, respectivamente, em relação ao número de cabeças de bovinos.

Quadro XIX – PRESENÇA DA AGROPECUÁRIA – PRINCIPAIS REBANHOS – 2006

Município	Cabeças de bovinos	Cabeças de caprinos	Cabeças de ovinos	Cabeças de suínos	Cabeças de aves
Baixa Grande	38.255	1.937	12.775	2.386	26.243
Capela do Alto Alegre	28.028	2.669	14.775	1.373	14.807
Gavião	19.255	2.537	11.729	250	7.491
Ipirá	106.055	7.344	45.085	4.122	78.370
Mairi	36.695	205	3.250	3.074	35.062
Nova Fátima	13.423	2.045	11.865	526	5.259
Pé de Serra	35.389	2.014	15.997	1.430	20.317
Pintadas	24.589	2.381	11.657	933	16.213
Quixabeira	10.699	1.589	6.580	1.717	20.230
Riachão do Jacuípe	48.912	4.364	27.089	5.060	26.985
São José do Jacuípe	12.500	1.294	8.508	712	15.962
Serra Preta	41.702	842	10.933	997	20.317
Várzea da Roça	20.797	1.614	6.209	2.951	26.704
Várzea do Poço	11.199	290	847	1.213	17.969
Total	447.468	31.125	194.486	26.744	311.699

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Alguns aspectos chamam a atenção no que diz respeito à produção agrícola:

1. A pequena produção registrada, para todos os tipos de lavouras, em todos os municípios; 2. A baixa produtividade registrada pelo Censo Agropecuário de 2006, que fica muito aquém dos níveis estaduais. Há casos, inclusive, surpreendentes: a produtividade média do milho e do feijão encontrada em Quixabeira, apesar de baixa, foi duas vezes superior à registrada em Riachão do Jacuípe: milho – 690 kg/ha e 300 kg/ha; feijão – 480 kg/ha e 240 kg/ha; 3. A concentração *versus* diversificação de culturas: observando os três quadros seguintes, constata-se que alguns municípios conseguem aproveitar suas terras com um maior número de culturas – ficando o destaque para Quixabeira – enquanto outros apresentam um quadro mais limitado; 4. Interessante observar também que a fava aparece, inclusive com uma posição de destaque no conjunto dos demais produtos, apenas no município de Pintadas; 5. Excluindo-se o sisal, que aparece em seis municípios, apenas em quatro outros municípios se registram outras lavouras permanentes, porém com pouca expressão (manga e banana).

Comparando os dados de 2006 com os do Censo Agropecuário de 1980, quase três décadas antes, verifica-se que mudanças importantes ocorreram. Muitas atividades deixaram de ser praticadas e outras foram drasticamente reduzidas, o que interfere, hoje, na baixa produção agrícola registrada. A título de ilustração, apenas, alguns exemplos: o sisal, a manga e a banana eram cultivados em Baixa

Grande, àquela época; o côco-da-baía aparecia em alguns municípios, como Mairi, que produziu em 1980 796 toneladas de feijão contra 150 em 2007; o fumo foi destaque noutros municípios, como Serra Preta; Riachão do Jacuípe produziu em 1980 255 toneladas de milho numa área de 2.255 hectares (hoje produz mais de cinco vezes menos); o tomate e a fava apareciam como produtos importantes em vários municípios. Enfim, contrariando a lógica histórica das estratégias econômicas do campesinato, que diversificava ao máximo suas atividades na unidade familiar de produção, a agricultura familiar moderna segue uma tendência de concentração, aumentando sua margem de risco e de vulnerabilidade. Apesar disso, as deficiências na agricultura não podem e não devem se constituir em empecilhos ao processo de desenvolvimento rural, como recomenda Abromovay (2003: 51):

[...] a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso técnico e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor e não somente de suas atividades econômicas e setoriais que se procuram aqui as características gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento no meio rural.



Quadro XX (A) – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS (2007): ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO

Município	Milho		Feijão		Mandioca		Sisal	
	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton
Baixa Grande	600	180	2200	660	60	600	---	---
Cap. do Alto Alegre	350	49	350	21	100	900	500	292
Gavião	100	14	100	6	50	480	700	409
Ipirá	1000	240	1000	300	80	800	---	---
Mairi	500	150	500	150	400	5200	300	240
Nova Fátima	150	21	150	9	60	540	800	468
Pé de Serra	250	35	250	15	80	720	300	175
Pintadas	800	192	800	240	35	350	---	---
Quixabeira	300	151	300	110	400	2400	200	100
Riachão do Jacuípe	300	42	300	18	100	900	400	234
São José do Jacuípe	230	131	250	88	330	3600	---	---
Serra Preta	800	320	800	240	40	400	---	---
Várzea da Roça	37	96	400	120	600	7800	---	---
Várzea do Poço	2100	1320	1500	938	1100	12000	---	---
Total	5587	1621	8900	2915	3435	36690	3200	1509

Fonte: IBGE, Censo Agropecuária, 2006.

Quadro XX (B) – OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS (2007): ÁREA E PRODUÇÃO

Município	Batata		Fava		Melancia		Mamona	
	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton
Baixa Grande	---	---	---	---	---	---	---	---
Cap. do Alto Alegre	---	---	---	---	---	---	---	---
Gavião	---	---	---	---	---	---	---	---
Ipirá	8	24	---	---	---	---	---	---
Mairi	---	---	---	---	---	---	---	---
Nova Fátima	---	---	---	---	---	---	---	---
Pé de Serra	---	---	---	---	---	---	---	---
Pintadas	8	24	527	540	8	104	---	---
Quixabeira	8	24	---	---	---	---	8	42
Riachão do Jacuípe	---	---	---	---	---	---	---	---
São José do Jacuípe	7	63	---	---	25	325	8	42
Serra Preta	5	15	---	---	---	---	---	---
Várzea da Roça	40	120	---	---	---	---	8	40
Várzea do Poço	7	20	---	---	4	52	170	135
TOTAL	83	540	527	540	37	481	410	259

Fonte: IBGE, Censo Agropecuária, 2006.

Quadro XX (C) – OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS: ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO

Município	Tomate		Banana		Manga	
	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton
Baixa Grande	---	---	---	---	---	---
Capela do Alto Alegre	---	---	---	---	---	---
Gavião	---	---	---	---	---	---
Ipirá	---	---	---	---	---	---
Mairi	---	---	---	---	---	---
Nova Fátima	---	---	---	---	---	---
Pé de Serra	---	---	---	---	---	---
Pintadas	---	---	---	---	---	---
Quixabeira	5	170	12	120	---	---
Riachão do Jacuípe	---	---	---	---	8	40
São José do Jacuípe	---	---	---	---	1	8
Serra Preta	---	---	---	---	---	---
Várzea da Roça	---	---	---	---	---	---
Várzea do Poço	---	---	11	99	---	---
TOTAL	5	170	23	219	9	48

Fonte: IBGE, Censo Agropecuária, 2006.

Deve-se registrar, também, que o Território se constitui numa importante bacia leiteira, com uma produção média de 37.651 litros⁵⁴ por mês, o que corresponde a 4,13% da produção do Estado, sendo o destaque o Município de Ipirá. É significativa, também, a produção de mel, com 21.651 kg, sendo Várzea da Roça o maior produtor.

6. Terra⁵⁵

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), existe no conjunto dos Municípios um total de 24.711 proprietários de terras com uma área total de 797.799 hectares, e outros 1.947 ocupantes (7,8% do número de proprietários), parceiros e arrendatários que ocupam 21.055 hectares (2,7% das terras dos proprietários), e ainda 213 agricultores com 5.026 hectares que receberam terra de algum órgão fundiário e não têm a titulação definitiva. Pode-se observar, então, que apesar de não poder ser ignorado, esse segmento dos ocupantes, arrendatários

⁵⁴ O registro, aqui, refere-se ao leite comercializado, ficando de fora o volume destinado ao auto-consumo.

⁵⁵ Não há consenso em torno dos dados que, para o leitor desavisado podem gerar confusões. A partir da metodologia utilizada em cada levantamento, chegou-se a conclusões específicas. Exemplo: o quadro retrata a situação de proprietários, ocupantes e parceiros/arrendatários; o quadro discute o número de estabelecimentos, a destinação das áreas utilizadas; já o quadro, se refere aos imóveis cadastrados, e assim por diante.

e parceiros é pouco expressivo no conjunto dos Municípios. A situação de cada município e os dados gerais podem ser observados no quadro seguinte.

Quadro XXI – SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Município	Proprietários		Ocupantes		Parceiros/ Arrendatários		Terra concedida sem titulação definitiva	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Baixa Grande	1.738	86.282	98	693	12	704	---	---
C. do Alto Alegre	1.204	44.320	15	220	3	s/d	---	---
Gavião	612	25.482	20	93	---	---	2	s/d
Ipirá	5.959	217.688	640	9.547	52	851	123	4.173
Mairi	1.680	71.355	125	2.763	9	277	19	213
Nova Fátima	751	25.420	36	218	---	---	---	---
Pé de Serra	1.556	44.869	237	2.188	---	---	---	---
Pintadas	1.461	48.440	27	296	2	s/d	51	618
Quixabeira	1.368	20.860	155	681	4	4	---	---
R. do Jacuípe	2.594	84.594	155	681	4	4	1	s/d
S. J. do Jacuípe	963	23285	14	83	---	---	14	22
Serra Preta	1.672	46.241	190	875	6	4	1	s/d
V. da Roça	2.249	38.984	106	630	7	5	2	s/d
V. do Poço	904	19.979	29	238	1	s/d	---	---
Total	24.711	797.799	1.847	19.206	100	1.849	213	5.026

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.

Registra-se uma área total de 658.090 hectares de terras cultivados em 27.442 estabelecimentos agrícolas, o que possibilita uma área média de 24,0 hectares de área cultivada por estabelecimento. As áreas de lavouras permanentes e temporárias são pouco expressivas, enquanto é relevante a área de pastagens naturais. Também chama atenção a área de matas e florestas que, para a maioria dos municípios, não atende sequer aos 20% de reservas naturais prevista em lei. Igualmente pouco expressiva é a quantidade de tratores, conforme o quadro seguinte.

Quadro XXII – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS – 2006

Município	Nº Estabelecimentos	Área cultivada	Área de lavoura perm.	Área de lavoura temp.	Área de pastagem natural	Área de matas e florestas	Nº de Tratores
Baixa Grande	1.953	21.395	92	1.162	15.183	4.389	81
C. do Alto Alegre	1.225	44.034	214	9.410	23.967	2.336	12
Gavião	640	2.371	132	60	2.029	66	---
Ipirá	6.813	183.311	668	6.936	190.235	25.954	68
Mairi	2.110	72.069	262	2.246	52.900	13.459	53
Nova Fátima	799	13.965	1096	5.008	7.721	93	--
Pé de Serra	1.793	41.759	98	4.034	36.016	766	11
Pintadas	1.578	47.422	34	1.983	46.093	4.621	79
Quixabeira	1.498	21.282	31	2.057	27.925	2.639	5
R. do Jacuípe	2.784	58.518	1.008	2.006	45.752	8.007	15
S. J. do Jacuípe	981	17.888	639	541	14.912	1.467	12
Serra Preta	1.983	94.683	291	4.297	4.297	6.289	18
Várzea da Roça	2.346	18.951	216	1.640	16.995	6.754	27
Várzea do Poço	939	20.442	93	1.380	17.033	1.680	16
Total	27.442	658.090	4.874	42.760	501.058	78.520	397

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.

A agricultura familiar é caracterizada por pequenos proprietários, embora se registrem, também, a presença de ocupantes e arrendatários, além de pescadores e assentados em número bastante reduzido. Não há registro de populações indígenas e quilombolas no Território.

Quadro XXIII - CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Município	Agricultores familiares ⁵⁶	Pescadores	Famílias Assentadas
Baixa Grande	2.063	1	0
Capela do Alto Alegre	1.353	0	0
Gavião	641	0	0
Ipirá	6.214	277	0
Mairi	1.805	0	0
Nova Fátima	681	0	0
Pé de Serra	1.939	0	1
Pintadas	1.429	14	0
Quixabeira	1.455	0	0
Riachão do Jacuípe	2.061	0	96
São José do Jacuípe	968	0	1
Serra Preta	1.806	0	0
Várzea da Roça	1.774	0	1
Várzea do Poço	1.288	0	0
Total	25.477	291	100

Fonte: Sistema de Informações Territoriais/MDA (Censo Agropecuário, INCRA/STR, 2007).

⁵⁶ Observe que há diferenças entre esses dados e os apresentados no Quadro XIX, que registra um total de 28.407 agricultores familiares, incluindo os ocupantes e arrendatários.

Nem todos os estabelecimentos existentes estão cadastrados nos órgãos responsáveis. O quadro seguinte retrata número de imóveis cadastrados e a presença de imóveis considerados improdutivos que, em tese, poderiam ser utilizados para programas de reforma agrária. Como se pode verificar, não são muitos, entretanto, o suficiente para assentar mais de 2.500 famílias com média de 30 hectares cada:

Quadro XXIV – IMÓVEIS IMPRODUTIVOS

Município	Imóveis Cadastrados		Imóveis Improdutivos	
	Nº	Área (Ha)	Nº	Área (Ha)
Baixa Grande	1.403	409.660,2	57	3.849,2
Cap. do Alto Alegre	929	31.248,4	---	---
Gavião	478	26.758,3	6	5.863,4
Ipirá	2.897	184.565	17	37.099,9
Mairi	1.144	65.245,3	1	902
Nova Fátima	485	18.900	1	1.099
Pé de Serra	1.200	41.183,1	3	2.806,4
Pintadas	900	34.745,7	3	5.217,7
Quixabeira	187	6.460,1	---	---
Riachão do Jacuípe	1.978	83.620,3	9	9.867
São José do Jacuípe	565	15.071,1	---	---
Serra Preta	1.591	46.750,3	7	8.867
Várzea da Roça	481	19.001	---	---
Várzea do Poço	456	16.030,4	1	1.199,9
Total	14.694	999.239,20	105	76.771,50

Fonte: Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária encomendada pelo MDA, Brasília, 2003.

Outro elemento importante é a presença de terras devolutas. Mais da metade das terras dos municípios é formada por terras devolutas, o que não significa dizer que essas terras estão disponíveis; certamente que estão ocupadas, pelo menos na grande maioria. A informação é importante apenas para se saber que, originariamente, essas terras não tinham proprietários privados.

Quadro XXV – TERRAS DEVOLUTAS

Município	Área Total (Ha)	Terra Devoluta (Ha)	Terra Devoluta (%)
Baixa Grande	98.256,7	40.365,2	41,1
Cap. do Alto Alegre	65.566,4	41.540,6	63,4
Gavião	33.549,9	18.364,8	54,7
Ipirá	302.365,8	158.343,8	52,3
Mairi	90.573,8	36.243,3	40,0
Nova Fátima	37.153,1	24.201,0	65,2
Pé de Serra	55.847,7	24.937,4	44,7
Pintadas	52.936,1	26.575,6	50,2
Quixabeira	36.815,5	31.533,1	85,6
Riachão do Jacuípe	119.900,5	69.508,4	58,0
São José do Jacuípe	36.924,3	28.353,2	58,0
Serra Preta	53.877,3	15.981,1	28,1
Várzea da Roça	54.931,1	40.133,8	73,1
Várzea do Poço	22.043,2	10.570,7	48,0
Total/Média	1.060.741,40	556.081,30	52,4

Fonte: Levantamento CPT, 2004 (não publicado).

7. Indicadores Sociais e Vulnerabilidade

Observando os dados relativos ao total de moradores residentes nos municípios em 1991 e 2007 (quadros IV-A e IV-B), constatamos que 11 (onze) municípios tiveram crescimento negativo no período de 1991 a 2000; seis tiveram o mesmo procedimento no período 2000 a 2007; e no período 1991 a 2007, 12 (doze) municípios tiveram crescimento negativo. A saída de pessoas de um município ou território para outro, conforme já foi registrado, está associada às oportunidades de sobrevivência e de melhoria das condições de vida; via de regra estão em jogo questões ligadas ao trabalho, à renda, a serviços de educação e saúde etc. Pode-se observar que os dados relativos à pobreza ainda são alarmantes no Território: quase 37% são considerados pobres e mais de um quarto da população (27,45%) está abaixo da linha da pobreza (disponibilidade de até US\$ 1.00 por pessoa por dia). É muito provável que, a exemplo do registrado no conjunto da região semiárida, a população em situação de pobreza na zona rural ultrapasse a casa dos 50%. Isso se reflete, certamente, nas migrações registradas no Território no período de 1991 a 2007, com perda significativa da população por alguns municípios (ver quadro VI-B). Esse crescimento negativo tem repercussão direta nas receitas municipais, visto que as principais verbas transferidas pelo Estado e pela União têm o número de habitantes como base de cálculo.

Quadro XXVI – TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE: POPULAÇÃO E POBREZA

Município	População ¹	Incidência de Pobreza ² (%)	Limite Inferior de Pobreza ² (%)
Baixa Grande	20.980	34,36	24,16
Capela do Alto Alegre	12.311	33,23	24,42
Gavião	4.444	38,22	27,26
Ipirá	60.043	45,42	37,54
Mairi	19.259	42,41	34,36
Nova Fátima	7.674	35,46	25,77
Pé de Serra	14.160	28,85	19,27
Pintadas	10.551	27,27	16,53
Quixabeira	9.348	25,37	14,91
Riachão do Jacuípe	32.522	31,24	22,90
São José do Jacuípe	10.477	48,41	38,13
Serra Preta	15.149	36,98	27,63
Várzea da Roça	14.479	42,87	33,96
Várzea do Poço	8.569	47,08	36,89
TOTAL/MÉDIA	232.292	36,94	27,45

Fonte: (¹) IBGE, dados de 2007. (²) IBGE, Mapa das Desigualdades, 2003.

O quadro anterior mostrou que 27,45% da população está situada no limite inferior da pobreza. Observe que no quadro seguinte o que se poderia considerar “abaixo da linha da pobreza” corresponde a 1/3 da população (33,1%) – aquela faixa onde a renda *per capita* correspondente a um quarto do salário mínimo. Somando com a faixa de renda *per capita* situada entre um quarto e meio salário mínimo, teremos 58,5%. Somente 13,4% da população tem renda *per capita* igual ou superior a dois salários mínimos.

Quadro XXVII – RENDA *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO

Municípios	Classes de Renda <i>per capita</i> em Salário Mínimo (%)					
	Até ¼	¼-1/2	½-1,0	1-2	2-3	+ de 3
Baixa Grande	34,4	26,7	26,1	9,0	1,4	2,5
Capela do Alto Alegre	24,8	25,8	30,5	11,9	3,4	3,5
Gavião	30,2	27,8	26,0	15,0	0,0	1,5
Ipirá	31,3	24,9	29,3	10,4	1,7	2,0
Mairi	34,5	25,8	27,1	9,0	1,7	2,0
Nova Fátima	33,3	21,5	30,7	11,3	1,4	1,8
Pé de Serra	40,4	22,3	24,9	9,2	2,7	0,6
Pintadas	20,5	30,4	29,7	12,5	3,9	3,7
Quixabeira	40,9	23,5	26,4	6,7	2,1	0,4
Riachão do Jacuípe	26,0	27,8	28,0	11,6	3,4	3,2
São José do Jacuípe	37,2	32,9	18,1	9,5	1,2	1,1
Serra Preta	36,5	22,5	26,6	10,9	2,5	1,0
Várzea da Roça	41,6	21,4	27,9	6,8	3,0	1,1
Várzea do Poço	31,8	22,0	31,4	10,2	1,2	2,2
TOTAL/MÉDIA	33,1	25,4	26,0	9,4	2,1	1,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Os dados do quadro seguinte retratam a situação de cada município no tocante à expectativa de vida, alfabetização, renda *per capita*, longevidade, indicador de educação e de renda, formando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, coerentes com os dados dos quadros anteriores, dão uma boa idéia da situação local. É interessante observar que há variações importantes nos indicadores sociais entre alguns municípios e outros, carecendo de uma maior reflexão para uma explicação racional e lógica. Veja-se que municípios como Capela do Alto Alegre, Nova Fátima e Riachão do Jacuípe apresentam melhores indicadores se comparados ao conjunto, enquanto que no outro extremo estão Pé de Serra, São José do Jacuípe e Várzea da Roça.

Quadro XXVIII – INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS

Municípios	Expect. de vida	Tx. Alfabet. de Adultos	Renda Per Capita	Tx. de Longev.	Ind. de Educ.	Ind. de Renda	IDH
Baixa Grande	61,16	71,15	73,35	0,736	0,755	0,490	0,660
Cap. do Alto Alegre	65,37	62,93	104,52	0,673	0,681	0,549	0,634
Gavião	64,77	71,68	78,57	0,663	0,755	0,501	0,640
Ipirá	61,75	63,79	90,20	0,612	0,691	0,524	0,609
Mairi	61,16	60,04	75,46	0,603	0,718	0,494	0,605
Nova Fátima	60,82	71,22	111,35	0,597	0,750	0,559	0,635
Pé de Serra	64,15	71,15	67,58	0,653	0,762	0,476	0,630
Pintadas	63,45	67,89	83,05	0,641	0,724	0,510	0,625
Quixabeira	62,63	65,55	67,27	0,627	0,715	0,475	0,606
Riachão do Jacuípe	62,54	76,03	103,96	0,626	0,764	0,548	0,646
São José do Jacuípe	59,07	63,15	71,13	0,568	0,679	0,485	0,577
Serra Preta	61,99	80,30	72,09	0,617	0,709	0,487	0,604
Várzea da Roça	61,39	76,47	66,95	0,607	0,691	0,512	0,474
Várzea do Poço	68,04	72,90	90,93	0,717	0,752	0,526	0,665
MÉDIA	62,73	69,58	82,60	0,710	0,724	0,510	0,615

Fonte: Mapa das Desigualdades Sociais, IBGE, 2003.

Destaque merece o somatório de recursos destinado aos municípios do território como apoio previdenciário e assistência social direta. Os dados do quadro seguinte trazem revelações importantes: em primeiro lugar, o valor pago pelo governo a título de aposentadorias, auxílios previdenciários e outras modalidades totalizou a fabulosa soma de R\$ 16,7 milhões por mês durante o ano de 2008, para 38,9 mil beneficiários, o que corresponde a R\$ 5.142,20 *per capita*. Se considerarmos uma média de quatro pessoas por família no conjunto dos

Municípios teremos 60 mil famílias residentes contempladas com esses benefícios; comparando com o número de beneficiários, constata-se que, em média, em 40% das famílias há uma pessoa com algum auxílio proveniente do INSS.



Outro dado interessante é a relação entre o número de beneficiários e o total da população de cada município; há casos bastante curiosos a analisar: em Serra Preta, a relação é de 4,3 habitantes por cada beneficiário do INSS, em Quixabeira é de 8,5 e em São José do Jacuípe é de 10,2. O que explicaria o fato de, em um município, a relação entre beneficiários do INSS e habitantes ser superior a duas vezes, como se pode constatar nos casos de São José do Jacuípe e Serra Preta? Questões relacionadas à informação de beneficiários potenciais? Outra reflexão que merece ser feita é em relação ao volume de dinheiro transferido pelo INSS – e que deve ter um papel relevante no conjunto da economia territorial – e a produção agrícola dos municípios. Do total de beneficiários, 81,2% são rurais; estariam, as famílias, trabalhando e produzindo menos, a partir do benefício previdenciário? Noutras palavras, estaria a população optando por trabalhar menos, visando, quiçá, melhorar sua qualidade de vida, sabendo que pode contar com esse reforço ao orçamento doméstico? Ao nível nacional, essa hipótese não procede: segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2004, aumentou em 2,2 vezes a participação no mercado de trabalho de homens que integram famílias beneficiárias, e em 4,5 vezes o número de mulheres.

Integrantes das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), não ficam acomodadas para o trabalho por receber os recursos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2004, aumentou em 2,2 vezes a participação no mercado de trabalho de homens que integram famílias beneficiárias, e em 4,5 vezes o número de mulheres.⁵⁷

Quadro XXIX– NÚMERO DE BENEFÍCIOS E VALORES PAGOS PELO INSS EM 2008

Município	Nº de beneficiários urbanos	Nº de beneficiários rurais	Total de beneficiários	Valor dos benefícios urbanos – R\$	Valor dos benefícios rurais – R\$	Valor total dos benefícios R\$
B. Grande	407	3.241	3.648	2.282.311,	16.344.437,	18.626.748,
C. A. Alegre	212	1.713	1.925	1.184.946,	8.442.591,	9.627.337,
Gavião	s/d	s/d	s/d	31.237,	234.553,	265.790,
Ipirá	2.425	9.097	11.522	13.276.313,	43.932.453,	57.208.766,
Mairi	625	4.312	4.937	3.695.891,	21.082.775,	24.778.666,
N. Fátima	225	1.265	1.490	1.158.706,	5.903.608,	7.062.314,
Pé de Serra	246	1.584	1.830	1.290.831,	7.759.738,	9.050.560,
Pintadas	219	1.574	1.793	1.162.642,	7.654.610,	8.817.252,
Quixabeira	97	1.012	1.109	523.609,	4.578.461,	5.102.070,
R. Jacuipe	1.922	5.428	7.350	10.779.492,	26.726.884,	42.608.446,
S. J. Jacuipe	120	788	908	463.876,	1.727.336,	2.191.212,
S. Preta	453	3.711	4.164	2.384.912,	1.787.326,	4.172.238,
V. da Roça	212	1.850	2.062	1.132.342,	6.575.666,	7.708.008,
V. do Poço	163	1.260	1.423	863.167,	6.220.752,	7.083.919,
TOTAL	7.326	31.645	38.971	40.230.275,	160.166.136,	200.396.411,

Fonte: www.inss.gov.br

Outra preciosidade para os estudiosos do assunto diz respeito à quantidade de famílias em situação de pobreza, o número daquelas que busca o benefício público e daquelas outras que efetivamente são contempladas pelo PBF. Observe que o número de famílias cadastradas no programa é 27% superior ao número de famílias pobres que, em tese, estariam aptas a receber o benefício e que delas, 6% ainda não lograram êxito. Por outro lado, o volume de recursos destinado pelo PBF corresponde a 19% do volume de dinheiro desembolsado pelo INSS, mas se constitui, certamente, num aporte importante para os segmentos mais carentes e

⁵⁷ Informações apresentadas pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ricardo Paes de Barros, durante o *Seminário Internacional Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latino-americano*, em Brasília (DF), dia 11/12/2009.

para a economia local, considerando que esses recursos acabam chegando às mãos dos comerciantes de bens básicos (alimentação, vestuário, remédios etc.), alimentando esses setores da economia.

Quadro XXX – BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) – DEZEMBRO DE 2008⁵⁸

Município	Nº Estimado de Famílias Pobres	Nº de Famílias Cadastradas no PBF	Nº de Famílias Beneficiadas pelo PBF	Valor Mensal do PBF Pago – R\$
Baixa Grande	2.788	3.698	2.852	264.844,00
Capela do Alto Alegre	1.840	2.273	1.212	92.181,00
Gavião	693	993	731	63.867,00
Ipirá	8.105	11.619	8.583	773.725,00
Mairi	3.104	4.495	3.040	274.701,00
Nova Fátima	1.050	1.648	1.057	91.116,00
Pé de Serra	2.031	3.920	2.374	215.984,00
Pintadas	1.340	2.266	1.384	119.838,00
Quixabeira	1.864	2.443	1.888	162.336,00
Riachão do Jacuípe	4.316	5.159	5.164	441.701,00
São José do Jacuípe	1.643	2.079	1.630	149.506,00
Serra Preta	2.447	2.949	2.360	227.566,00
Várzea da Roça	2.210	2.694	2.310	199.140,00
Várzea do Poço	1.213	1.906	1.113	93.816,00
TOTAL	37.813	48.142	35.698	3.170.322,00

8. Finanças Públicas

Os dados dos quadros anteriores se tornam ainda mais relevantes quando comparamos com as finanças dos Municípios e, em especial, com as receitas transferidas pelo Estado e pela União. Excluindo-se o Município de Gavião, que não há dados disponíveis, o total de benefícios pagos pelo INSS e pelo PBF é 33,8% superior ao total de recursos do conjunto dos orçamentos municipais executados; considerando as receitas transferidas, elas são quase 38% (37,8%) menores do que o volume de recursos desembolsados pelo INSS e PBF. Outro elemento preocupante é o baixo – quase nulo – volume de recursos provenientes de receitas próprias, o que dificulta a execução de projetos para o atendimento às demandas da população e aumenta a dependência para com o Estado e a União. A média mensal proveniente de receitas próprias, para o conjunto dos municípios, é inferior a 14% da soma de recursos desembolsada pelo BPF.

⁵⁸ Levantamento realizado pelo Prof. Celso Favero, UNEB, e equipe – 2008.

Com relação ao volume de recursos transferidos pelas esferas estadual e federal para os municípios, há muitas perguntas pertinentes, por exemplo, sobre as diferenças encontradas entre os municípios. O que explica, por exemplo, o fato de as receitas transferidas para Baixa Grande corresponderem a R\$ 740,00 por pessoa, em Várzea da Roça R\$ 889,00 e em Pintadas R\$ 1.000,00? É maior a mobilização e a disponibilização de projetos neste último município?

Observa-se, também, que o somatório dos recursos disponíveis para os municípios é muito baixo. Pouco ou quase nada sobra, a cada ano, para projetos e programas de longo prazo. Os recursos são suficientes, quase que exclusivamente, para manutenção da “máquina pública” municipal de serviços básicos de educação, saúde, conservação de estradas etc.

Quadro XXXI – FINANÇAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS – 2007

Município	Receita Orçamentária Real Corrente Executada	Transferências Correntes Executadas
Baixa Grande	16.565.654,00	15.492.232,31
Capela do Alto Alegre	9.094.905,62	8.679.991,77
Gavião	s/d	s/d
Ipirá	40.084.388,62	35.949.630,01
Mairi	7.273.564,44	15.869.183,85
Nova Fátima	7.273.564,44	6.425.499,45
Pé de Serra	11.238.355,97	10.832.116,51
Pintadas	11.344.963,99	10.491.166,28
Quixabeira	8.628.820,43	7.072.372,86
Riachão do Jacuípe	19.980.799,37	18.115.579,74
São José do Jacuípe	8.834.742,03	8.281.985,04
Serra Preta	17.594.297,27	16.820.565,54
Várzea da Roça	12.979.897,22	11.814.428,40
Várzea do Poço	7.296.055,30	7.042.681,23
TOTAL	178.190.008,70	172.887.432,99

Fonte: IBGE, 2007.

Um indicador econômico importante para cada Município é o seu Produto Interno Bruto (PIB). A distância entre a contribuição para a formação do PIB Municipal entre os setores produtivos (agropecuária e indústria) e o de serviços já revela a fragilidade das economias municipais. Enquanto nas economias pujantes e desenvolvidas os setores produtivos têm papel preponderante na formação do PIB, observa-se o contrário em todos os Municípios do Território⁵⁹. No conjunto, os setores agropecuário e industrial contribuem com apenas 26,6% para a formação

⁵⁹ Apenas como ilustração: em Camaçari, a contribuição do setor industrial representa um valor 2,7 vezes maior que a do setor de serviços na formação do PIB Municipal.

do PIB. O reflexo disso está na contribuição do Território para a formação do PIB estadual, apenas 0,04%.

Merece registro, também, o PIB *per capita*: se comparado aos indicadores de pobreza, fica evidenciada a concentração das riquezas em todos os Municípios: enquanto a participação *per capita* na formação do PIB é de R\$ 2,8 milhões/ano, a renda *per capita* foi de apenas 1,0 mil/ano (R\$ 82,60 por mês), conforme os dados citados anteriormente (Quadro XXVII). Se considerarmos que mais de um quarto da população (27,5%) está abaixo da linha da pobreza, o problema da concentração de renda fica ainda mais evidente. Outro elemento importante é o fraco desempenho da agropecuária em todos os municípios, contribuindo com menos de 13% (12,7%) para a formação do PIB, apesar de se constatar a presença de um número razoável de animais e da destinação de áreas com essa finalidade.

Quadro XXXII – FORMAÇÃO DO PIB MUNICIPAL – 2005 (R\$ 1.000,00)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB Per Capita	% PIB Estadual
Baixa Grande	4.634	4.665	34.011	2.117	2.322	0,04
Cap. Alto Alegre	3.148	2.916	16.255	1.256	2.934	0,03
Gavião	1.735	895	7.261	425	3.350	0,01
Ipirá	23.216	28.793	113.501	13.045	2.924	0,18
Mairi	5.156	4.547	34.931	1.765	2.370	0,05
Nova Fátima	1.669	1.643	11.459	873	2.900	0,02
Pé de Serra	3.378	2.592	18.026	980	2.283	0,03
Pintadas	3.518	2.448	17.143	740	2.109	0,02
Quixabeira	1.755	2.186	15.117	678	2.123	0,02
R. do Jacuípe	5.818	8.620	61.074	5.546	5.546	0,08
S. J. do Jacuípe	3.499	1.921	14.522	1.426	3.783	0,02
Serra Preta	4.194	4.125	28.814	1.353	2.165	0,04
Várzea da Roça	4.003	3.501	23.133	1.436	2.329	0,03
Várzea do Poço	3.504	12.073	14.989	1.102	3.271	0,02
Média	5.486	5.998	29.305	2.339	2.815	0,04
%	12,7	13,9	67,9	5,5	---	---

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br – Cid@des), 10/11/2009.

Parte II

PROGRAMAS E PROJETOS

1. GESTÃO DO PTDS

A concepção da gestão territorial requer, obrigatoriamente, a visão sistêmica, integradora de espaços, de atores sociais e políticos, de agentes econômicos, de mercado e das políticas públicas. Por essa visão, a gestão do PTDS abrange dois pilares: a) ação política, marcada pela prática democrática, convivendo com a diversidade em suas múltiplas dimensões, articuladora e integradora; e b) dimensão técnica, capaz de dar sustentação aos programas e projetos na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O conjunto de proposições incorporadas aos programas e projetos precisa ser devidamente acompanhado, avaliando, entre outros aspectos, a eficácia da execução e os resultados alcançados e seus impactos, através do Índice de Condição de Vida (ICV) e Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Esse será o instrumento disponível para *mensurar* a eficácia e validade do PTDS; sua contribuição efetiva à melhoria das condições de vida da população e ao desenvolvimento sustentável territorial.

Por essa perspectiva, a gestão do PTDS constitui-se tarefa relevante, porém complexa, porque requer um suporte técnico básico para a sua operacionalização, o que se espera sanar com a incorporação de prepostos das universidades, especialmente as públicas já presentes de alguma forma no Território, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Assim, o processo de gestão do PTDS, terá a seguinte representação:

Quadro XXXIII – GESTÃO DO PTDS

LINHA	AÇÕES	RESULTADOS
Política	▪ Reuniões bimestrais do Conselho do CODES ▪ Seminários Semestrais do Fórum Territorial ▪ Reuniões trimestrais dos GTs constituídos ▪ Articulação institucional com as esferas estadual e federal	Sistema de Gestão Estratégico (SGE) implantado: a) Índice de Condição de Vida (ICV) b) Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)
Técnica	▪ Diagnósticos ▪ Capacitação dos atores envolvidos ▪ Acompanhamento e monitoramento dos projetos ▪ Registro das atividades ▪ Intercâmbio e sistematização das experiências ▪ Avaliação processual à luz dos indicadores do ICV e IDS	

O processo de gestão do PTDS, na busca do cumprimento dos objetivos propostos, obedecerá aos pressupostos e princípios sugeridos pela SDT/MDA, primando pelos seguintes aspectos:

1. Ter o planejamento como “guia norteador” de todo o processo de trabalho, adequando, quando necessário, os procedimentos metodológicos, arranjos institucionais e metas estabelecidas, podendo inclusive agregar novos programas e projetos ou mesmo efetuar substituições;
2. Organização dos atores comprometidos com todo processo de construção do desenvolvimento sustentável no Território, consolidando os princípios e procedimentos da prática democrática;

3. Controle Social exercido pelas organizações da sociedade civil, através das suas representações, como espaço de transparência em todos os procedimentos técnicos e administrativo-financeiros, mas também de monitoramento e avaliação do próprio planejamento;
4. Coordenação descentralizada, com representantes do poder público governamental e da sociedade civil cujas obrigações e os direitos são iguais.

Fig. 07 – ELEMENTOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO SOCIAL



FONTE: SDT/MDA, 2009

2. Quadro Resumo

O PTDS do Território Bacia do Jacuípe, tido como o principal instrumento norteador do processo de desenvolvimento sustentável, compõe-se de 08 programas e 38 projetos, conforme o quadro seguinte:

Quadro XXXIV – PTDS: PROGRAMAS E PROJETOS

Programas	Projetos
Cultura, Comunicação Social e Cidadania	1. Cultura Ambiental 2. Economia da Cultura 3. Arte pela Educação nas Escolas Municipais 4. Formação de Agentes de Comunicação
Agricultura Familiar	1. Produção Orgânica de Mel 2. Produção e Beneficiamento do Leite 3. Produção e Beneficiamento da Carne 4. Pesca Sustentável 5. Produção e Beneficiamento da Mandioca 6. Preservação e Ampliação dos Recursos Hídricos 7. Crédito para Todos 8. Viver Melhor 9. Produção e Beneficiamento do Sisal 10. Terra para Viver e Produzir 11. Assistência Técnica de Qualidade par todos
Promoção da Igualdade	1. Mulher do Semiárido Dona da Própria Vida 2. Tecer a Vida – Arte e Cidadania
Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido	1. Formação e Gestão Participativa 2. Ensino Contextualizado – adequação curricular 3. Educação Infantil: Vivendo, Brincando, Aprendendo 4. Formação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido 5. Lendo, Escrevendo, Conhecendo 6. Educação Integral e Integrada 7. Segurança Alimentar e Nutricional 8. Educar para a Vida 9. Ensino Superior
Assistência Social	1. Revivendo a Melhor Idade 2. Implantação de Centro de Referência Territorial 3. Implantação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS 4. Inclusão Produtiva
Saúde	1. Programa Saúde da Família 2. Ampliação dos Leitos Hospitalares 3. Atendimento Emergencial 4. Uso de Plantas Medicinais no Tratamento das Doenças 5. Centro de Recuperação para Crianças e Adolescentes
Esporte e Lazer	1. Formação de Grupos Esportivos
Segurança Pública	1. Construindo a Paz 2. Segurança Pública para Todos

3. Programas e Projetos: Detalhamento

PROGRAMA 1: CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Contextualização

Apesar do reconhecimento formal de que a cultura é a alma de um povo, essa máxima nunca superou os limites da retórica e da semântica. Somente muito recentemente passou-se a reconhecer que a cultura, em todas suas dimensões, é elemento constitutivo indispensável do processo de desenvolvimento sustentável. Além do caráter formador-educativo, é através da cultura que se consegue preservar a memória de um povo; através da cultura que se aglutinam pessoas para fins diversos; que se desenvolvem o espírito e o sentimento cívico e solidário, de valorização daquilo que é próprio de um grupo e de uma comunidade. Somente através da cultura é possível elevar o nível de autoestima das pessoas e das comunidades.

Valorizar as diversas formas de expressão cultural, resgatando inclusive aquelas em decadência e até em extinção e dinamizar a vida cultural das comunidades é imprescindível ao desenvolvimento territorial.

A cultura é o elemento aglutinador e norteador de qualquer agrupamento humano. É a cultura que induz as formas de habitação, de alimentação, de relacionamento com o ambiente, da produção e comercialização de bens materiais, da religiosidade, das concepções éticas e morais. Assim, o fator cultural perpassa desde aspectos simples da vida das pessoas até aqueles mais sofisticados de produção artística. Ela se destaca enquanto valor simbólico imaterial imbricada nas tradições, nos memoriais, nas datas comemorativas, nos festejos e formas de lazer, nas criações artísticas. É praticamente consenso, hoje, que a cultura é elemento essencial e indispensável a qualquer programa de desenvolvimento sustentável.

Mesmo reconhecendo a cultura de forma integrada a todos os aspectos da vida humana, a prioridade, na execução desse programa, se restringe às questões especificamente culturais e à educação, em duas dimensões: educação informal voltada para o meio ambiente e para a escola municipal.

É preciso compreender a cultura como um bem necessário e imprescindível à construção da identidade, formação e realização do ser humano; uma cultura que é produzida no cotidiano, na vivência das experiências sociais, na constituição da memória popular, na transmissão do saber popular através das sucessivas gerações. A cultura deve ser entendida como a própria forma de vida, como a própria forma de luta para o avanço da humanidade. Nesta perspectiva, as experiências culturais são os principais caminhos na firmação da plena cidadania e principalmente de ações sustentáveis no desenvolvimento de uma comunidade.

Projeto 1: Formação de Agente Ambiental

Justificativa

O Território da Bacia do Jacuípe com seus mais de duzentos mil habitantes é vítima da ausência histórica de políticas públicas estruturantes capazes de contribuir para o equilíbrio

sócioeconômico, resultando em graves problemas de natureza socioambiental. Nos últimos anos, entretanto, mobilizações da sociedade civil (associações, sindicatos, cooperativas, igrejas, ONGs), lideradas pela coordenação territorial, têm sensibilizado e motivado o poder público municipal, estadual e federal para a implementação de medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável do território, admitindo-se o setor ambiental como destaque. Há, entretanto, a necessidade de formação de recursos humanos capazes de assumirem a condução das atividades culturais voltadas para a preservação socioambiental.

Objetivo Geral

Construir, no território, uma cultura de preservação ambiental.

Objetivos Específicos

- Formar agentes culturais que possam, permanentemente, estar contribuindo para a dinamização da cultura e a preservação do meio ambiente;
- Resgatar, valorizar e revitalizar a cultura, para o desenvolvimento social, educacional e produtivo do território, adquirindo assim uma nova relação com o meio ambiente;

Estratégias

Constituir um Grupo de Trabalho permanente para coordenar as atividades, fomentando e estimulando a formação de grupos culturais com foco na preservação ambiental.

Arranjo Institucional

Estabelecer parcerias:

- Prefeituras Municipais;
- Universidades;
- ONGs;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Secretaria Estadual de Cultura;
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente;
- Petrobras;
- Outros órgãos.

Resultados Esperados

- Cultura popular resgatada e valorizada;
- Cultura ambiental construída;
- Meio ambiente preservado.

Atividades

- Formar uma equipe técnica para preparar o programa de formação de agentes multiplicadores para desenvolver atividades nos municípios do território;
- Realizar cursos de formação de Agentes de Cultura Ambiental;
- Realização de oficinas municipais para aprovação das propostas de programa apresentadas pela equipe coordenadora e monitoramento permanente do processo de trabalho;
- Seminário Territorial de intercâmbio.

Metas

- Formação de 05 Agentes de Cultura Ambiental por município;
- Realização de 04 Oficinas Municipais por ano;
- Realização de um Seminário Territorial de intercâmbio a cada ano.

Orçamento

O custo estimado é o seguinte, por ano:

- Agentes de Cultura Ambiental – Bolsa-auxílio: R\$ 210.000,00;
- Curso de Formação dos Agentes de Cultura Ambiental: R\$ 15.000,00;
- Oficinas Municipais: R\$ 84.000,00;
- Seminário Territorial: R\$ 8.000,00.

Projeto 2: Apoio a Grupos de Produção Cultural**Justificativa**

Os municípios que integram o Território Bacia do Jacuípe, a exemplo dos demais municípios sertanejos, possuem um vasto acervo cultural que, não apenas é pouco conhecido, como gradativamente está sendo substituída pela “cultura de mercado”, descartável e consumista. Urge que se adotem medidas voltadas para os “grupos de resistência”, que fazem cultura com fins sociais e coletivos, ainda presentes que lutam, incansavelmente, pelo resgate e preservação das formas de expressão cultural que primam pela valorização da cultura como instrumento de cidadania, de solidariedade e de valores éticos e morais.

Os grupos de produção cultural se dedicarão ao resgate e preservação das formas de cultura popular tradicionais – cordel, trova, samba de roda, bumba-meu-boi, etc. – e aquelas outras consideradas modernas que têm os mesmos propósitos: teatro, cinema, artesanato, gastronomia, dança etc.

Em todos os municípios do Território existe uma diversidade de manifestações, expressões e potenciais artísticos que não conseguem encontrar forças para se fortalecerem e ocupar espaço no mercado cultural. Embora exista o vasto investimento em consumo cultural, principalmente pelos poderes públicos municipais, o produto cultural do Território não tem conseguindo competir com a indústria cultural e seus produtos massificados, que consome todos os recursos, deixando de contribuir com o desenvolvimento local e regional.

O intercâmbio dos produtores culturais e artísticos quase não acontece e as poucas vezes que isso ocorre são de forma tímida e sem muita perspectiva de desenvolvimento territorial. A Cultura ainda é vista como diversão e, embora existam iniciativas de geração de renda através da cultura, as fronteiras locais e regionais ainda são barreiras que impedem a circulação, a divulgação e o consumo cultural de forma integrada e solidária entre os municípios do Território.

Os municípios, sobretudo a gestão pública, ainda não conseguem desenvolver políticas culturais e nem mesmo compreender a cultura como elemento importante no desenvolvimento econômico de uma comunidade, como fonte de renda e formação da autoestima social.

A baixa motivação e a falta de perspectiva dos artistas e produtores culturais, aliadas à ausência de políticas de fomento, tem enfraquecido cada dia mais a produção cultural nos municípios. Muitos artistas, com seus produtos culturais alternativos, que manifestam a identidade e a expressão regional, têm desistido de seus trabalhos, sufocados pela

produção e reprodução em massa da “bestialidade” cultural que moldam e alimentam os “sonhos de consumo cultural” das novas gerações.

Objetivo Geral

Promover, resgatar e potencializar as linguagens e expressões artísticas e culturais dos municípios do Território através da realização das Semanas Culturais, como forma de geração de renda, formação para a cidadania e de inserção da cultura nas pautas prioritárias das políticas públicas.

Objetivos Específicos

- Desenvolver ações mobilizadoras de políticas públicas para a arte e a cultura em todos os municípios do Território da Bacia do Jacuípe;
- Desenvolver ações de aproximação e integração das experiências culturais dentro do Território;
- Ampliar e fortalecer a rede de produção e consumo cultural dentro do Território, proporcionando o crescimento e sustentabilidade dos artistas e produtores;
- Proporcionar atividades de diversas linguagens artísticas e culturais, para ampliar o acesso e a valorização da comunidade a essas manifestações;
- Valorizar a diversidade e o potencial artístico e cultural no âmbito local e territorial, como elemento de desenvolvimento sustentável;
- Dinamizar e ampliar a capacidade dos produtores culturais, na elaboração e gestão de projetos.

Estratégias

Organizar, no âmbito do Território, grandes eventos que sejam capazes de sensibilizar e mobilizar a população para a valorização da cultura regional:

1. **Oficina de Planejamento:** A primeira etapa integrante deste projeto será a realização de uma Oficina com a presença de todo GT de Cultura e Comunicação, para definirmos as diretrizes, metodologia e cronograma das etapas do projeto. Nesta Oficina será realizada a capacitação em Produção Cultural com as Equipes de Coordenação Local que atuarão em cada município, será feita a composição do Comitê Gestor, com um representante de cada Equipe e terá a aprovação da equipe Técnica composta de um Produtor Cultural e dois auxiliares de Produção. Ambos serão contratados para dar suporte à execução técnica do Projeto.
2. **Contratação da equipe Técnica:** Antes da Oficina de Planejamento será aberto edital para inscrição de currículos dos produtores culturais do Território para Produtor Cultural e Auxiliar de Produção Cultural em todas as 14 Semanas Culturais.
3. **Pré-Produção:** Dois meses antes de cada evento a comissão organizadora municipal e o comitê gestor deverão ter definido toda infra-estrutura, contatos, material de divulgação, e esquema preliminar da programação com as atividades e os principais artistas e grupos que estarão presentes.
4. **Sensibilização da comunidade:** Depois do material e programação concluídos, será desenvolvida em cada município uma campanha de sensibilização e debates envolvendo veículos de comunicação, as escolas públicas e privadas, sindicatos, ONGs, igrejas, feiras livres, entre outros, para envolver a comunidade na dinâmica

do seu desenvolvimento cultural.

5. **Divulgação e Inscrição:** A partir da elaboração das peças de divulgação até o dia de realização do evento, será feita divulgação em todos os veículos de comunicação dentro do Território. Para a divulgação será utilizado o Portal do Território e os Núcleos de Comunicadores Territoriais formados em cada município se encarregarão de desenvolver a dinâmica para disseminar e divulgar a ação e o produto cultural dentro do Território.
6. **Realização do evento:** Cada município sediará 04 dias de evento, dentro de um circuito diversificado com as seguintes atividades:
 - **Mostra de Teatro:** Dentro do território existem mapeados 15 grupos e companhias de Teatro e ainda uma série de outros em formação. Em cada município será realizada uma mostra (não competitiva) em três categorias: Palco Adulto, Palco Infantil e Teatro de Rua. Durante a realização da mostra acontecerá um encontro com representantes de todos os grupos para avaliação e evolução na qualidade das próximas mostras e principalmente para se avançar na sistematização de uma política definida para o teatro dentro do Território. Durante a mostra serão selecionados alguns espetáculos quando, após o espetáculo, os atores farão um debate com o público presente.
 - **Mostra de Vídeo:** Com a colaboração do Núcleo de Comunicação Territorial, que disponibilizará uma estrutura de cinema móvel em cada município, será realizada uma Mostra de Vídeo, priorizando a produção de documentários locais e/ou territoriais e filmes nacionais e internacionais que venham a ser definido como oportunos.
 - **Fórum Cultural do Território da Bacia do Jacuípe:** Desde 2003 é realizado em Pintadas o Fórum de Cultura, que reúne anualmente representantes da sociedade civil e poder público de todos os municípios do Território, para discutir uma política que fortaleça o desenvolvimento de ações e iniciativas culturais. Desse Fórum nasceu o GT de Cultura e Comunicação. A realização de encontros periódicos mais regulares dará continuidade à pauta de debates e sistematização, possibilitando ao Território uma radiografia completa da sua identidade cultural, permitindo avançar com mais eficiência na execução de seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural.
 - **Palestras:** Os artistas presentes estarão desenvolvendo palestras nas escolas ou com públicos específicos, promovendo a interação de seus conhecimentos com a comunidade e fortalecendo o debate cultural. Além disso, os artistas e expositores realizarão pequenas palestras sobre seus trabalhos de acordo com a programação estabelecida em cada município.
 - **Encontro de Sambadores:** O Samba é a mais forte expressão da cultura popular do Território. Em cada um dos municípios ainda existem dezenas de grupos, manifestando e resistindo com um elemento musical esquecido pelo mercado e pelas políticas públicas. Em cada município será realizado um encontro reunindo os principais sambadores e grupos convidados. No decorrer das primeiras etapas será selecionado um grupo de cada município para o

encontro final, onde haverá júri e premiação. No último Encontro de Sambadores será produzido um DVD com todos os grupos participantes.

- **Festival de Música:** Será realizado um festival de música em cada etapa do projeto, em que os vencedores vão se classificando para a grande final que acontecerá na penúltima etapa. As músicas serão composições inéditas e cada intérprete ou compositor só poderá concorrer a no máximo duas etapas com cada música. A premiação só será dada aos vencedores da grande final, os quais terão suas músicas em um CD do Festival.
 - **Festival de Sanfoneiros, Violeiros, Bandas de Pífano:** No mesmo palco livre onde serão realizadas as outras atividades musicais acontecerão encontros de Sanfoneiros e seus Trios de Forró e de Violeiros. Ambos têm encontrado imensas dificuldades de divulgar e vender seus trabalhos, por conta desta eletrificação da música popular, sobre tudo do forró. Esta atividade não será competitiva.
 - **Oficinas:** Serão realizadas nas escolas do município oficinas de linguagens e técnicas diferentes em cada evento; os *oficineiros* serão os próprios artistas participantes e cada oficina apresentará um resultado final na Arena Popular ou na Festa de Encerramento. Com as oficinas esperamos ampliar significativamente o experimento artístico de um grande numero de pessoas, sobretudo de jovens que ampliaram seu horizonte de consumo cultural.
 - **Exposição de Arte e Feira de Economia Solidária:** Durante todos os dias do evento são reservados estandes na Arena Popular para a Feira e Exposição de Arte e Economia Solidária, onde ficarão expostos os trabalhos de artistas plásticos, artesãos e experiências bem sucedidas de economia solidária de pessoas ou entidades.. Nesta Feira, os expositores divulgarão e venderão seus produtos, realizando pequenas conferências e oficinas com o público sobre seus trabalhos e suas respectivas viabilidades econômica, ecológicas, sociais, culturais, entre outras. Neste mesmo espaço acontecerá também uma exposição de antiguidades relacionadas à história cultural da região e todos os grupos convidados serão convocados a trazerem de suas cidades objetos a serem expostos em estandes montados com esse fim.
 - **Arrastão Cultural:** No dia de encerramento do evento as manifestações culturais, os grupos e artistas presentes se juntarão à comunidade para um grande cortejo cultural pelas ruas da cidade, que se encerrará com uma Arena Popular onde os artistas, grupos e companhias presentes poderão mostrar seus trabalhos e talentos.
 - **Encerramento:** No último dia, logo após o Arrastão, será realizada no palco Livre a grande festa de encerramento, com os destaques de todo evento, a participação de autoridades locais e territoriais e um show com um artista de referência na música regional.
7. **Registro:** Em todas as etapas serão produzidos relatórios contendo todos os detalhes do evento, boletins, fotos, avaliações, relatos, depoimentos e um histórico das atividades. Além disso serão feitos registros audiovisuais. Na conclusão será

elaborado um relatório final impresso em formato de revista, será editado um documentário com imagens de todos os eventos em DVD e ao longo do projeto o Portal do Território estará sendo alimentado com as informações de cada evento.

8. **Produção de DVD e Revista:** Durante as 14 etapas do projeto o Núcleo de Comunicação Territorial trabalhará na formatação de uma revista e de um DVD que serão lançados para relatar a potencialidade cultural do Território da Bacia do Jacuípe e divulgar a importância do projeto, fortalecendo as condições para sua sustentabilidade.
9. **Avaliação:** A avaliação do projeto se dará de quatro formas:
 - A comissão Organizadora Local e o Comitê Gestor farão avaliações após cada evento para ampliar a qualidade da produção cultural dos próximos;
 - Durante o evento, os participantes diretos estarão sendo convocados a fazerem avaliações e emitirem sugestões através de formulários disponibilizados pela coordenação;
 - Nas atividades como Oficinas, Palestras, Festivais e Mostras serão aplicados questionários de avaliação entre os participantes;
 - Disponibilização de um mural nos locais do evento para interações e avaliações instantâneas do público.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de Parcerias:

- SDT/MDA;
- Secretaria de Cultura do Estado;
- Petrobras;
- BNB;
- Banco do Brasil;
- Fundação Banco do Brasil
- Empresas regionais;
- Prefeituras Municipais.

Resultados Esperados

- Uma maior intensidade no consumo e produção cultural entre os municípios do Território, estabelecendo uma Rede de Cooperação e Intercâmbio;
- Ampliação do potencial da produção cultural e artística do Território;
- Consumo solidário e consciente da cultura;
- Qualificação e ampliação do número de pessoas capacitadas na elaboração e execução de projetos culturais;
- Maior credibilidade da comunidade territorial para com nossos produtos culturais;
- Ampliação do diagnóstico cultural do Território, com as especificidades de cada município para avanço no Plano Estratégico de desenvolvimento Cultural do Território;
- Concretização de um Mapa Cultural do território;
- Avanços nas estruturas de gestão cultural de cada município do Território;
- Maior divulgação dos produtos culturais do Território;
- Ampliação da percepção cultural da comunidade em geral.

Atividades
▪ Formação, em cada município, de uma Comissão de Coordenação; ▪ Reuniões de planejamento, por município; ▪ Realização das Semanas Culturais com todas as etapas e componentes; ▪ Reuniões de monitoramento e avaliação.
Metas
▪ 14 Semanas culturais; ▪ Participação de 42 Grupos de Produção Cultural; ▪ Participação de 14.000 pessoas.
Orçamento
R\$ 973.580,00 anuais.
Projeto 3: Arte-educação nas Escolas Municipais
Justificativa
Entre os municípios do Território da Bacia do Jacuípe não se registram atividades de desenvolvimento da arte e da cultura na escola, fortalecendo a dura realidade do afastamento da mesma da comunidade e consequentemente dos seus conhecimentos e saberes, embora alguns secretários compreendam essa necessidade. Cada comunidade possui potenciais de expressões e manifestações culturais que precisam ser compreendidas como elementos metodológicos na aplicação de uma pedagogia de afirmação da identidade sócio-cultural do aluno. Difundir, dialogar e reafirmar as referências de cada ser envolvido na comunidade escolar potencializa a ação educacional como um todo. A arte ainda é compreendida, pela maioria dos educadores, como elemento irrelevante e secundário no processo educacional, ocupando sempre os últimos lugares na prioridade curricular. Assim, as poucas experiências pedagógicas que são desenvolvidas em escolas dos municípios do Território esbarram em enormes dificuldades de recursos, sobretudo humanos. Faltam professores <i>arte-educadores</i> com concepção do ensino de arte na escola em condição de enfrentar as enormes barreiras que a própria política educacional estabelece no ensino de arte. Fazer arte na escola é uma alternativa viável na construção de uma nova filosofia para a educação. Utilizar-se da arte como linguagem pedagógica é conduzir o aluno ao processo de autoindependência na construção do conhecimento e, principalmente, construí-lo de forma prazerosa. Se a arte nos proporciona a descoberta de universos até então desconhecidos em nossas vidas; se a arte, além de reforçador cultural, nos amplia o perceber, o sentir, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar e o comunicar, torna-se inviável uma educação sem ela, visto que é uma linguagem universal que tem uma infinita amplitude de representações. A educação é o lugar da experiência, o lugar de ser gente-humana, viva, sensível, lugar da troca, do envolvimento, do ser criativo, inovador! A arte em si instiga, aguça as múltiplas capacidades do ser humano. Através da arte, nas múltiplas e grandiosas linguagens e abordagens, o jovem consegue superar-se, enveredando-se por caminhos de independência, liberdade, autocontrole, decisão, sensibilidade, alegria, criatividade, inovação. Aqui, onde o físico e o espiritual agem juntos, onde o sensível e o subjetivo se manifestam com mais fluência, onde a alma aflora, seja na dança, na música, na

interpretação, na poesia, na escrita, no desenho, na pintura, escultura, iconografia ou no teatro, ser humano se constrói social, cultural e humanamente.

A escola precisa se constituir num efetivo espaço de vivência e aprendizado, de criação e inovação, espaço de conhecimento, produção de saber e circularidade cultural, é extremamente importante à função da arte no processo de ensino. Não se trata, apenas, da introdução de uma ação restritiva de cultura erudita ou clássica, mas a arte vista como instrumento que valorize o cotidiano, os valores e a cultura dos alunos nas suas múltiplas manifestações; uma arte que possibilite a valorização do meio que o aluno está inserido e que seja fonte de transformação e renovação do seu contexto de vida social. Arte, por essa perspectiva, suscita respeito, sensibilidade, em outras palavras, torna humano o que deixou de ser. Nossas crianças e jovens não são máquinas, são pessoas vivas, que amam e emanam sentimentos por todo o corpo.

O projeto de arte-educação contextualizada propõe incentivar o debate em torno da arte-educação interagindo-a com a cultura dos municípios do Território, com o intuito de promover políticas educacionais capazes de valorizar a cultura popular, fortalecer a percepção de arte-educação no ensino público e propagar a arte como instrumento pedagógico e como concepção de vida.

O desenvolvimento deste projeto intensificará diversas ações artísticas e introduzirá uma nova abordagem metodológica para uma aprendizagem significativa e prazerosa, ajudando toda a comunidade escolar a entender o poder transformador da arte, garantindo a inclusão social, o reconhecimento da sua identidade e a transformação de sujeitos autônomos, protagonistas da sua história.

A intensificação da arte-educação na política pedagógica da escola dará uma nova roupagem na prática educativa numa perspectiva de reconstruir a concepção de educação, desafiando a comunidade escolar a rever e refletir a sua prática, a partir de um novo olhar transformador que contribuirá com a formação de novos sujeitos.

Este projeto será uma experiência piloto no Território, que desenvolverá ações audaciosas no âmbito sócio-cultural, potencializando os valores da arte e o seu poder transformador no processo de formação do sujeito. A sua metodologia de trabalho perpassa por toda a dinâmica da escola e ultrapassa os limites físicos e formais da instituição escolar, ou seja, serão desenvolvidas atividades no período de aula e em turnos opostos, construindo com os sujeitos um espaço dinâmico e prazeroso.

A realização deste projeto dinamizará a prática pedagógica em todos os municípios, pois entendemos que todo adolescente ou jovem que descobrir a sua identidade cultural-artística nunca mais voltará a ser o mesmo; ele passará por um processo de formação e de lapidação que conquistará processualmente a criatividade e a maturidade de buscar o seu próprio conhecimento através da sua vocação. Quando se pensa em arte, se pensa em vida, em sentimento, envolvimento, paixão, se pensa em corpo, espírito, vivência, contato, sensibilidade.

Objetivo Geral

Criar espaços de fomento e revitalização das manifestações artísticas e culturais das comunidades do território, proporcionando o fortalecimento da arte enquanto instrumento de diálogo pedagógico na acepção e formação dos alunos.

Objetivos Específicos

- Desenvolver formação em arte-educação contextualizada com professores e coordenadores da rede pública de ensino;
- Fortalecer e qualificar a Política de arte-educação nos municípios do Território da Bacia do Jacuípe;
- Proporcionar a pluralidade cultural, valorizando assim o exercício da diversidade;
- Fomentar discussões sobre alternativas pedagógicas para dinamismo do espaço escola;
- Intensificar dentro das escolas a prática das linguagens artísticas, e da compreensão teórico-metodológica do poder transformador da arte-educação, sobretudo na promoção das relações humanas;
- Consolidar a arte e a cultura local como instrumento fomentador do desenvolvimento sustentável e de transformação social;
- Fortalecer a iniciativa pedagógica dos municípios do Território da Bacia do Jacuípe através de redes que fomentarão o debate e implementação da disciplina Arte-Educação em todo processo de ensino.

Estratégias

O projeto será desenvolvido em três etapas integradas de formação, sistematização e execução de ações de Arte-educação num período de 24 meses, agregando participantes dos 14 municípios do Território, em que todos receberão as atividades previstas no projeto seguindo as estratégias de ação. Também serão realizadas atividades simultâneas ao processo de formação, o que possibilitará o alcance dos objetivos com maior eficiência.

▪ **Etapas I - Capacitação dos Arte-educadores:**

Será desenvolvido em 03 módulos de 60 horas com a participação de 03 professores de cada município. Os módulos serão realizados um a cada mês em municípios diferentes e terão assessores específicos de acordo com cronograma de conteúdos em anexo, podendo haver módulos com a presença de dois ou mais facilitadores.

1. Planejamento Geral da Capacitação

Será realizada uma reunião de Planejamento um mês antes do início das atividades do projeto com a participação do Comitê Gestor do Plano Territorial de Cultura a fim de definir as orientações gerais para a execução da capacitação e gestão do projeto como um todo.

I - Coordenador Técnico: Nesta reunião de planejamento será definida a contratação de um coordenador técnico com as seguintes funções: orientar e acompanhar a realização dos módulos; elaborar agenda dos municípios para a realização das atividades; realizar processo de comunicação, contratar os facilitadores; sistematizar os relatórios e o Manual de Capacitação; além de garantir a execução das etapas propostas no projeto.

II - Contratação da equipe de facilitadores: Os nomes e currículos dos facilitadores serão discutidos e avaliados na reunião de Planejamento e receberá o aval do Comitê Gestor. Os critérios para escolhas dos facilitadores serão experiência e competência comprovada, além da relação com a política territorial.

III - Elaboração de Cronograma para a execução dos módulos: Esta reunião também representará o momento de elaboração de um cronograma para a execução dos

módulos.

2. Realização dos Módulos de Formação

A cada módulo, o coordenador técnico, junto à equipe de coordenação local do Plano, se responsabilizará pela elaboração e organização de toda infra-estrutura necessária para a realização da capacitação como: espaço físico, alimentação, hospedagem, material didático e transporte. As demandas serão encaminhadas com antecedência a equipe de gestão financeira do Plano.

3. Trabalho de Conclusão

Durante toda a capacitação, os Arte-educadores, em equipe por município, estarão sendo orientados na elaboração de uma proposta de reaplicação metodológica dos conteúdos a uma turma de 30 professores em seus municípios. O material deve ser apresentado como conclusão de curso, segundo orientações do módulo “Planejamento de Arte-educação”, que será oferecido durante a capacitação.

▪ Etapa II - Capacitação de Professores

Será desenvolvido em cada município do território um segundo momento de formação, onde os 42 arte-educadores capacitados repassarão a formação para mais 30 professores de cada município com o apoio da coordenação pedagógica local:

1. Contato institucional

Antes de início da articulação da capacitação nos municípios, os 03 arte-educadores capacitados se reunirão com a Secretaria Municipal de Educação e vão propor a incorporação desta capacitação dentro do seu planejamento anual, além da atividade de intervenção que será desenvolvida numa escola logo após na terceira etapa.

2. Composição da turma

A turma será composta pelos professores que trabalham com arte e com ensino fundamental, respeitando a distribuição das escolas e as demandas concretas do planejamento educacional do município. Um dos critérios básicos para a definição dos 30 participantes desta etapa será seu envolvimento com a arte na sua ação pedagógica.

3. Realização da Capacitação

O repasse dos conteúdos será desenvolvido em 4 módulos, de 30 horas cada, a partir de um cronograma construído junto à coordenação e os participantes, respeitando o tempo máximo de 4 meses de atividade.

4. Atividade Prática

Durante a capacitação, entre cada módulo os professores estarão desenvolvendo ações em suas respectivas salas de aula, com acompanhamento e realização de autoavaliações, além de relatórios sistemáticos.

▪ Etapa III - Intervenção artístico-pedagógica

A terceira etapa refere-se ao momento de aplicação prática dos conteúdos desenvolvidos nas etapas de capacitação. Será realizada uma experiência piloto diretamente em uma escola de cada município. A escolha da escola será feita pela equipe de coordenação do Plano junto secretaria municipal de educação. A intervenção no período escolar e no turno oposto e se dará da seguinte forma:

1. Realização de Oficinas

Durante 30 dias os professores capacitados pelo projeto desenvolverão oficinas em horários de aula ou no contra turno, de acordo com a disponibilidade da escola. As oficinas serão configuradas nas linguagens e técnicas definidas como prioridade para formação dos Núcleos Artísticos.

2. Formação de Núcleos Artísticos

Depois da realização das oficinas os professores organizarão núcleos artísticos nos municípios a partir da aptidão e interesse de cada aluno.

3. Criação de Produtos

Com a constituição dos núcleos e a realização das oficinas, terão como resultados diversos produtos artísticos, fruto de todo o trabalho realizado.

4. Mostra de Arte

Com estes produtos criados, será realizada uma mostra de arte aberta a toda a comunidade. Dentre os produtos terão teatros, música, cantigas de roda, poesia, brincadeiras, teatro, pintura, manifestações culturais locais e interpretação.

5. Realização de Atividades Simultâneas

- *Constituição e Funcionamento de um Fórum de Debate e Construção de Políticas Educacionais:* Será composto inicialmente pelos 42 professores representantes que serão capacitados em conjunto e que servirão de multiplicadores, por representantes do GT de Cultura, representantes de ONG e parceiros. Dentro deste Fórum será criado o conselho com a função de definir as diretrizes para implantação de uma ação artístico-pedagógica em todos os municípios do território.
- *Realização de Intercâmbio:* Serão realizados, simultaneamente, intercâmbios artístico/culturais entre os 14 municípios do território com a participação das escolas, artistas envolvidos e mestres da cultura popular. Estes intercâmbios buscarão realizar grandes intervenções artísticas nas escolas e nas comunidades com música, teatro, poesia, cantigas de roda, manifestações da cultura local e debates entre alunos, professores, artistas, mestres e comunidades, promovendo o exercício e a valorização do conhecimento e da diversidade.
- *Realização de Seminário:* Será realizado um seminário em cada município do Território, com o envolvimento dos amplos setores da sociedade para a ampliação e difusão das iniciativas e alternativas propostas pela arte e a cultura para reconhecimento da identidade cultura, desenvolvimento sustentável, evolução na prática das políticas transversais e a valorização das manifestações culturais

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Prefeituras Municipais / Secretarias de Educação;
- Universidades Públicas;
- Organizações não governamentais como o MOC e Projeto Axé;
- SECULT;

- Representantes da sociedade civil: sindicatos, movimentos sociais, associações de bairros e outros;
- Petrobras;
- MINC;
- SDT/MDA.

Resultados Esperados

- Arte como instrumento pedagógico introduzida no sistema municipal de educação;
- Capacidade criativa e potencial artístico são desenvolvidos pelos estudantes da rede municipal;
- A cultura é valorizada e estimulada;
- Identidade cultural da comunidade é reconhecida e valorizada;
- Rendimento escolar dos estudantes melhorado;
- Patrimônio cultural material e imaterial é preservado.

Atividades

- Cursos de Capacitação de Professores;
- Elaboração de Propostas de Arte-Educação por Município;
- Realização de Oficinas nas Escolas;
- Constituição de Núcleos Artísticos nas Escolas;
- Formação de um Fórum de Debates de Políticas Educacionais;
- Realização de Seminários.

Metas

- Capacitação de 42 arte-educadores do Território da Bacia do Jacuípe;
- 14 propostas de reaplicação metodológica nos municípios elaboradas pelos arte-educadores;
- Capacitação de 30 professores em arte-educação em cada município, totalizando 420 no território;
- Realização de oficinas nas escolas;
- Constituição de 03 núcleos artísticos em cada município;
- Constituição de 01 Fórum de Debate de Políticas Educacionais;
- Realização de 07 intercâmbios dos municípios;
- Realização de 14 seminários anuais.

Orçamento

R\$ 423.505,12 anuais.

Projeto 4: Formação de Agentes de Comunicação

Justificativa

Os municípios do Território Bacia do Jacuípe não construíram, ao longo do tempo, canais de comunicação voltados para o interesse social, limitando-se a reproduzir os veículos cujos fins são aqueles da sociedade capitalista: fins políticos e econômicos.

Recentemente, entretanto, surgem iniciativas alternativas voltadas para o interesse social e para a cidadania, a exemplo de rádios comunitárias, centros digitais de cidadania, boletins específicos.

Entendendo ser a comunicação elemento essencial e imprescindível de toda ação humana e de toda prática política, necessário se faz construir instrumentos de comunicação que

efetivamente estejam voltados para a formação da cidadania, para a valorização da cultura, para o interesse social e para o desenvolvimento sustentável.

Deve-se levar em conta a existência, em todos os municípios, de jovens que já desenvolvem atividades de comunicação (rádio, fotografia, filmagens, internet etc.), porém sem uma formação adequada e sem o apoio institucional devido.

Objetivo Geral

Contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável e integrado através da formação qualificada de agentes comunicadores e constituição de Núcleos de Comunicação no Território da Bacia do Jacuípe.

Objetivos Específicos

- Formar agentes comunicadores;
- Qualificar e ampliar os serviços de comunicação dos instrumentos existentes nos municípios;
- Promover a divulgação de informações do Território para a população;
- Estimular a produção de conteúdos de comunicação nos municípios;
- Divulgar as ações de construção do processo de desenvolvimento sustentável do Território.

Estratégias

Relacionam-se a seguir as principais estratégias de ação para a implementação do Projeto de Capacitação de Agentes de Comunicação nos municípios do Território da Bacia do Jacuípe, que se organizará em 04 etapas, nas quais serão desenvolvidas uma série de atividades e desenhados um conjunto de instrumentos específicos que ajudarão a atingir os objetivos do projeto.

▪ Etapa I - Constituição da Coordenação Técnica e Identificação dos Facilitadores

Este momento representa o instante de constituição da equipe de trabalho que executará o projeto. Esta equipe será composta por um coordenador técnico, que deve ser, necessariamente, um comunicador com experiência e conhecimento na área que terá a responsabilidade de planejar, organizar e monitorar e assegurar o cumprimento das etapas do Projeto.

Para a facilitação da oficina serão contratados três profissionais qualificados, que pertencerão a instituições que possuem um *knowhow* no tema Comunicação. Cada um destes profissionais será responsável por um módulo da capacitação nos 14 municípios, garantindo assim uma uniformidade nos conteúdos transmitidos aos participantes.

▪ Etapa II - Identificação dos jovens comunicadores em cada município

Esta etapa consiste no momento de formação da equipe de jovens comunicadores, que serão responsáveis pelo fortalecimento dos meios de comunicação local, e articulação com as modernas práticas e tecnologias de comunicação, mantendo o foco sobre o desenvolvimento do Território.

Comunidades tornam-se melhores e mais fortes quando identificam, valorizam e utilizam o potencial de seus próprios moradores. Neste sentido é que serão capacitados 20 jovens de cada município, totalizando 280 jovens no Território. A identificação e indicação destes jovens serão feitas pelos representantes dos municípios no Comitê Gestor do Plano de Ação Territorial de Cultura e Comunicação, que observará os seguintes aspectos:

- Idade entre 16 e 29 anos;
- Indicação de jovens por parte de instituições que fazem parte do Conselho Territorial da Bacia do Jacuípe;
- Assegurar participação de jovens de baixa renda que tenham pouca perspectiva no mercado de trabalho e que possuam perfil e interesse pela área;
- Estar cursando ou ter concluído o ensino médio.
- Após esta identificação, o representante de cada município deverá entregar uma lista com um pequeno currículo de cada jovem indicado ao Comitê Gestor que fará a análise e aprovação.

▪ **Etapla III - Capacitação dos Agentes Comunicadores**

1. *Construção do Cronograma de Oficinas e Instalação da infraestrutura:* O Coordenador Técnico que fará a coordenação do projeto se responsabilizará pela articulação de uma agenda para a realização das oficinas de acordo com a disponibilidade de cada município e os facilitadores contratados. A implantação da infraestrutura necessária também ficará a cargo deste coordenador, que observará aspectos como: hospedagens dos facilitadores, espaço para realização das oficinas, alimentação dos participantes, material didático, transporte, contatos, entre outros.
2. *Realização da Capacitação:* A capacitação buscará proporcionar aos jovens comunicadores a qualificação necessária para a utilização das tecnologias de comunicação e para a participação efetiva no sistema de comunicação local, como receptores críticos e agentes ativos. Esta capacitação também possibilitará a estes agentes a reflexão sobre como a comunicação pode contribuir para a superação das dificuldades e fortalecimento do potencial do Território.

As oficinas serão distribuídas em três módulos utilizando sempre teoria e prática, sendo: o módulo I – Introdução / noções básicas, módulo II – Intermediário e módulo III – Aperfeiçoamento, com conteúdos distribuídos de forma ordenada, um consequência do outro dando também flexibilidade ao facilitador na condução de perguntas e discussões entre os participantes, para modificação na condução das atividades.

▪ **Etapla IV - Formação de Núcleos de Comunicação**

Como resultado concreto do processo de formação, os jovens serão sensibilizados a formarem núcleos/espacos de comunicação com objetivo de dar visibilidade às ações do município e Território, através da produção de peças de comunicação e do debate qualificado em torno da democratização da comunicação e cultura. Neste sentido, deverão ser constituídos Núcleos de Comunicação municipais. Para tanto, apresenta-se a seguir as fases desse processo:

1. *Identificação dos representantes do núcleo no município:* De cada turma, fazer nova identificação do potencial representante do município que se disponibilizará e se responsabilizará pela coordenação do Núcleo de Comunicação do município, assim como as ações a serem realizadas pelo Núcleo Territorial.
2. *Infraestrutura dos municípios:* Consiste na montagem de uma infraestrutura tecnológica necessária para o pleno funcionamento do Núcleo de Comunicação em cada município do território (Kits de comunicação). A proposta é buscar parcerias locais e territoriais para a estruturação dos núcleos, garantindo assim o bom

funcionamento do projeto; essas parcerias deverão ser definidas a partir do momento em que for realizada a capacitação do módulo inicial.

3. *Realização de Seminários dos Núcleos de Comunicação para planejamento das ações coletivas:* Serão realizados 03 seminários do Núcleo de Comunicação com o objetivo de constituir o Núcleo de Comunicação Territorial, estabelecendo o direcionamento a ser seguido para se alcançar os propósitos do projeto.
4. *Realização de Seminário Territorial de Comunicação:* Realização de um Seminário Territorial de Comunicação com a participação dos movimentos sociais da região. A proposta é disseminar a importância dos processos de comunicação das organizações para dar visibilidade às suas ações. Outra finalidade é despertar as pessoas para que elas possam se sentir sujeitos produtores de comunicação, utilizando recursos alternativos e uma linguagem que represente a potencialidade e desafios do território. Esse seminário difere do seminário do Núcleo, que é direcionado aos jovens.
5. *Criação de novas estratégias e instrumentos de comunicação:* O processo de formação dos jovens também possibilitará a criação de novas estratégias e instrumentos de comunicação nos municípios, além do fortalecimento e valorização dos já existentes. Entre eles pode-se destacar: fanzines, programas de rádios, sites, jornais, revistas, folders, boletins, entre outros.
6. *Criação de um Portal para o Território na Internet:* A escolha do Portal como instrumento de comunicação específico para o Território acontece devido ao fato da internet ser considerada uma ferramenta estratégica, eficiente e de baixo custo. Este Portal funcionará como um centro aglomerador e distribuidor das informações produzidas em cada município, pelos núcleos, proporcionando acesso simplificado às informações, tornando a interação com o usuário mais próxima e as informações apresentadas de forma mais simples e compreensível.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de Parcerias com os seguintes órgãos:

- AGECOM;
- SDT/MDA;
- PETROBRAS;
- Secretaria Estadual de Cultura;
- Prefeituras dos Municípios;
- MOC – Movimento de Organização Comunitária;
- CIPÓ – (ONG de Comunicação em Salvador);
- Universidades: FACOM /UFBA.

Resultados Esperados

- Formação integral dos indivíduos que, por meio do acesso, produção e partilha de informações e experiências, desenvolverão conhecimentos, atitudes e habilidades;
- Articulação dos jovens, organizações da sociedade civil e comunidades, permitindo que os mesmos atuem de forma mais proativa e efetiva na esfera pública;
- Criação do Fórum de Comunicação Territorial;
- Facilitação dos processos políticos inerentes e necessários à vida comunitária;
- Dinamização da economia local através da geração de novas oportunidades de

trabalho, fortalecimento da imagem dos empreendimentos locais e agregação de valor aos seus produtos e serviços;

- Desenvolvimento cultural por meio do resgate da identidade, valorização da cultura e fortalecimento da imagem local;
- Promoção de uma imagem positiva e propositiva do Território;
- Valorização da diversidade cultural;
- Produção, fruição e intercâmbio cultural;
- Estímulo ao crescimento equilibrado e ecologicamente sustentável;

Atividades

- Realização de Cursos de Capacitação em cada município envolvido;
- 260 jovens capacitados como agentes comunicadores;
- Formação de Núcleo de Comunicação Territorial;
- Realização de seminários do Núcleo de comunicação para planejamento das ações coletivas;
- Sensibilização destes jovens para atuação nos espaços e instrumentos de comunicação;
- Estimular a criação de novos produtos e instrumentos de comunicação (por exemplo, um site ou boletim) em cada município;
- Criação de produtos de comunicação específicos sobre o Território (ex: folder, site, jornal ou fanzine);

Metas

- Cursos de Capacitação: 03 módulos de capacitação em cada município envolvido;
- 260 jovens capacitados como agentes comunicadores;
- 14 Núcleos de Comunicação Territorial formados;
- Realização de 02 seminários do Núcleo de comunicação para planejamento das ações coletivas;
- Produção de instrumentos de comunicação (por exemplo, um site ou boletim) em cada município;
- Criação de produtos de comunicação específicos sobre o Território (ex: folder, site, jornal ou fanzine);

Orçamento

R\$ 100.175,20 anuais.

PROGRAMA 2: AGRICULTURA FAMILIAR

Contextualização

A Agricultura Familiar, entendida como o conjunto de atividades empreendidas na unidade familiar de produção utilizando a mão de obra da própria família e, eventualmente, de terceiros, exerce função primordial em todos os municípios do Território, seja por se constituir no principal instrumento de produção econômica e de reprodução familiar, seja pela sua importância ao nível da economia dos municípios. Se, ao nível nacional, quase 50% dos alimentos básicos são produzidos pela agricultura familiar, no Território, dada a ausência de projetos agrícolas irrigados com grande significado econômico, aumenta ainda mais a importância da mesma, que tem como componentes a extração da fibra do sisal, a pecuária (bovinos, ovinos, caprinos e, em menor dimensão, aves e suínos), a produção de leguminosos (feijão, fava), a mandioca, com maior destaque em alguns municípios, a apicultura, a fruticultura e a produção de milho, além de hortaliças em algumas áreas.

Além do papel exercido na produção de alimentos, a agricultura familiar tem também a função social de destaque por ser grande absorvedora de mão de obra. Praticada em pequenas áreas de terra – a maioria limita-se a áreas inferiores a 50 hectares, a prática da agricultura familiar obriga ao uso intensivo da terra, que pode trazer problemas ambientais graves com a sobrecarga do uso dos solos e dos recursos naturais. Por outro lado, dada à diversidade de atividades, visto que a agricultura familiar é, por natureza, palco da policultura, acaba por minimizar os danos ambientais causados pela intensidade das atividades.

Projeto 1: Produção Orgânica de Mel

Justificativa

É relativamente grande o potencial apícola do Território, podendo assim se constituir num importante pólo produtor de mel. Para isso, no entanto, três linhas de ação são imprescindíveis: a) a qualificação dos produtores para a adoção, com exclusividade, de métodos e técnicas agroecológicas, a fim de garantir a produção orgânica de qualidade e a preservação ambiental; b) a implementação da infraestrutura necessária, com a implantação de Casas de Mel nos municípios, para criar as condições de agregação de valor e obter melhor remuneração pelo produto; c) a criação de uma cooperativa para assumir a comercialização do produto.

Para facilitar a comercialização, o mel deve ser padronizado, com uma única marca.

Objetivo Geral

Desenvolver a apicultura sustentável no Território como alternativa de geração de renda para os agricultores familiares.

Objetivos Específicos

- Criar oportunidade de geração de renda para os agricultores familiares;
- Oferecer ao mercado produto orgânico;
- Desenvolver a apicultura agroecológica, garantindo a sustentabilidade socioambiental.

Estratégias
Um gargalo difícil de superar, na agricultura familiar, é a comercialização dos produtos, dadas as exigências do mercado consumidor. Será instituída, como estratégia central, a criação de uma cooperativa para assumir todo o processo inerente a produção e comercialização do mel: controle de qualidade, capacitação dos produtores e comercialização dos produtos. Essa cooperativa deverá articular-se com outras cooperativas similares, como estratégia de mercado, podendo assim colocar os produtos com menos dificuldade nos centros consumidores. É fundamental, também, a articulação com as prefeituras municipais para a introdução do mel na merenda escolar.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias com os seguintes órgãos: ▪ SETRE; ▪ SUAF/SEAGRI; ▪ EBDA/SEAGRI; ▪ ONGs com <i>expertise</i> no setor; ▪ Organizações que trabalham com Comércio Justo; ▪ Universidades; ▪ SDT/MDA.
Resultados Esperados
▪ Agricultores familiares capacitados para a produção orgânica de mel; ▪ Produtividade do mel aumentada; ▪ Renda familiar dos produtores aumentada; ▪ Meio ambiente preservado;
Atividades
▪ Cursos de capacitação dos apicultores, através de treinamentos e de assistência técnica continuada; ▪ Implantação de Postos de Recolhimento nos Municípios; ▪ Implantação de uma “Casa de Mel” – central de embalagens e de comercialização do produto; ▪ Criação de uma cooperativa.
Metas
▪ Cursos de capacitação dos apicultores, através de treinamentos e de assistência técnica continuada; ▪ Implantação de Postos de Recolhimento nos Municípios; ▪ Implantação de uma “Casa de Mel” – central de embalagens e de comercialização do produto; ▪ Criação de uma cooperativa.
Orçamento
▪ Infraestrutura: R\$ 170.000,00 – dois primeiros anos. ▪ Manutenção: R\$ 168.000,00 anuais.

Projeto 2: Produção e Beneficiamento de Leite

Justificativa

O Território se constitui numa importante bacia leiteira no Estado da Bahia, embora, pela desorganização e pouca qualificação dos produtores, não ocupe a posição merecida. O Censo Agropecuário (2006) registrou um efetivo bovino de 447.462 cabeças e 31.125 de caprinos, podendo vir a se constituir numa importante estação leiteira. Para isso, no entanto, é necessário um conjunto de ações voltadas para a qualificação dos produtores, tanto no tocante à produção e coleta do leite (manejo sustentável dos animais, técnicas adequadas de ordenha, métodos de higiene apropriados etc.), como medidas de infraestrutura que garantam a conservação do leite, a exemplo de refrigeradores nos municípios.

Objetivo Geral

Possibilitar o aumento da renda do agricultor familiar com a melhoria do processo de produção, armazenamento e comercialização do leite.

Objetivos Específicos

- Capacitar os produtores para o manejo sustentável dos animais;
- Aumentar a produção e a produtividade de leite nos municípios;
- Capacitar os produtores para a adoção de métodos e técnicas de ordenha e de higiene;
- Implantar a infraestrutura básica necessária ao armazenamento e comercialização do produto.

Estratégias

Será constituída, ao nível do Território, uma comissão específica para assumir a condução das atividades voltadas para a melhoria da produção e comercialização do leite, encarregada também de promover a assistência técnica e a capacitação dos produtores através de parcerias com instituições como EBDA, FAEB, SEBRAE etc.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Prefeituras Municipais, com vistas à utilização de parte do leite na merenda escolar;
- SUAF/SEAGRI;
- SDT/MDA;
- SEBRAE;
- SETRE.

Resultados Esperados

- Produção de leite aumentada;
- Produtividade do leite ampliada;
- Produtores capacitados para o manejo sustentável dos animais;
- Produtores capacitados para a utilização de métodos adequados de ordenha e de higiene;
- Renda dos produtores aumentada.

Atividades

- Formação da Comissão Coordenadora;
- Cursos de capacitação dos produtores;

- Assistência técnica continuada;
- Implantação, nos municípios, de refrigeradores de leite.

Metas

- Implantação de 14 refrigeradores;
- Atendimento, com capacitação e assistência técnica, a 300 produtores de leite por município.

Orçamento

- Infraestrutura: R\$ 420.000,00 – dois primeiros anos;
- Capacitação e assistência técnica: R\$ 328.000,00 anuais.

Projeto 3: Produção e Beneficiamento de Carne

Justificativa

Os municípios do Território Bacia do Jacuípe cumprem importante função na produção de carnes, mantendo o abastecimento interno e exportando o produto para outros municípios. Segundo o Censo Agropecuário (2006), o efetivo da pecuária era o seguinte, em número de cabeças: Bovinos 447.468, Ovinos 194.486, Caprinos 31.125, Suínos 26.744, Aves 311.699. Entretanto, são muitas as dificuldades enfrentadas pelos produtores, o que resulta em grandes prejuízos anuais: a ausência de práticas agroecológicas que garantam o manejo sustentável dos animais; a falta de procedimentos voltados para o armazenamento de alimentos para os períodos de seca, que são frequentes; nesses momentos, na maioria dos casos, os animais acabam perdendo o peso ganho nos períodos de chuva, quando não chegam à morte, resultando em grandes perdas econômicas. Além disso, inexiste, entre a maioria dos produtores, a preocupação com a preservação ambiental, resultando numa prática predatória. A criação de “galinha caipira” é um elemento à parte, que precisa ser dinamizada e melhorada, dado seu potencial econômico.

Há um frigorífico instalado para caprinos e ovinos (Pintadas) que pode se constituir num importante instrumento para o beneficiamento e comercialização da carne, que ainda é pouco utilizado pelos produtores.

Objetivo Geral

Melhorar a renda dos produtores através do aumento da produtividade e da agregação de valor aos produtos.

Objetivos Específicos

- Capacitar os produtores para a adoção práticas agroecológicas de convivência com o semiárido;
- Sensibilizar e capacitar os produtores para a produção e armazenamento de alimentos para os períodos de crise;
- Implantar uma unidade de beneficiamento de “frango caipira”;
- Introduzir técnicas adequadas de abate para a agregação de valor ao produto.

Estratégias

Deve-se empreender um conjunto de ações estratégicas que possibilitem a sensibilização e motivação dos produtores para uma verdadeira “campanha” de melhoramento das práticas de criação, abate e comercialização dos animais:

- Formação de uma Comissão Permanente para elaborar um plano de trabalho voltado

para a capacitação dos produtores;

- Estabelecimento de parcerias permanentes com a EBDA e ONGs que atuam no setor para um processo efetivo de assistência técnica.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias com:

- SDT/MDA;
- EBDA/SEAGRI;
- SUAF/SEAGRI;
- Prefeituras Municipais;
- ONGs;
- Cooperativas.

Resultados Esperados

- Produtores de carne capacitados praticam métodos agroecológicos de manejo dos animais;
- Práticas de convivência com o semiárido asseguram maior ganho de peso dos animais;
- Animais são abatidos e comercializados adequadamente;
- Renda dos produtores é aumentada.

Atividades

- Cursos de capacitação dos produtores;
- Processo permanente de assistência técnica;
- Beneficiamento da carne caprina e ovina, através do frigorífico já instalado;
- Implantação de uma unidade de beneficiamento de “frango caipira”;
- Definição da forma de gestão, pela Comissão, da unidade de beneficiamento de “frango caipira”.

Metas

- Selecionar, em cada município, 300 produtores mais interessados para o processo de capacitação e assistência técnica;
- Beneficiar, em cada município, 50 criadores de “frango caipira”.

Orçamento

- Capacitação e assistência técnica: R\$ 840.000,00;
- Unidade de Beneficiamento de “frango caipira”: R\$ 80.000,00;
- Implantação de sistema de gestão da unidade de beneficiamento: R\$ 15.000,00.

Projeto 4: Pesca Sustentável

Justificativa

Além da barragem de São José do Jacuípe, a mais importante do Território que abastece vários municípios, inclusive de outros territórios, há centenas de “pequenas aguadas” (barragens, tanques) que possibilitam a atividade pesqueira ao nível familiar voltada, principalmente, para a segurança alimentar familiar e para a complementação de renda.

Numa região semiárida, onde os recursos naturais são sempre escassos, todas as oportunidades devem ser aproveitadas e a piscicultura é uma delas. Há, entretanto, duas dificuldades para serem enfrentadas e superadas: uma diz respeito à qualificação do piscicultor para que se aproprie dos conhecimentos necessários para a pesca sustentável, respeitando os períodos de reprodução dos animais e evitando a pesca precoce; a outra se

refere à alimentação. A ração industrial disponível acaba por inviabilizar os pequenos criatórios, carecendo de medidas alternativas: implantar, no Território, um fabrico de ração incorporando a matéria prima disponível no Território com o necessário enriquecimento de proteínas e sais minerais.

Essa atividade poderia ser implementada especialmente por jovens e mulheres.

Objetivo Geral

Melhorar a renda e contribuir para a segurança alimentar das famílias dos agricultores familiares.

Objetivos Específicos

- Produzir o complemento alimentar básico para as famílias;
- Criar oportunidade de geração de renda para a juventude rural e para as mulheres;
- Implantar um fabrico de ração para os pescados;
- Criar uma cooperativa com jovens e mulheres para assumir a gestão da cooperativa e coordenar a atividade pesqueira.

Estratégias

A estratégia central é mobilizar jovens protagonistas rurais e mulheres empreendedoras para a criação e gestão da cooperativa.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- SDT/MDA;
- Bahiapescas;
- SUAF/SEAGRI;
- CAR/SEDIR;
- EBDA;
- EMBRAPA;
- Universidades;
- Prefeituras Municipais.

Resultados Esperados

- A pesca sustentável é introduzida como atividade importante de segurança alimentar e de geração de renda;
- Instituições de pesquisa, como Embrapa e Universidades, comprometidas com a assistência técnica na fabricação de ração;
- Fábrica de ração implantada e em funcionamento;
- Jovens e mulheres rurais assumindo a coordenação dos trabalhos.

Atividades

- Mobilização de jovens e mulheres interessados;
- Criação da Cooperativa;
- Negociações com instituições de apoio;
- Implantação de uma fábrica de ração;
- Instituição do sistema de assistência técnica.

Metas
▪ Incorporar, em cada Município, 50 pescadores, com destaque para jovens e mulheres; ▪ Cooperativa implantada e em funcionamento; ▪ Fábrica de Ração implantada e em funcionamento.
Orçamento
▪ Fábrica de Ração: R\$ 250.000,00; ▪ Capacitação e assistência técnica: R\$ 182.000,00 anuais.
Projeto 5: Produção e Beneficiamento da Mandioca
Justificativa
A mandioca é cultivada em todos os municípios, exercendo importante função na composição do orçamento das famílias. A sua produtividade média, entretanto, é muito baixa, 12 t/ha, o que representa pouco mais de um terço da produtividade considerada ótima, o que se deve, em parte, às condições climáticas, mas também às tecnologias de produção utilizadas pelos produtores consideradas superadas. Além disso, a sua utilização básica é a produção de farinha, o que não dá viabilidade econômica ao processo. Há no Território (Mairi) uma agroindústria que foi implantada com vistas à produção de fécula, o que permitiria novos produtos e aumento da renda dos produtores, porém sem funcionamento. Necessário se faz um conjunto de ações em três dimensões: a) um processo de capacitação e assistência técnica aos produtores para a introdução de métodos e técnicas adequados (qualidade da “maniva”, correção dos solos, métodos de cultivo, tratamentos culturais etc.); b) modificações na planta da agroindústria, adequando-a ao bom funcionamento para a produção de fécula; c) criação de uma cooperativa para coordenar as atividades de produção e para administrar a agroindústria (beneficiamento e comercialização).
Objetivo Geral
Promover o aumento da produtividade e o beneficiamento da mandioca com vistas à geração de novas receitas para os produtores.
Objetivos Específicos
▪ Capacitar os produtores, através de treinamentos apropriados e de assistência técnica, para a introdução de tecnologias de produção apropriadas; ▪ Beneficiar a mandioca visando à obtenção de novos produtos; ▪ Comercializar adequadamente os produtos derivados, aumentando as receitas dos produtores.
Estratégias
A estratégia central é a formação de uma cooperativa de produtores que possa, em parceria com outras instituições, empreender as ações de capacitação, assistência técnica, beneficiamento e comercialização dos produtos derivados.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ SDT/MDA; ▪ SUAF/SEAGRI; ▪ EDBA/SEAGRI;

- SICM;
- FUNCEP;
- SETRE;
- Universidades;
- ONGs que atuam no setor;
- Cooperativas;
- Prefeituras Municipais.

Resultados Esperados

- Processo de capacitação e de assistência técnica implementado;
- Produtividade média aumentada em 50%;
- Cooperativa formada e assumindo bem suas funções;
- Agroindústria funcionando.

Atividades

- Realização de cursos, treinamentos e capacitação dos produtores;
- Realização de cursos e treinamentos para a fabricação de produtos derivados, com foco nas mulheres;
- Campos demonstrativos com a utilização de novas tecnologias de produção;
- Sistema de assistência técnica apropriado implementado;
- Adequação da agroindústria;
- Escavação e instalação de poço artesiano com dessalinizador;
- Formação da cooperativa.

Metas

- Atendimento a 300 produtores, por município.

Orçamento

- Poço artesiano com dessalinizador: R\$ 50.000,00;
- Adequação da agroindústria: R\$ 30.000,00;
- Capacitação e assistência técnica: R\$ 328.000,00 anuais.

Projeto 6: Preservação e Ampliação dos Recursos Hídricos

Justificativa

A disponibilidade de água é fundamental em qualquer região do planeta para viabilizar a vida humana, o que inclui os mundos vegetal e animal. Nas regiões semiáridas a questão se reveste de maior importância pelos baixos índices pluviométricos. Além de questões naturais próprias da região, como os elevados índices de evaporação, registra-se um aumento considerável no consumo da água pelo aumento da oferta do produto para a população (canalização da água para os domicílios residenciais) e novas utilizações domésticas (banheiros, sanitários). Por outro lado, registra-se também um crescimento acelerado dos índices de poluição das fontes existentes pela ação predatória dos humanos. É indispensável que se busque uma política permanente de preservação dos mananciais aquíferos e aumento da capacidade de armazenamento nos municípios, garantindo as necessidades básicas de uso doméstico e econômico.

Objetivo Geral
Preservar e aumentar os recursos hídricos existentes a fim de assegurar o suprimento das necessidades de uso doméstico e de produção.
Objetivos Específicos
▪ Conscientizar a população para o uso adequado da água e para a preservação dos mananciais; ▪ Aumentar a capacidade de armazenamento de água nos municípios; ▪ Reduzir os índices de evaporação com a proteção dos corpos d'água existentes.
Estratégias
A estratégia de ação abrange dois níveis: 1. Desenvolver uma “campanha de conscientização” junto à população sobre a necessidade de preservação dos recursos hídricos e sobre o uso adequado da água; 2. Reivindicar junto aos órgãos do governo estadual e federal uma política permanente de preservação dos recursos hídricos e ampliação da capacidade de armazenamento da água.
Arranjo Institucional
▪ Formação de uma Comissão Permanente para assumir a condução das ações relacionadas aos recursos hídricos no Território; ▪ Estabelecer parcerias com as seguintes instituições: • SDT/MDA; • CAR/SEDIR; • SEDES; • Secretaria do Meio Ambiente; • EMBASA/SEDUR; • Ministério do Meio Ambiente; • Prefeituras Municipais; • ONGs ambientais.
Resultados Esperados
▪ Recursos hídricos disponíveis preservados; ▪ Uso adequado da água pela população; ▪ Índices de evaporação reduzidos; ▪ Capacidade de armazenamento de água aumentada nos municípios.
Atividades
▪ Campanha de conscientização pública; ▪ Arborização dos corpos d'água; ▪ Construção de pequenas barragens (200 h/máquina) nos municípios.
Metas
▪ 50% da população dos municípios informada sobre a preservação dos recursos hídricos e uso adequado da água; ▪ Construção de 70 pequenas barragens por ano (5 por município); ▪ Proteção de 140 corpos d'água por ano (20 por município).

Orçamento
▪ Campanha de conscientização (cartazes, folhetos, rádios): R\$ 70.000,00; ▪ Construção de Barragens: R\$ 4,2 milhões anuais; ▪ Proteção dos corpos d'água: R\$ 70.000,00 anuais.
Projeto 7: Crédito para Todos
Justificativa
No mundo inteiro o crédito é um fator de fomento e estímulo à produção. Nas regiões mais pobres, onde a desinformação da população é maior, o crédito não cumpre sua função. É o caso dos agricultores familiares do Território Bacia do Jacuípe. Apesar da disponibilidade de recursos pelo governo, questões operacionais acabam limitando o acesso a um reduzido número de agricultores. Por outro lado, muitos daqueles que conseguem o benefício, por falta da devida orientação, acaba aplicando incorretamente os recursos, enfrentando posteriormente dificuldades para a quitação dos débitos, ficando em situação de inadimplência. Necessário se faz uma ampla divulgação das linhas de crédito disponíveis no PRONAF, PRONAF JOVEM e PRONAF MULHER, e instituição de um sistema de orientação, através da ATER, para que os agricultores possam não apenas participar do crédito para utilizá-lo de forma adequada, mas também como instrumento de incremento à produção. O Plano Safra 2009/2010 prevê a aplicação de R\$ 15 bilhões na agricultura familiar, o que representa um aumento de mais de 500% em relação aos disponibilizado em 2002/2003.
Objetivo Geral
Universalizar entre os agricultores familiares o acesso ao crédito disponível para a agricultura familiar.
Objetivos Específicos
▪ Massificar a informação sobre as linhas de crédito disponíveis para a agricultura familiar; ▪ Orientar os agricultores para o acesso e utilização adequada dos recursos; ▪ Motivar os jovens e as mulheres a participarem do crédito; ▪ Instituir um sistema de assistência técnica que oriente os agricultores a utilizarem corretamente os recursos.
Estratégias
Estabelecer uma articulação com as organizações os agricultores familiares, prefeituras municipais, instituições financeiras e EBDA para a realização de uma ampla campanha sobre as linhas de crédito disponíveis e as condições de participação.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ BNB; ▪ Banco do Brasil; ▪ Cooperativas de Crédito; ▪ SUAF/SEAGRI; ▪ Cooperativas; ▪ Sindicatos de Trabalhadores Rurais; ▪ ONGs;

- Prefeituras Municipais.
- SAF/MDA.

Resultados Esperados

- Agricultores familiares, jovens e mulheres utilizam adequadamente o crédito rural;
- Agricultores familiares, jovens e mulheres utilizam o crédito rural como instrumento de incremento da produção;
- Agricultores familiares, jovens e mulheres têm a produção aumentada e a qualidade de vida melhorada.

Atividades

- Campanha de divulgação, através de cartazes, folhetos, informativos radiofônicos etc.;
- Inscrição dos agricultores, dos jovens e das mulheres;
- Negociações com o BNB e BB para facilitar a disponibilização do crédito;
- Processo de assistência técnica implementado.

Metas

- Campanha de divulgação: 100% dos agricultores familiares, dos jovens e mulheres agricultoras;
- Acesso ao crédito para 30% dos agricultores familiares de cada município.

Orçamento

- Campanha de Divulgação: R\$ 20.000,00;
- Assistência Técnica: R\$ 328.000,00 anuais;
- Disponibilidade de Crédito: R\$ 42 milhões.

Projeto 8: Viver Melhor

Justificativa

A espécie humana é a única, em todo reino animal, que necessita de uma moradia fixa. Das condições de habitabilidade dependem muitas situações da vida humana: harmonia familiar, saúde etc.

As condições de moradia no meio rural ainda são bastante precárias em todo semiárido baiano, incluindo-se o Território em foco. A maioria das residências não oferece as condições para uma vida saudável: tamanho insuficiente, falta de reboco, pintura, piso e instalação sanitária. Por outro lado, há os casos críticos, de moradias de pau a pique ou mesmo a completa falta de habitação, obrigando a família a morar de favor.

A ausência de habitações em condições dignas compromete a saúde das pessoas, a harmonia e a convivência familiar e o processo produtivo. As condições precárias, além dos efeitos negativos sobre cada pessoa, são também motivações para conflitos intra e inter-familiar.

Necessário se torna, por conseguinte, o desenvolvimento de amplo programa de habitação para atender à demanda das famílias rurais dos municípios do Território.

Objetivo Geral

Possibilitar aos agricultores e seus familiares as condições adequadas de moradia.

Objetivos Específicos

- Criar condições adequadas de habitação, melhorando a saúde das pessoas;
- Contribuir para a harmonia e a convivência familiar;

- Oferecer às pessoas as condições básicas de conforto.

Estratégias

Constituir uma Comissão no Território para coordenar a efetivação de um levantamento sobre a demanda efetiva de habitação no meio rural e a elaboração de propostas para os órgãos competentes.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Prefeituras Municipais;
- SEDUR;
- EBDA;
- Ministério das Cidades;
- Caixa Econômica Federal.

Resultados Esperados

- População rural dos municípios dispõe de condições dignas de moradia;
- Saúde da população e convivência familiar melhoradas.

Atividades

- Levantamento da demanda efetiva;
- Elaboração e encaminhamento de propostas para a construção de moradias rurais;
- Negociações com os órgãos competentes.

Metas

- Construir, a cada ano, 200 moradias em cada um dos municípios;
- Melhorar as condições de moradia de 200 famílias de cada município, por ano.

Orçamento

- Construção de 2.800 moradias por ano: R\$ 61,6 milhões;
- Melhoramento de 2.800 moradias por ano: R\$ 11,2 milhões.

Projeto 9: Produção e Beneficiamento do Sisal

Justificativa

O sisal cumpre importante função social e econômica. Presente em 50% dos municípios do Território, o cultivo do sisal e a extração da fibra, por um lado, são importantes atividades geradoras de postos de trabalho, e por outro lado, dada sua capacidade de resistência aos efeitos das secas, o sisal exerce importante papel nos períodos de crise, constituindo-se em pastagem dos animais. Ainda na década de 70 do século passado, o INCRA e a FAO já recomendavam o consórcio entre a caprino-ovinocultura e o sisal, mas hoje se sabe, também, a importância para os bovinos.

Além disso, há pesquisa que revelam o potencial do sisal para outros aproveitamentos e passos estão sendo dados nesse sentido pelo Território do Sisal e o governo do Estado: aproveitamento da fibra do sisal para a indústria automotiva e da construção civil; aproveitamento do pendão (flecha) e do bulbo (cepa) para a produção de briquetes para bioenergia (uso em padarias, caldeiras); utilização da mucilagem para a produção de ração animal; e utilização do suco para a produção de biofertilizantes e bioinseticidas. Assim, com a concretização dessas medidas, o sisal pode se constituir numa importante atividade econômica futura.

Atualmente, apenas a fibra (4%) do sisal é aproveitada e mesmo assim, a comercialização *in natura* se constitui em grandes prejuízos aos produtores, carecendo da adoção de medidas que possibilitem o beneficiamento inicial da fibra, incorporando valor ao produto. Registre-se, também, que a adoção de práticas inadequadas de cultivo resulta em perda da produtividade e em prejuízos para os produtores.

Objetivo Geral

Possibilitar o aumento da produção e da produtividade, como também o beneficiamento do produto, aumentando a renda dos produtores.

Objetivos Específicos

- Aumentar as áreas de cultivo do sisal;
- Capacitar os produtores para a melhoria dos processos de cultivo;
- Buscar inovações tecnológicas para novos aproveitamentos do sisal;
- Beneficiar o produto como alternativa de agregação de valor e aumento da remuneração dos produtores.

Estratégias

- Constituir uma Comissão Permanente para assumir a viabilização de atividades que possibilitem o aumento das áreas de cultivo, o aumento da produtividade e novos aproveitamentos do sisal;
- Manter um processo de articulação com o Território do Sisal para a busca de inovações tecnológicas que possibilitem novos aproveitamentos da cultura.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- SDT/MDA;
- SUAF/SEAGRI;
- EBDA/SEAGRI;
- SECTI;
- SETRES;
- SEDES;
- CODES/Sisal.

Resultados Esperados

- Áreas de cultivo aumentadas;
- Produtores capacitados para a adoção de métodos e técnicas apropriadas de cultivo;
- Fibra beneficiada e comercializada.

Atividades

- Cursos e treinamentos de capacitação dos produtores;
- Reuniões de articulação com o CODES/Sisal e órgãos públicos;
- Implantação de Centrais de Beneficiamento (Batedeiras) nos municípios.

Metas

- Ampliação em 30% das áreas de cultivo, nos próximos cinco anos;
- 700 produtores de sisal capacitados, a cada ano;
- 07 Centrais de Beneficiamento implantadas.

Orçamento
▪ Capacitação de Produtores: R\$ 60.000,00 anuais. ▪ Implantação de Centrais de Beneficiamento: R\$ 420.000,00.
Projeto 10: Terra para Viver e Produzir
Justificativa
O problema do acesso à terra é um problema histórico da maior gravidade no Brasil. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, a concentração fundiária no Nordeste – que retrata a situação nacional – é bastante intensa; 35,6% dos estabelecimentos agrícolas têm menos de 2,0 ha e ocupam 11,0% da área total agricultável; já os estabelecimentos com até 10 ha correspondem a 68% do número total e ocupam o equivalente a um terço das terras: 33%. Esse quadro não deve ser muito diferente no Estado da Bahia e no Território Bacia do Jacuípe, o que significa existir um vasto segmento de agricultores familiares que não dispõem da quantidade de terra mínima necessária para a reprodução familiar. Some-se a isso o fato de existirem 1.987 agricultores caracterizados como ocupantes, arrendatários e parceiros, que ocupam 21.055 hectares de terra (média individual de 10,6 ha) e outras 213 famílias que receberam terra de algum órgão fundiário e não dispõem da titulação definitiva. Ao lado dessa realidade, registram-se 105 grandes propriedades consideradas improdutivas que ocupam 76.771,6 hectares de terra (média de 731,2 ha). As condições são de extrema pobreza em que vivem esses agricultores que não dispõem da terra suficiente para trabalhar e produzir, o resultado disso é a migração dos filhos e filhas para os centros urbanos, em busca de condições de sobrevivência, onde, dada a desqualificação para o mercado de trabalho urbano, acabam engrossando os cinturões de pobreza já existentes. Necessário se torna, portanto, uma atuação voltada para a identificação de todos os agricultores familiares que não dispõem de qualquer gleba de terra e daqueles que possuem áreas insuficientes ao sustento familiar e buscar medidas de acesso à terra, criando as condições necessárias de cultivo e produção.
Objetivo Geral
Promover ações voltadas para garantir o acesso à terra aos agricultores familiares sem terra, assegurando-lhes condições dignas de trabalho e reprodução.
Objetivos Específicos
▪ Identificar os agricultores familiares que não possuem terra ou dispõem de pequenas glebas insuficientes ao trabalho e reprodução familiar; ▪ Promover ações que garantam o acesso à terra para quem deseja trabalhar e produzir; ▪ Promover a titulação das terras para os agricultores que dela necessitam.
Estratégias
Criar um GT Territorial com a função específica de promover ações visando garantir o acesso à terra para todos os agricultores que desejam continuar trabalhando e produzindo no campo.
Arranjo Institucional
Estabelecer parcerias com: ▪ SDT e SAF/MDA; ▪ INCRA;

- Entidades que atuam no campo da Reforma Agrária;
- CDA-EBDA-SUAF/SEAGRI;
- SEDES;
- Prefeituras Municipais;
- ONGs

Resultados Esperados

- Agricultores familiares sem terra ou com terra insuficiente têm acesso à terra em condições de produção e de reprodução familiar;
- Produção agropecuária aumentada nos municípios e no Território;
- Permanência dos agricultores e seus familiares no meio rural;
- Qualidade de vida da população rural melhorada.

Atividades

- Formação do GT Territorial;
- Levantamento dos agricultores que precisam do acesso à terra ou da sua titulação;
- Promoção de assentamentos rurais com a infraestrutura devida.

Metas

- Titulação das terras de 213 agricultores, de imediato;
- Acesso à terra para 1.400 agricultores (100 por município) por ano.

Orçamento

R\$ 126 milhões, por ano.

Projeto 11: Assistência Técnica de Qualidade para Todos

Justificativa

Um dos graves problemas da agricultura familiar é a ausência de um sistema de assistência técnica de qualidade, permanente e apropriada à realidade dos agricultores. Desde que o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) foi extinto (governo Collor) que os agricultores familiares ficaram órfãos, sem acesso aos conhecimentos e tecnologias necessários para a melhoria dos métodos de cultivo, de armazenamento e de comercialização, com prejuízos incalculáveis. É indispensável que se institua, urgentemente, um sistema de assistência técnica com foco na convivência com o semiárido utilizando-se dos princípios e métodos da agroecologia.

Pela ausência de uma assistência técnica de qualidade apropriada, os resultados da atividade agropecuária do agricultor familiar são muito aquém do desejável possível, tanto ao nível da produtividade, das mais baixas em todos os sentidos (de carne, de leite, de produtos agrícolas, de sisal) como ao nível da relação com o meio ambiente, resultando uma prática predatória e agressiva.

Implementar um sistema de assistência técnica para a agricultura familiar deve ser encarado como prioridade absoluta.

Entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER “um serviço permanente, prestado por organizações governamentais ou civis, mediante a admissão/contratação de técnicos/extensionistas, dirigido para o agricultor e seus familiares e voltado para o desenvolvimento rural sustentável”. A Assistência Técnica supõe um conjunto de esforços/ações com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade; a Extensão Rural visa o “desenvolvimento humano” dos produtores, o seu desenvolvimento educacional,

intelectual, político, cultural etc.

1. Valores

Um programa de ATER deve incorporar os seguintes valores:

- a) Democracia;
- b) Cidadania;
- c) Valorização do público a que se destina;
- d) Parceria;
- e) Defesa do meio ambiente;
- f) Respeito à cultura;
- g) Solidariedade;
- h) Humanismo;
- i) Valorização das organizações sociais/comunitárias;
- j) Direitos Humanos e sociais;
- l) Empregabilidade;
- m) Respeito às etnias;
- n) Gênero.

2. Princípios

- a) Conhecer e considerar a realidade social, econômica, política, cultural, educacional e ambiental na qual se pretende interferir e transformar;
- b) Criar mecanismos que possibilitem a participação proativa dos atores locais em condições de agir, interferir, mudar rumos (ao contrário da concepção de “beneficiários”, “clientes” etc.);
- c) Conceber o homem e a mulher como seres portadores de conhecimentos; e não podem ser considerados simples receptores dos conhecimentos dos técnicos/extensionistas (ao contrário da visão que considera o homem/mulher como uma “tábua rasa”, desprovidos de conhecimentos e portanto carentes da transferência de conhecimentos);
- d) Incorporar o processo de troca de saberes (saber técnico x saber popular) nos procedimentos de operacionalização da ATER;
- e) Servir de instrumento para o exercício prático da democracia, evitando e suprimindo todas as formas de autoritarismos (inclusive aquelas que se praticam veladamente);
- f) Servir de instrumento para a construção da real independência e autonomia das pessoas e dos grupos;
- g) Ajudar a resgatar e a preservar a cultura popular, valorizando e fomentando a diversas formas de expressão cultural: artesanato, alimentação, literatura, teatro, música etc.
- h) Contribuir para a construção de uma sociedade sem qualquer forma de discriminação de gênero ou etnias;
- i) Conhecer e praticar os preceitos fundamentais da agroecologia;
- j) Valorizar a família como um todo: homem, mulher, jovens, crianças.

3. Objetivos

Independentemente de poder contribuir para a consecução de outros objetivos específicos, do interesse dos grupos e das suas organizações, os serviços de ATER têm por objetivos principais:

- a) Capacitar o agricultor e seus familiares para que possam empreender os meios

necessários para a utilização adequada dos recursos disponíveis (água, solo, caatinga etc.) e adoção das tecnologias apropriadas (silagem, fenação, irrigação simplificada etc.) que sejam capazes de aumentar a produção e a produtividade dentro da lógica da sustentabilidade econômica, social e ambiental;

b) Capacitar o agricultor e seus familiares para que possam compreender a sua realidade e a conjuntura em que estão inseridos (clima, política econômica, mercado etc.), podendo, a partir disso, transformar sua *unidade familiar de produção de subsistência* numa *unidade familiar econômica*;

c) Contribuir para a dinamização das atividades econômicas rurais (não apenas aquelas diretamente ligadas à agropecuária), gerando novos postos de trabalho e renda que possam favorecer à melhoria da qualidade de vida;

d) Contribuir para a recuperação da autoestima do agricultor e seus familiares, mediante processos formativos e atividades práticas;

e) Fortalecer as organizações comunitárias locais, fomentando a participação dos agricultores e de seus familiares;

f) Contribuir para a formação de parcerias locais/regionais entre as organizações da sociedade civil e (ou) com o poder público, na perspectiva da formulação e busca de políticas públicas de interesse social;

g) Contribuir, através de processos formativos e de atividades concretas, para a recuperação e preservação das condições ambientais.

Objetivo Geral

Implementar um sistema de assistência técnica capaz de contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para a sustentabilidade socioambiental da atividade.

Objetivos Específicos

- Modernizar os métodos e técnicas utilizados na agropecuária, com a introdução de novas tecnologias baseadas na agroecologia;
- Capacitar o agricultor familiar para melhorar sua atividade econômica de forma sustentável;
- Consolidar um sistema de assistência técnica de qualidade com foco na convivência com o semiárido.

Estratégias

Criar uma Comissão Permanente para elaborar e definir um Plano Operacional de Assistência Técnica que garanta o acesso do agricultor familiar ao conhecimento e às tecnologias necessárias e indispensáveis à atividade econômica sustentável.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- SDT/MDA;
- EBDA;
- SUAF/SEAGRI;
- ONGs;
- Prefeituras Municipais.

Resultados Esperados
▪ Sistema de assistência técnica implementado; ▪ Agricultores familiares qualificados para a utilização de métodos e técnicas de cultivo, de manejo dos animais, de armazenamento e comercialização de forma sustentável; ▪ Produtividade agropecuária aumentada; ▪ Renda familiar e qualidade de vida melhoradas.
Atividades
▪ Formação de uma Comissão Permanente; ▪ Realização de Oficinas Municipais para definir um Plano Operacional de assistência técnica; ▪ Realização de Seminário Territorial para discussão e aprovação do plano; ▪ Operacionalização do sistema de assistência técnica com reuniões, treinamentos, oficinas e outras atividades com os produtores.
Metas
▪ Atender, diretamente, a 30% dos agricultores familiares dos Municípios, cerca de 6.500 agricultores.
Orçamento
▪ Elaboração do Plano Operacional de Assistência Técnica: R\$ 27.000,00; ▪ Implementação do Sistema de Assistência Técnica: R\$ 382.000,00 anuais.

PROGRAMA 3: PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Contextualização

As desigualdades de gênero, de raça e de gerações são intensas em todo país. Em São Paulo, segundo pesquisa recente do DIEESE (2008), apenas 5% dos negros ocupavam cargos de direção, gerência e planejamento, e o aumento em relação a 2004 foi de apenas 0,3%. O rendimento médio por hora de trabalho dos negros em relação aos brancos é 26% inferior. Em Salvador, onde 85% da população é negra, a situação é mais dramática: o rendimento médio do trabalhador branco é 102% superior à do negro. Em relação às mulheres, o quadro não é muito diferente: continua excluída do exercício de funções públicas, onde a predominância é masculina, e ainda são minorias na direção das organizações sociais.

Empreender ações que contribuam para a igualdade racial, de gênero e de gerações tem ocupado lugar de destaque nos últimos anos, combatendo-se toda e qualquer forma de discriminação, de muitas maneiras. A OIT elegeru, como uma das prioridades, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (Convenções 100 e 111). Municípios, Estados e União têm avançado na elaboração de instrumentos legais com a mesma perspectiva. Indispensável, entretanto, é uma ação educativa junto à própria população para que compreenda a necessidade de medidas efetivas que contribuam para a igualdade de gênero, de raça e de gerações.

Projeto 1: Mulheres do Semiárido Donas da Própria Vida

Justificativa

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus maridos e companheiros. Vale destacar que são múltiplas as formas pelas quais a violência se manifesta como:

- A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a mulher;
- A violência ocorrida na comunidade, compreendendo como: violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual;
- A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, (violência institucional).

Embora no Brasil a violência seja um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de mulheres, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno. No entanto, alguns estudos já realizados conferem visibilidade e permitem ter alguma noção sobre o quanto a violência está presente no cotidiano das famílias, aproximadamente 20% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Quando estimuladas por meio da citação de diferentes formas de agressão, esse percentual sobe para 43%. Um terço afirma, ainda, já ter sofrido algum tipo de violência física, seja ameaça com armas de fogo, agressões ou estupro conjugal. Outras pesquisas

indicam, também, a maior vulnerabilidade de mulheres e meninas ao tráfico e à exploração sexual. Segundo a Unesco, de 25 a 30% das meninas são abusadas sexualmente antes de completarem 18 anos.

Estima-se que mais de dois terços dos casos das mulheres violentadas nos municípios do Território da Bacia do Jacuípe sofram caladas e não procuram ajuda. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Isso acontece provavelmente porque, muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem aquela idéia do “ruim com ele, pior sem ele”.

Muitas se sentem sozinhas, com medo e vergonha. Quando pedem ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou então alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho e pedem sigilo do ato. Já o número de mulheres que recorrem à polícia é muito pequeno, seja pela cultura em não denunciar, seja pela falta de estrutura das instâncias públicas e despreparo dos seus agentes: geralmente o atendimento nas delegacias é feito por homens, absolutamente incapacitados para as funções. Via de regra o registro só é feito pelas mulheres quando ocorrem casos de ameaça com arma de fogo, espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos. Quando uma violência desse porte acontece, outras lhe precederam e já fez da mulher um ser vulnerável.

De acordo com o Portal Violência Contra a Mulher (2006), as fases da situação de violência doméstica compõem um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos. Primeiro, vem a **fase da tensão**, que vai se acumulando e se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. Em seguida, vem a **fase da agressão**, com a descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor atinge a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou às vezes usa objetos, como garrafa, pau, ferro e outros. Depois, é a vez da **fase da reconciliação**, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais voltar a acontecer. É muito comum que esse ciclo se repita, com cada vez maior violência e intervalo menor entre as fases. A experiência mostra que ou esse ciclo se repete indefinidamente ou, pior, muitas vezes termina em tragédia, com uma lesão grave ou até o assassinato da mulher.

Os centros de referência, as delegacias de atendimento a mulher, as casas de passagens são estruturas essenciais para romper com este ciclo pois buscam a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento integrado e interdisciplinar (psicológico, social e jurídico), além de prestar serviços de orientação e informação a estas mulheres.

Kofi A. Annan (Secretário Geral da Organização das Nações Unidas) observa que, de acordo com estudos, nenhuma ferramenta é mais eficaz para o desenvolvimento, do que o aumento do poder da mulher, tanto que a mesma constitui-se como o Terceiro Objetivo do Milênio. A busca pela promoção da igualdade de gênero e do aumento do poder da mulher

poderá gerar melhorias na qualidade de vida da mulher e da criança, além de contribuir para que todos os outros objetivos sejam atingidos – desde reduzir a pobreza e a fome até salvar a vida de crianças, melhorar a saúde materna, garantir a educação universal, garantir sustentabilidade e desenvolver parcerias novas e inovadoras a favor do desenvolvimento. Neste sentido, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma transgressão à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Considerando estes aspectos, urge a necessidade de centrarmos forças em todas as esferas do governo e no envolvimento pleno da comunidade na busca pela promoção da igualdade de gênero e consequentemente, o aumento do poder da mulher. Com o **artigo 7** da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ e ainda alguns dos pontos fundamentais que orientam a Política Nacional para as Mulheres presentes no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como a **Equidade** e a **Universalidade das Políticas**, os municípios que integram o Território de Identidade da Bacia do Jacuípe sentem-se no direito de requerer apoio para a implantação de Centros de Referência, Delegacias de Atendimento a Mulher, e a casa de passagem; isso para que as mulheres em situação de violência possam receber adequado atendimento e acompanhamento, acolhimento e informações sobre seus direitos.

Ainda no que diz respeito à violência sofrida pelas mulheres, destacamos também no espaço público e na sociedade civil, a violência institucional a que estão submetidas nos diferentes espaços hierárquicos de poder. Faz-se necessário pensarmos estrategicamente em como garantir às mulheres do Território da Bacia do Jacuípe o encorajamento para a conquista de espaços e empoderamento, na perspectiva de romper com todas as formas de violência.

Objetivo Geral

Contribuir para a redução dos índices de violência contra as mulheres e a exploração sexual de meninas, adolescentes e jovens, através da consolidação da Política Territorial de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com efetivação da Lei Maria da Penha, embasada na Política Nacional.

Objetivos Específicos

- Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento;
- Desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;
- Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;
- Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social e econômica;
- Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência;
- Assegurar atendimento especializado às mulheres em situação de violência;
- Promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às

mulheres, por meio da implantação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência do Território da Bacia do Jacuípe.

Estratégias

A estratégia central é consolidar e fortalecer o GT Territorial de Mulheres do Território para que assuma, com firmeza, a coordenação do processo de trabalho, em articulação com as organizações da sociedade civil.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade – SEPROMI;
- Secretarias Nacionais de Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade;
- Comissões Legislativas Municipais, Estadual e Nacional;
- Secretaria de Segurança Pública;
- SEDES;
- ONGs;
- Prefeituras Municipais.

Resultados Esperados

- 05 espaços (02 DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, 02 Centros de Referência e 01 Casa de Passagem) construídos e funcionando com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência;
- 140 profissionais capacitados das áreas de segurança pública, saúde, educação, CRAS e CREAS, balcões de mediação, justiça e demais áreas da rede de atendimento à mulher;
- Lei Maria da Penha consolidada e sendo aplicada em todos os municípios do Território da Bacia do Jacuípe;
- Mulheres em situação de risco incluídas nas redes municipais e estaduais de atendimento à saúde da mulher;
- Conselhos municipais criados e funcionando.

Atividades

- Oficinas de capacitação intersetorial com representantes dos municípios;
- Realizar campanhas de sensibilização e encorajamento das mulheres para efetivar a denúncia das agressões;
- Distribuir folhetos educativos instruindo as mulheres sobre os procedimentos a adotar nos casos de agressão e violência;
- Cobrar do poder público estadual Delegacias de Mulheres equipadas e adequadas ao atendimento das mulheres vítima da violência;
- Realização de reuniões e palestras com as mulheres;
- Criação de Conselhos Municipais de Defesa das Mulheres.

Metas

- Implantação de 05 (cinco) Delegacias de Atendimento à Mulher;
- Implantação de 02 (dois) Centros de Referência e uma Casa de Passagem;
- 140 mulheres capacitadas;
- 14 Conselhos Municipais instituídos;
- GT Territorial de mulheres funcionando.

Orçamento

- 05 DEAM: estruturação e funcionamento – R\$ 2,2 milhões anuais;
- 02 Centros de Referência e 01 Casa de Passagem – construções e funcionamento anual – R\$ 594.000,00;
- Oficinas de capacitação e campanhas educativas: R\$ 30.000,00 anuais.

Projeto 2: Tecer a Vida – Arte e Cidadania

Justificativa

A equidade social, racial, de gênero etc. não se constrói apenas com educação e formação, embora sejam indispensáveis. Todavia, indispensável também é criar instrumentos concretos de geração de emprego e renda para que as mulheres, vítimas de agressão, possam enfrentar seus agressores com as medidas legais. Este projeto busca, portanto, criar alternativas de geração de emprego e renda para as mulheres desempregadas vítimas de violência no Território da Bacia do Jacuípe, construindo-se espaços autônomos em cada município.

A luta das mulheres sinaliza para o futuro grandes oportunidades e conquistas, desempenhando um papel fundamental no processo de desenvolvimento sustentável, atuando cada vez mais como cidadãs protagonistas de uma nova sociedade, mais harmônica, justa e solidária.

É necessário garantir a inserção feminina nas instituições, na chefia da família ou na liderança comunitária com a perspectiva de abrir oportunidades para a sua integração nos espaços de poder. Hoje, a parcela feminina representa 41% da população economicamente ativa e somente através da formação é que as mulheres estarão habilitadas para intervir na sociedade e nas políticas públicas; atuando como agentes sociais, lutando pela garantia e igualdade de direitos, melhoria da qualidade de vida, acesso à formação e informação.

Este projeto tem o propósito de construir coletivamente alternativas de mudanças dando às mulheres oportunidades de reconhecerem o seu potencial criativo e capacidade empreendedora, colocando isso a favor da busca da sua autonomia. A partir desse processo, as mulheres estarão mais fortalecidas e motivadas para atuar nos diversos grupos de trabalho.

Objetivo Geral

Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que concretizem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando as dimensões étnico-raciais e gerenciais.

Objetivos Específicos

- Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e urbano;
- Promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social;
- Mapear e potencializar os grupos produtivos existentes no Território da Bacia do Jacuípe;
- Promover campanhas e feiras para divulgação, intercâmbio e comercialização dos produtos;
- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo,

cooperativismo e comércio;

- Estimular a ampliação da participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão, no âmbito das entidades representativas de movimentos sociais, conselhos de naturezas diversas, cooperativas, redes e todos os tipos de associação onde mudanças nesse sentido se façam necessárias;
- Garantir a comercialização dos produtos.

Estratégias

Participação ativa no GT Territorial de Mulheres.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- SDT/MDA;
- SEDES;
- SETRE;
- SEPROMI;
- BNB;
- EBDA;
- Associações, Cooperativas, Sindicatos;
- Prefeituras municipais;
- MOC e outras ONGs.

Resultados Esperados

- 50% das mulheres que participam de grupo de produção capacitadas para o exercício de suas tarefas;
- Participação das mulheres no PRONAF ampliada em 30%;
- 7 novos grupos de produção criados no Território por ano;
- Mulheres têm conquistada sua independência econômica, podendo, com mais facilidade, exercer seus direitos;
- Mulheres do Território mobilizadas buscando mais participação na direção das organizações sociais e no poder público.

Atividades

- Realização de Oficinas anuais territoriais de capacitação para mulheres que participam de grupos de produção;
- Oficina anual de intercâmbio entre os grupos de produção;
- Capacitação sobre gerenciamento de grupos e elaboração de projetos para a sustentabilidade dos grupos de produção;
- Mapeamento das associações e cooperativas de mulheres existentes nos municípios e apoio para a estruturação e gerenciamento;
- Criação de uma rede de comercialização da produção da economia solidária;
- Criação de material de divulgação dos produtos da economia solidária do Território dos grupos de produção;
- Encontros de base para a mobilização das mulheres e encorajamento para acessar o crédito do PRONAF Mulher;
- Incentivo, apoio e capacitação de novos grupos de produção;
- Realização de uma feira intersetorial anual para divulgação e comercialização dos

produtos da economia solidária;

- Mapear todas as mulheres do Território que assumem cargos de secretarias, direções, legislativo e executivo;
- Mapear todas as mulheres que assumem a direção de sindicatos, associações, cooperativas, redes e outros grupos com poder de decisão;
- Realizar oficinas de capacitação sobre mulher e poder;
- Sensibilizar e capacitar mulheres para aumentar a participação em cargos eletivos;
- Realização de um Fórum Territorial de gestoras da sociedade civil e do poder público a cada ano;
- Participar das articulações para a criação do Conselho de Mulheres nos municípios;
- Negociação com agentes financeiros para o acesso ao PRONAF Mulher;

Metas

- 02 Oficinas anuais com mulheres que participam de grupos de produção: 80 mulheres;
- 01 Oficina de Intercâmbio: 40 mulheres;
- Capacitação Gerencial: 40 mulheres;
- Mapeamento das associações e cooperativas de mulheres no Território;
- Levantamento dos cargos ocupados por mulheres em órgãos públicos e nas organizações sociais do Território;
- Acesso ao crédito para 100 mulheres por município, por ano;
- Um curso de capacitação, por ano, para preparar as mulheres para o exercício de funções públicas;
- Construção de rede de comercialização.

Orçamento

- Oficinas de Capacitação: R\$ 30.000,00 por ano;
- Outras atividades de mobilização: R\$ 20.000,00 por ano;
- Apoio a novos grupos produtivos: R\$ 140.000,00 por ano;
- Acesso ao crédito: R\$ 700.000,00.

PROGRAMA 4: EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**Contextualização**

Entende-se que educação é pressuposto para desenvolvimento humano, social e territorial e, além disso, é um direito de todos e dever do estado. Segundo o IBGE, o estado da Bahia possui 34.553 escolas, sendo que apenas 10,4% são particulares e 89,6% são públicas; destas 91,8% são escolas públicas municipais. Essa escola pública atende à maioria das crianças e adolescentes do Território, entretanto a educação apresenta baixos indicadores de desenvolvimento e, segundo o UNICEF, é no semiárido onde estão os piores indicadores educacionais.

Na região semiárida, onde está delimitado o Território Bacia do Jacuípe, vivem cerca de 11 milhões de crianças, 75% destas pertencem à famílias cuja renda é inferior a meio salário mínimo. Essa situação social de pobreza favorece a um elevado índice de trabalho infantil, pois as condições socioeconômicas das famílias e as políticas públicas não atendem aos direitos básicos das crianças e adolescentes. Dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho - indicam que o estado da Bahia elevou o número de crianças trabalhando entre 2007 e 2008. Para reverter esta situação, é necessário um esforço coletivo, se pensar estratégias de combate ao trabalho tendo como referência experiências exitosas do Território como a Jornada Ampliada do PETI e o Projeto Baú de Leitura, ambos referência para elaboração de uma proposta de Educação Integral.

Neste contexto educacional, foi realizada em 2009 uma avaliação de aprendizagem com crianças e adolescentes pela UEFS, MOC, Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social; constatou-se que cerca de 70% das crianças possuem limitações no processo de leitura e escrita. A média do IDEB no território é de 2,9 e está associado a altos índices de analfabetismo e altas taxas de reprovação. Estes são indicativos de que a escola não tem cumprido seu papel social de contribuir para o desenvolvimento humano e dos territórios e não está contribuindo para que as crianças adquiram as habilidades e competências necessárias. Isso se deve a uma série de fatores pedagógicos e políticos.

Aliado a esta questão, dados do IBGE (Censo 2000) apontam a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Brasil de 13,6%; no Nordeste esta taxa é quase o dobro, de 26,2%, na região semiárido a taxa de analfabetismo está em torno de 29% e quando se verifica o recorte do semiárido estes dados se agravam, como podemos observar:

- Quase 5 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 14 anos (18,8% da população da região) vivem no semiárido. No Brasil 20,8 milhões estão na faixa etária, representando 12,3% da população nacional;
- Mais de 350 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, não frequentam a escola no semiárido. Das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos que não frequentam a escola no Brasil, 23,8% estão na região;
- Em 95% dos municípios do semiárido (na zona rural) as crianças de 10 a 14 anos apresentam média de anos de estudo muito inferior ao patamar brasileiro que é de 3,77 anos;
- Outro dado importante revela a não-frequência à escola por crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Enquanto a média brasileira é de 5,5, no semiárido é de 7,19. A taxa de

reprovação do Território Bacia do Jacuípe é de 67,4%;

- A taxa de analfabetismo no Território é de 30,1% acima dos 15 anos e de 10,7% para faixa etária de 10 a 15 ano, ou seja, crianças e adolescentes em idade escolar (MEC, 2005).

Os problemas da educação no Território Bacia do Jacuípe não são diferentes dos problemas encontrados em todo semiárido: altos índices de analfabetismo e baixos índices de escolaridade. Segundo o Censo Demográfico de 2001, 26,8% das pessoas com dez anos ou mais tinham menos de três anos de estudo; para aquelas pessoas que não frequentam mais a escola, preenchem os índices de “analfabetos funcionais”. Já o contingente daqueles com mais de oito anos de estudo corresponde a apenas 8,6% da população, pelo menos dez vezes inferior aos índices encontrados nos chamados países desenvolvidos.

Além disso, apesar de 58,2% da população do Território residir na zona rural o ensino é padronizado a partir das realidades urbanas, sem qualquer vínculo com o contexto rural, submetendo as populações rurais aos modelos que foram pensados e elaborados com base no mundo urbano. Assim, questões específicas da população rural, como as relações sociais, com a terra, com o meio ambiente e a cultura local em geral são desconsiderados. O mesmo se registra em relação à cultura e às tradições rurais, que se diferenciam dos povos urbanos.

No território da Bacia do Jacuípe 51,8% dos alunos são atendidos na zona urbana, embora 79,6% das escolas concentrem-se na zona rural. Mesmo com um maior número de construções concentradas na zona rural, estas são escolas pequenas, localizadas nas diversas comunidades rurais e distritos. Na maior parte dos casos, a escola é o único espaço onde as políticas públicas alcançam a população rural. Muitas dessas escolas encontram-se em situações precárias: 26,8% não possuem energia elétrica; 31,9% não possuem acesso a água encanada ou com cisternas; 9,5% não possui banheiro; 25,7% não possui cozinha; 96% não possui quadra de esporte; 92,2% não possui laboratório de informática e; 96% não possui biblioteca escolar ou salas de leitura.

Para transformar a educação em uma estratégia de desenvolvimento territorial que possibilite ampliar a democracia, a governabilidade, participação social e inclusão produtiva da maior parte da população é preciso pensar em 9 eixos temáticos de ação:

- Gestão educacional participativa – Melhorar a qualidade do ensino a partir da implantação de um sistema de gestão educacional participativo e implementação de políticas públicas de educação;
- Adequação Curricular – Construir e implementar currículos disciplinares que respondam efetivamente às necessidades econômicas e socioambientais e contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável;
- Educação Infantil – Implantar processos de educação infantil eficientes utilizando-se de metodologias lúdicas, atrativas e prazerosas para os educandos;
- Valorização e Formação dos Profissionais da Educação – Implementar as ações de educação contextualizada do campo mediante a qualificação dos profissionais de educação para a adoção de metodologias apropriadas;
- Leitura, escrita e letramento – Implementar processos de leitura e escrita que contribuam para a boa formação dos educandos;

- Educação Integral – Melhorar o processo de ensino e o aprendizado dos estudantes através do sistema de educação integrada e integral;
- Segurança alimentar e nutricional – Assegurar o fornecimento de alimentos de qualidade para uma vida saudável dos estudantes, incentivando a inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar;
- Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante – Promover a inclusão social através da profissionalização dos jovens e adultos, permitindo a sua inserção no mercado de trabalho;
- Ensino Superior – Criar oportunidades de acesso ao ensino superior para atender as demandas do Território.

Projeto 1: Formação e Gestão Participativa da Educação

Justificativa

Dos 14 municípios do Território apenas 02 possuem Planos Municipais de Educação (PME) que contemplam a educação do campo para convivência com o semiárido; apenas 03 Secretarias de Educação possuem Departamento de Educação do Campo; 04 possuem Conselhos Municipais de Educação (CME) atuantes e nenhum deles possuem dotação orçamentária específica para escolas do campo.

Necessário se torna, portanto, um programa de Educação Contextualizada para a convivência com o semiárido, englobando os diversos aspectos de um processo de ensino.

Para o Eixo Temático I, o propósito é desenvolver um processo de formação para um sistema participativo de gestão, o que, certamente, terá influências positivas no processo de ensino como um todo, melhorando sua qualidade para usufruto da população.

Os principais elementos que justificam este projeto são:

- A gestão educacional é um dos elementos essenciais para concretização de uma educação de qualidade e de convivência com o semiárido. Mas para isso é necessário que ela aconteça de forma democrática e transparente, com a participação de todos os atores educacionais envolvidos na construção de políticas públicas específicas para a população do campo;
- No entanto, a realidade mostra que a maioria dos municípios do território não avançou na construção de políticas públicas com orçamento destinado à educação do campo. Assim, as escolas do campo, no Território, não possuem uma estrutura que dê condições à realização de uma educação de qualidade, que trabalhe com o contexto do semiárido;
- Apesar destes dados ainda negativos, há uma grande potencialidade de desenvolvimento na região. Há um acúmulo de experiências de organizações da sociedade civil e uma forte articulação de capital social e humano, também fortalecida com a construção do Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES). A sociedade civil da região vem avançando na perspectiva de construção de diálogos entre os gestores públicos da educação, visando à construção de políticas a partir de algumas propostas que o Território já vem desenvolvendo;
- A sociedade civil e gestores públicos da região ainda não assumiram a questão da educação, especialmente aquela do campo, enquanto um elemento a ser priorizado

dentro do processo de construção de um desenvolvimento sustentável, apesar de alguns avanços importantes;

- O que se percebe é que falta a sensibilização e conhecimento de gestores e da sociedade civil para a construção de políticas públicas educacionais que contemplem a educação do campo para convivência com o semiárido;
- Há pouca autonomia política dos gestores e órgãos da educação para definir políticas públicas e falta abertura do poder público para a gestão participativa e controle social das políticas pela sociedade civil;
- Destaca-se que há o desconhecimento e descumprimento das leis educacionais (LDB, FUNDEB e Diretrizes operacionais da educação do campo) na construção das políticas e no financiamento da educação;
- Os Conselhos Municipais de Educação são espaços estratégicos e privilegiados para a construção de políticas públicas de Educação do Campo. No exercício de suas funções, o conselho deve conhecer a realidade da educação no município, acompanhar as ações educativas, mobilizar a comunidade, participar do planejamento e da formulação de políticas educacionais, realizando o controle social das políticas públicas e assegurando o seu cumprimento, garantindo assim uma gestão democrática;
- No Território Bacia do Jacuípe, alguns Conselhos Municipais de Educação ainda estão em fase de estruturação e apresentam limitações em sua composição, falta de autonomia política e não funcionam regularmente. Outros possuem, ainda, dificuldades no exercício da gestão democrática. Geralmente, são representativos do poder público, não representam a sociedade civil e acabam se consolidando como espaços meramente burocráticos da gestão educacional. Embora os conselhos que funcionam tenham representantes da Sociedade Civil, estes não dominam os instrumentos e normas legais necessárias para intervir de forma qualitativa nos processos educacionais.
- Por outro lado o perfil dos educadores do território revela que há uma necessidade de maior valorização e qualificação dos profissionais de educação: apenas 01, em cada 03 educadores, possui nível superior; apenas 05 municípios possuem programas de elevação da escolaridade; os salários são baixos e, ainda, não contemplam a Lei 11.738, que estabelece um piso salarial nacional e, em sua quase totalidade, não existem materiais didáticos contextualizados.
- Além disso, deve-se considerar:
- As políticas desenvolvidas pelos municípios do Território da Bacia do Jacuípe não contemplam o plano de valorização do magistério proposto pelo MEC. Além de não ter a política de formação inicial e continuada, destinando orçamento para este processo, muitos municípios estão com planos de carreira defasados e com salários inferiores ao estipulado pela Lei 11.738 que estabelece um piso salarial nacional reajustável ao valor aluno estabelecido pelo FUNDEB;
- Um Plano de Valorização dos Profissionais da Educação do Território se faz necessário pois estes são elementos fundamentais do processo de desenvolvimento da educação. Para isso é preciso elaborar novas diretrizes para o plano de carreira dos profissionais da educação, investir no acesso ao ensino superior e elevação da escolaridade dos educadores, alocar educadores em suas áreas devidas de atuação, disponibilizar

matérias didático-pedagógicas contextualizados para desenvolvimento de novas concepções e metodologias de educação.

- Assim, faz-se necessário sensibilizar os gestores para a importância da construção da política pública de forma participativa, debatendo-se elementos de construção de espaços de participação. As ações desenvolvidas com os gestores públicos da educação devem direcionar-se para a articulação e troca de experiências sobre a gestão educacional e as políticas públicas de educação do campo para convivência com o semiárido. O processo de amadurecimento da democracia é sistemático e precisa ser exercitado de ambos os lados: pelo poder público, dando abertura e respeitando o espaço de participação da sociedade e, das organizações da sociedade civil, ocupando de forma quantitativa e qualitativa estes espaços.

Objetivo Geral

Melhorar a qualidade do ensino a partir da implantação de um sistema de gestão educacional participativo.

Objetivos Específicos

- Capacitar secretários municipais de educação, diretores escolares e sociedade civil para gestão participativa e construção de políticas públicas de educação do campo para a convivência com o semiárido;
- Criar e estruturar departamentos de educação do campo com dotação no ciclo orçamentário;
- Capacitar gestores educacionais para elaboração e gestão de projetos, viabilizando o acesso a programas governamentais.
- Capacitar conselheiros municipais de educação para a participação na elaboração do Ciclo Orçamentário com destinação de recursos para Educação do campo;
- Capacitar e fortalecer os Conselhos Municipais de Educação (CME) para contribuir na criação dos Sistemas Municipais de Ensino (SME), elaboração, revisão e gestão dos Planos Municipais de Educação (PME);
- Capacitar conselheiros para o planejamento, avaliação e monitoramento das ações da educação do campo;
- Garantir formação dos profissionais da educação adequada às modalidades de ensino;
- Ampliar e potencializar do Pólo Territorial UAB – Pintadas para elevação da escolaridade dos professores;
- Implementar o piso salarial nacional.

Estratégias

- Reuniões mensais do GT de Educação para articulação político-institucional e espaços formativos trimestrais, durante cinco anos;
- Capacitações semestrais para os diretores escolares e representantes da sociedade civil, durante cinco anos;
- Construir espaços sócio-organizativos de debates, formação e articulação da sociedade civil, para participação nos CMEs, elaboração dos PMEs e Ciclo Orçamentário;
- Criar fórum permanente para estruturação e implantação dos SMEs;
- Realizar a formação dos conselheiros, através de seminários, oficinas, cursos, palestras, e intercâmbios, para planejamento, monitoramento e avaliação das ações da educação

do campo;

- Fortalecimento das organizações da sociedade civil;
- Construir e (ou) revisar os planos de carreira para profissionais da educação, contemplando a lei 11.738. Para desenvolver o programa de valorização, formação inicial e continuada de educadores é necessária a participação da sociedade civil na construção, avaliação e monitoramento da proposta, abertura e articulação das Secretarias Municipais de Educação, Ação Social, Cultura e Agricultura no desenvolvimento da proposta, e fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estado e Município;
- Ampliação de parcerias entre o Pólo UAB – Pintadas e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

Arranjo Institucional

Para implementar o projeto de gestão educacional numa dimensão democrática e participativa é necessário o fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil e abertura das Secretarias Municipais de Educação, Ação Social, Cultura e Agricultura no desenvolvimento da proposta e fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estado e Município:

- MEC – Programa de fortalecimento institucional das secretarias municipais de educação, destinando apoio técnico;
- MEC – Planejamento estratégico (PES) para apoio técnico na elaboração e execução do PME e processo gerencial das secretarias de educação;
- Ministério da Educação (MEC) – Programa de formação de conselheiros (Pro-Conselho), destinando apoio técnico;
- UNCME – Formação e articulação de conselheiros de educação do território;
- PRADIME;
- MOC – Apoio técnico na formação de gestores;
- MDA/SDT – Apoio financeiro para viabilizar os cursos de formação de gestores no território;
- SEC – Assessoria técnica para elaboração de documentos normativos e institucionais;
- CEE – Assessoria técnica para elaboração de documentos normativos;
- Secretaria Estadual de Educação e Superintendência de Avaliação (SEC/SUPAV) – Assessoria técnica para elaboração de documentos normativos e institucionais;
- Poderes Executivo e Legislativo Municipais – Articulação político-institucional;
- Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social;
- UNIPOP – Qualificação e elaboração de projetos;
- CODES – Articulação político-institucional e monitoramento das ações.

Resultados Esperados

- Departamento de Educação do Campo criado e estruturado em todos os municípios;
- Agentes públicos e representantes da sociedade civil capacitados para a gestão participativa da educação;
- Gestão participativa implantada em todos os municípios;
- PMEs elaborados e (ou) revisados, em execução em todos os municípios;
- CMEs reestruturados e atuando adequadamente;

- SMEs implantados em todos os municípios do Território;
- Municípios com destinação de recursos para a Educação do Campo, contemplados no Ciclo Orçamentário;
- Planos de cargos e salários elaborados e contemplando a Lei 11.738 que estabelece um piso salarial nacional;
- Número de educadores com nível superior completo;
- Sistema de ensino melhorado.

Atividades

- Cursos de capacitação dos secretários municipais, diretores de escolas e representantes da sociedade civil;
- Sistema de monitoramento implementado, com avaliações periódicas dos resultados obtidos;
- Reuniões entre organizações da sociedade civil e poder público municipal (esferas executiva e legislativa);
- Treinamento de capacitação de conselheiros municipais;
- Reuniões do GT Territorial de Educação.

Metas

- 14 secretários municipais de educação para gestão participativa e construção de políticas públicas de educação do campo para a convivência com o semiárido;
- 70 diretores escolares e 14 representantes da sociedade civil capacitados em gestão escolar participativa, para estruturação dos conselhos escolares e elaboração de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) contemplando a educação do campo;
- 14 PMEs elaborados ou revisados implementados;
- 140 conselheiros capacitados e monitorados;
- Implantação do SME em todos os municípios;
- 100% dos profissionais do magistério com formação superior;
- 14 municípios com planos de cargos e salários revisados.

Orçamento

- Cursos de capacitação e sistema de monitoramento permanente: R\$ 150.000,00 anuais;

Projeto 2: Ensino Contextualizado – Adequação Curricular

Justificativa

A partir de um levantamento diagnóstico da educação, no Território, identificou-se que apenas um município possui o currículo escolar diferenciado do modelo tradicional, contextualizado para a convivência com o semiárido. Por outro lado, como algumas das decorrências diretas dessa situação, os conteúdos e metodologias descontextualizadas levam ao desinteresse e baixo aproveitamento de educadores e educandos no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a grande maioria das escolas do Território não garante uma educação de qualidade aos alunos, voltada para a sua realidade e, muito menos, para a sua emancipação. Ao contrário, são marcadas pela evasão escolar, cada vez mais elevada, e analfabetismo, muitas vezes, camuflados na decodificação mínima de algumas palavras e operações com números.

O Território encontra-se, portanto, diante de um grande desafio: garantir uma educação de qualidade, verdadeiramente fundada na realidade do semiárido, que possibilite a

compreensão dessa realidade, a convivência com o meio e a instrumentalização para a emancipação dos sujeitos. Educadores e educandos, dialogando a partir de metodologias e conteúdos contextualizados, terão muito mais condições de se apropriarem do conhecimento, fazendo dele um instrumento concreto para a sua vida cotidiana. Essa apropriação e empoderamento social da educação contribuirão significativamente para a alteração positiva dos índices educacionais em todos os seus níveis: redução da evasão escolar, do analfabetismo, da repetência etc.

A proposta de desenvolvimento e implantação de uma política pública de educação contextualizada do campo para os 14 municípios do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe está inserido no conjunto das lutas pela superação de um modelo de educação rural, marcado pela dicotomia campo/cidade, pela negação dos seus sujeitos e, em última instância e mais perversa de todas, pela reprodução da ignorância e alienação dos mesmos, em detrimento de um projeto de nação, campo e sociedade hegemônico pelos grandes grupos econômicos capitalista, cujos paradigmas de desenvolvimento são referenciados essencialmente no modelo urbano-industrial.

Nesse sentido, considera-se os sistemas educacionais como o *chão da escola* como espaços privilegiados para o desenvolvimento de uma nova cultura, com a construção e multiplicação de saberes fundados em novas relações com o meio social e natural do semiárido, e a necessária superação de suas limitações geoclimáticas. Resguardando-se, ainda, a necessidade premente de conquista e *empoderamento* do seu imaginário, propõe a construção de um Projeto Político-Educacional, em nível territorial, que leve em consideração a condição global de individualidades e coletividades sem que se perca de vista a dimensão local, possibilitando à essa população apropriar-se de instrumentos e mecanismos para enfrentar as dificuldades encontradas, alcançando níveis cada vez mais satisfatórios de desenvolvimento social, cultural, afetivo, cognitivo e humano

Objetivo Geral

Construir e implementar currículos disciplinares que respondam efetivamente às necessidades econômicas e socioambientais e contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos Específicos

- Capacitar educadores-multiplicadores para construção de referenciais teórico-metodológicos, produção de material didático e desenvolvimento de metodologias apropriadas à convivência com o semiárido, para o Ensino Fundamental II;
- Construir um referencial curricular contextualizado do campo para o Território, para o Ensino Fundamental II;
- Construir material didático contextualizado do campo, de apoio ao professor e ao aluno, para o Ensino Fundamental II.

Estratégias

- Realização de seminários municipais e interterritoriais para socialização do projeto, com a participação de Universidades e Instituições Parceiras;
- Formação de Grupo de Trabalho e formação Fórum de Debates;
- Grupos de trabalhos temáticos para elaboração do material didático contextualizado.

Arranjo Institucional
▪ RESAB; ▪ IRPAA; ▪ MOC; ▪ MDA/SDT; ▪ Poderes Executivos Municipais – Articulação político-institucional e financiamento; ▪ Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social; ▪ UNIPOP – Qualificação e elaboração de projetos; ▪ UEFS – Apoio Técnico; ▪ UNEB – Apoio Técnico; ▪ Secretaria de Educação do Estado; ▪ CODES – Articulação político-institucional e monitoramento das ações.
Resultados Esperados
▪ Currículos do ensino fundamental I e II são elaborados e aplicados em conformidade com o contexto territorial; ▪ Educadores, gestores públicos e representantes da sociedade civil comprometidos com a nova proposta; ▪ Ensino fundamental adequado às demandas econômicas e socioambientais do Território;
Atividades
▪ Reuniões do GT Educação com dirigentes das organizações da sociedade civil e gestores públicos da educação; ▪ Treinamento de capacitação para educadores-multiplicadores; ▪ Produção de materiais didático-pedagógicos.
Metas
▪ 56 educadores-multiplicadores capacitados; ▪ 406 educadores desenvolvendo a proposta metodológica de currículo adequado ao contexto territorial; ▪ Produção de materiais didáticos para atender alunos e professores das redes municipais do ensino fundamental II.
Orçamento
▪ Sistema de capacitação e monitoramento: R\$ 140.000,00 anuais; ▪ Produção de materiais didático-pedagógicos: R\$ 30.000,00.
Projeto 3: Educação Infantil – Vivendo, Brincando e Aprendendo
Justificativa
A educação infantil é uma das etapas essenciais no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, entretanto ainda não se tem uma estrutura que atenda as demandas e necessidades integrais das crianças. O atendimento é insuficiente, apenas 61 escolas atendem a esse público e em muitas comunidades esse atendimento ocorre em salas multisseriadas junto com o Ensino Fundamental, o que não é permitido pela resolução n 2/2008 do CNE. Historicamente, a Educação Infantil, nunca foi pautada como prioridade nas políticas públicas de educação até as mudanças trazidas pelo FUNDEB, destinando recursos para

ampliação gradativa e melhoria estrutural e pedagógica da Educação Infantil. Aos poucos vai se compreendendo a importância desta modalidade no desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, psíquico e social das crianças. É nesta fase que a criança desenvolve as bases para seu processo de aprendizagem e alfabetização. Entretanto, as escolas de educação infantil ainda são vistas como simples receptáculos de crianças e não como espaço socioeducativo

Constatado que a maior parte da população do Território vive no campo e, pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, toda criança deve ser educada no seu espaço de vida, é necessário um esforço maior para que a educação infantil chegue até elas. Outra realidade comum são crianças da educação infantil compartilhando o mesmo espaço de aprendizagem, com alunos do ensino fundamental, em classes multisseriadas. A multissérie da educação infantil deve ser separada da multissérie do Ensino Fundamental, por se tratarem de processos educativos diferenciados, que possuem suas especificidades. Por isso também deve se pensar um processo de formação inicial e continuada para que os educadores desenvolvam uma metodologia adequada à educação infantil.

Objetivo Geral

Implantar processos de educação infantil eficientes utilizando-se de metodologias lúdicas, atrativas e prazerosas para os educandos.

Objetivos Específicos

- Construir/adaptar espaços físicos apropriados para a educação infantil;
- Capacitar os profissionais para o atendimento adequado às crianças;
- Definir diretrizes curriculares apropriadas;
- Promover a formação inicial e continuada de professores da educação infantil.

Estratégias

- Construção e adequação de escolas de educação infantil;
- Capacitação através de cursos de formação continuada dos profissionais de educação infantil;
- Mobilização e articulação da sociedade para elaboração das diretrizes municipais da educação infantil;
- Parcerias com universidades e Instituições de Ensino Superior (IES), a fim de garantir a formação inicial e continuada dos professores da educação infantil;
- Valorização profissional no plano de cargos e carreira dos municípios para os professores que avançam na formação inicial e continuada.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- MEC/FNDE – apoio técnico e financeiro para estruturação da educação infantil nos municípios;
- MEC/FNDE – apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades;
- Secretaria de Educação do Estado;
- MOC – apoio técnico na formação de coordenadores pedagógicos e educadores e aquisição de Baús de Leitura;
- MDA/SDT – apoio financeiro para viabilizar os cursos de formação de coordenadores pedagógicos e educadores no Território;

- Poderes Executivo e Legislativo Municipais – articulação político-institucional;
- Organizações da sociedade civil – participação, monitoramento e controle social;
- Universidades;
- CODES – articulação político-institucional e monitoramento das ações.

Resultados Esperados

- Escolas de educação infantil construídas e/ou adequadas;
- Diretrizes da Educação infantil elaboradas em 14 municípios do Território;
- 100% dos profissionais da educação infantil capacitados;
- Elevação do número de crianças do Território atendidas pela educação infantil;
- Professores com formação inicial e continuada, voltadas para educação infantil.

Atividades

- Reuniões do GT Territorial de Educação com os gestores públicos de educação e representantes da sociedade civil;
- Treinamentos de capacitação para os profissionais de educação;
- Treinamento e monitoramento para os educadores;
- Construção/adequação de espaços físicos.

Metas

- Construção/adequação de 02 Escolas de educação infantil por ano;
- Definição e implementação de diretrizes para a educação infantil em 14 municípios;
- 140 profissionais de educação capacitados para o atendimento da educação infantil.

Orçamento

- Construção/adequação de espaços físicos: R\$ 2.520.000,00 por ano;
- Capacitação e monitoramento dos profissionais de educação: R\$ 140.000,00 por ano.

Projeto 4: Formação Continuada para a Convivência com o Semiárido

Justificativa

A maior parte da população do Território da Bacia do Jacuípe (58,20%, IBGE – 2000) concentra-se na zona rural. Tem nas bases de sua economia atividades como: pecuária e agricultura. Embora haja uma grande concentração de terras, a maior parte dos estabelecimentos rurais são pequenas propriedades cujos produtores vivem da agricultura familiar e 50,9% dos domicílios rurais estão em situação de pobreza (IBGE, 2000). Entretanto, apesar dos graves dados socioeconômicos, os municípios não possuem políticas públicas consolidadas, que contemplem e enfrentem esta realidade, tão comum aos municípios campestres do semiárido baiano, no sentido da sua superação. Além disso, justifica-se este projeto a partir dos seguintes elementos:

- A LDB e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo garantem que crianças e adolescentes do semiárido têm o direito a serem educadas integralmente, a partir do local onde vivem, mesmo que seja nas comunidades rurais distantes, valorizando sua cultura, como direito humano universal e social;
- O Território Bacia do Jacuípe desenvolve projetos diversos de educação do campo que ainda não assumiram a dimensão de políticas públicas como: Projeto PROCAMPO desenvolvido em parceria com o Centro de Referência das Ações do Semiárido (CRASA); o Projeto Despertar desenvolvido em parceria com o SENAR; o Projeto CAT desenvolvido em parceria com o MOC e UEFS; dentre outros. São realizados processos

de capacitação com coordenadores e educadores em uma dimensão de educação agroecológica, para que desenvolvam com as crianças e adolescentes novas práticas de relacionamentos sustentáveis com o meio ambiente, aprofundando os conhecimentos sobre os elementos naturais, culturais e sociais do semiárido, os impactos ambientais causados pela ação do homem no espaço em que vive e estimulando a recomposição ambiental, encontrando formas de participação e intervenção. A base da metodologia destes processos é a pesquisa da realidade, que se transformam em um rico instrumento de análise da realidade do campo e de significação e vivência dos conhecimentos disciplinares.

- Nesse sentido, busca-se dar continuidade às ações já desenvolvidas em alguns municípios com a escola regular, com uma metodologia que valorize a realidade e a cultura local e o trabalho agrícola. Estas ações vêm despertando um maior interesse nos alunos, participação das famílias e comunidades e da sociedade civil organizada, mostrando, assim, como a escola pode contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável.

Para além da contextualização, os municípios do Território não possuem um diagnóstico sistematizado do número de pessoas em idade escolar, nos diversos segmentos, com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, identificamos um abandono e negação histórica do poder público, de um direito de todos à educação; a essa camada social, resultando, quase sempre, na baixa socialização desses indivíduos e, em muitos casos, em um confinamento domiciliar penoso e degradante, para as suas condições de desenvolvimento.

Algumas iniciativas, embora ainda isoladas, de parcerias entre o poder público e ONG's especializadas no trabalho com esses grupos representam um primeiro passo no reconhecimento e garantia de direitos à toda sociedade, indiscriminadamente. Faz-se necessário, portanto, ampliar as ações públicas, em especial da educação, garantindo espaços de socialização, desenvolvimento e de instrumentalização para emancipação desses sujeitos, como atores protagonistas das suas próprias vidas.

Leve-se em conta também que:

- As políticas públicas de educação do Território não contemplam a Educação Inclusiva, nem nos planos municipais, nem nas estruturas de acessibilidade às escolas. Esse debate não é novo e menos polêmico, pois o desafio consiste em integrar o debate da educação integral ao debate geral da educação, desde a educação infantil ao ensino superior, uma vez que o acesso a educação por pessoas com deficiência ou transtornos de desenvolvimento é revestida de preconceito, com caráter concessivo e de assistencialismo;
- A implementação da Educação Especial nos sistemas municipais de educação, após a regulamentação da LDB, reacende o compromisso da educação pública em assegurar o direito de pessoas com deficiência ou transtornos mentais. É necessário reafirmar a importância de uma proposta pedagógica inclusiva voltada para as necessidades especiais dos alunos que se inserem no processo educativo e para as condições de acessibilidade das escolas que se propõem a serem inclusivas.

Uma educação do campo numa dimensão integral, aqui entendida não apenas em tempo,

mas em concepção e conteúdos, pensada nas dimensões humanas, na participação, para a convivência com o semiárido, só é possível construir a partir de parcerias e de construção de redes sociais.

Objetivo Geral

Implementar as ações de educação contextualizada do campo mediante a qualificação dos profissionais de educação para a adoção de metodologias apropriadas.

Objetivos Específicos

- Ampliar e aprofundar o debate conceitual e político em educação do campo;
- Capacitar diretores, coordenadores e professores para desenvolver metodologias apropriadas à realidade do campo e implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE – Resolução nº1 2002 e Resolução nº2 2008);
- Capacitar gestores escolares e comunidade escolar para construção de projetos político-pedagógicos escolares e currículos contextualizados com a realidade das escolas do campo, que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial;
- Viabilizar a participação e integração da família na escola para construção da proposta pedagógica das escolas e acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos;
- Garantir instalação de equipamentos de acessibilidade em todos os prédios escolares;
- Garantir a implantação de salas de recursos em escolas dos municípios;
- Habilitar coordenadores e professores para serem agentes multiplicadores de conhecimentos em educação inclusiva;
- Capacitar os profissionais da educação para desenvolver metodologias adequadas em educação inclusiva;
- Estabelecer parcerias com as Secretarias de Saúde, Assistência Social, ONG's e Instituições para o atendimento de alunos portadores de necessidades educativas especiais e os seus familiares.

Estratégias

Para desenvolver o programa de valorização, formação inicial e continuada de educadores é necessário a participação da sociedade civil na construção, avaliação e monitoramento da proposta, abertura e articulação das Secretarias Municipais de Educação, Ação Social, Cultura e Agricultura no desenvolvimento da proposta e fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estado e Municípios:

- Realização de cursos, seminários e oficinas para capacitar diretores, coordenadores e professores em Educação do Campo para convivência com o semiárido;
- Realizar parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais para formação de profissionais da área de Educação em Educação do Campo para convivência com o semiárido;
- Estabelecer parcerias com a Secretaria Estadual de Educação e com ONGs ligadas a área de Educação para elaboração das diretrizes curriculares para a Educação do Campo no Território da Bacia do Jacuípe.
- Além disso, outras estratégias serão incorporadas:
- Articulações político-institucionais entre as secretarias de educação, assistência social,

saúde, infra-estrutura e o poder executivo nos municípios;

- Desenvolver programa de formação modular para habilitar coordenadores, professores e outros profissionais como agentes formadores-multiplicadores em educação inclusiva na Bacia do Jacuípe;

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- MEC – Programa de formação Continuada para os profissionais do Campo;
- MOC – Apoio técnico na formação dos profissionais da Educação;
- MDA/SDT;
- CRASA – Financiamento e apoio técnico para o desenvolvimento do Projeto PROCAMPO;
- Prefeituras do Território da Bacia do Jacuípe – Apoio financeiro para viabilizar os cursos, oficinas e seminários de formação de dos profissionais da Educação;
- Secretaria Estadual de Educação.

Resultados Esperados

- Diretores, coordenadores e professores dos 14 municípios capacitados em Educação do Campo para convivência com o semiárido;
- Documento com as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo do Território da Bacia do Jacuípe elaborado e em execução;
- Diretrizes Operacionais da Educação do Campo implementadas no Território;
- Escolas municipais assegurando a acessibilidade aos portadores de necessidades educativas especiais;
- Salas de recursos nas escolas, atendendo alunos portadores de necessidades educativas especiais;
- 42 profissionais da educação – coordenadores e professores – habilitados para serem agentes multiplicadores habilitados, desenvolvendo conhecimentos em educação inclusiva no Território.

Atividades

- Reuniões do GT Territorial de Educação com os gestores públicos e representantes da sociedade civil;
- Treinamentos de Capacitação dos profissionais de educação;
- Oficinas e seminários municipais e territoriais para o processo de monitoramento da educação continuada;
- Reuniões do GT de Educação com os gestores municipais;
- Treinamentos de Capacitação;
- Instalação de equipamentos de acessibilidade em todas as escolas.

Metas

- 100% dos profissionais de educação que atuam no meio rural capacitados;
- 100% das escolas rurais com sistema de educação rural contextualizada implementado;
- 100% das escolas com acessibilidade assegurada aos portadores de necessidades educativas especiais;
- 100% dos alunos portadores de necessidades educativas especiais atendidos em salas de recursos nas escolas dos municípios do território.

Orçamento

- Capacitação e Monitoramento: R\$ 240.000,00 anuais.
- Instalação de equipamentos de acessibilidade: R\$ 420.000,00.

Projeto 5: Lendo, Escrevendo e Conhecendo**Justificativa**

Os indicadores educacionais do Território revelam um baixo desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. A grande dificuldade no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita tem dificultado o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. A média territorial da prova Brasil é de 136 pontos (MEC/INEP, 2008); O IDEB para as séries iniciais é de 3,1 e para as séries finais é de 2,8. As dificuldades de aprendizagem incidem também nas altas taxas de analfabetismo (32% – IBGE, 2000), de repetência (16,8% – média dos censos escolares dos municípios do Território) e em uma evasão escolar de 9,2% (MEC, 2008).

De acordo com o diagnóstico territorial de educação: apenas 01 município possui biblioteca pública municipal estruturada; nenhum município contempla, em seus planos de educação, políticas específicas de incentivo à leitura e, apenas, 11 escolas possuem bibliotecas escolares. Para além disso, os educadores não possuem espaços de formação para desenvolvimento de metodologia que trabalhe a leitura de forma contextualizada, reflexiva e prazerosa. O acesso a livros para os alunos do campo é muito raro. Quando o acervo literário chega às escolas, muitas vezes, os educadores não sabem como trabalhar de forma lúdica e envolvente, que leve a desenvolver nos alunos uma cultura de leitura. Além disso, deve-se considerar que:

- A grande deficiência na leitura e escrita dos alunos ainda são grandes desafios para as escolas do campo e dificultam o processo de compreensão dos conteúdos disciplinares e dos conteúdos contextualizados, o que nos indica que é necessário ampliar e fortalecer mais as ações de formação com os próprios professores do campo, para superação desta dificuldade com os alunos;
- O Governo Federal tem disponibilizado acervo literário para escolas a partir de programas como *Arcas das Letras*, *Leitura Para Todos* e *Literatura Em Minha Casa*. Entretanto, a disponibilização do acervo não é suficiente para reverter as questões entorno da formação de uma cultura leitora no semiárido;
- É nesse contexto que se insere o *Projeto Baú de Leitura*, uma parceria do MOC e UNICEF, buscando despertar nos educadores o interesse pela leitura dinâmica, prazerosa, sensibilizando-os para gostar de ler, tornar-se educadores leitores e praticar a leitura com seus alunos, com histórias infanto-juvenis, como instrumento de conhecer a própria realidade, do município, da região, do país, de encantar-se e distrair-se, para desenvolver a imaginação, a criatividade, a linguagem e o processo de comunicação e reflexão;
- Essas ações contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências leitoras nas crianças. Através da literatura e da arte, elas iniciam um processo de leitura significativa, de encontro e reflexão sobre sua cultura, sua identidade, sua história e sua cidadania;
- A abrangência desse projeto se limita a poucas crianças de 05 municípios do Território.

Isso é reflexo das dificuldades que persistem, no processo de acompanhamento e apoio pelos gestores públicos, das ações voltadas para o desenvolvimento da leitura, nos municípios. Os educadores não têm acesso a materiais didáticos e pedagógicos suficientes e necessários para o desenvolvimento do projeto, além de algumas limitações pedagógicas que necessitam ser aprofundadas para que possam contribuir de forma mais qualitativa para melhorar o nível leitor nas crianças e o nível de desenvolvimento da educação nos municípios;

- É necessário um esforço maior para alfabetizar as crianças nos 1º e 2º ciclo do ensino fundamental – é compromisso de todas as séries e disciplinas contribuírem para o processo de alfabetização. A aprendizagem do aluno deve ser marcada pela reelaboração do aluno e de sua reflexão lógica. A aquisição da base ortográfica envolve a inter-relação de componentes lógicos, perceptivos, motores, afetivos, sociais e culturais na aprendizagem. É preciso repensar a abordagem dos conteúdos disciplinares e transversais da proposta desenvolvida pela escola, buscar um esforço de conjugar os conteúdos disciplinares e transversais.

É necessário um cuidado pedagógico para que as diferenças comuns nos alunos não se tornem desigualdades e para que a educação não termine se produzindo como mais um mecanismo de exclusão social.

Objetivo Geral

Implementar processos de leitura e escrita que contribuam para a boa formação dos educandos.

Objetivos Específicos

- Inserir nos PME e nos PPPs escolares estratégias para o desenvolvimento de leitura e escrita em todos os níveis de ensino;
- Buscar parcerias para capacitar coordenadores e professores para o desenvolvimento de estratégias e metodologias apropriadas em leitura, escrita e letramento;
- Avaliar a aprendizagem dos alunos;
- Ampliar o acervo literário municipal;
- Criar e estruturar espaços de leitura, como sala de leitura e bibliotecas nas escolas e comunidades.

Estratégias

Para desenvolver o programa de incentivo à leitura é necessária a participação da sociedade civil na construção, avaliação e monitoramento da proposta, abertura e articulação das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, assim como dos ministérios e Secretarias Estaduais no desenvolvimento da proposta reforçando o fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estados e Município.

Para isso, são necessários:

- Construir e aplicar instrumentos de avaliação municipal para medir o nível de desenvolvimento da aprendizagem em leitura e escrita nos alunos;
- Implementação de metodologias diversificadas de leitura e escrita: Baú de Leitura, Arcas das Letras;
- Capacitação dos Coordenadores Pedagógicos e Educadores dos 14 municípios para desenvolver metodologias de estímulo à leitura e escrita;

- Acessar programas de instalação e/ou modernização de bibliotecas municipais;
- Instalação de espaços de leituras nas escolas municipais do Território;
- Realização de: Feiras do livro, concursos de redação, jornadas literárias, mostras de arte e cultura;
- Realizar intercâmbios periódicos para socialização das atividades realizadas pelos núcleos de estudo de cada município.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- MEC/FNDE – Programa de aperfeiçoamento da leitura e escrita (PRALER), apoio técnico a professores alfabetizadores das séries iniciais;
- MEC/FNDE – Programa nacional da biblioteca escolar (PNBE) – apoio técnico para distribuição de acervos;
- MEC/FNDE – Apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades;
- MINC – Programa de implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais;
- MOC – Apoio técnico na formação de coordenadores pedagógicos e educadores e aquisição de Baús de Leitura;
- SECULT – Programa de implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais;
- MDA/SDT – Apoio financeiro para viabilizar os cursos de formação de coordenadores pedagógico-educadores no Território;
- Poderes Executivo e Legislativo Municipais – Articulação político-institucional;
- Secretarias Municipais de Cultura e Pontos de Cultura – Articulação político-institucional e abertura de espaços de arte-educação nas escolas;
- Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social;
- Organizações da sociedade civil – participação, monitoramento e controle social;
- UNIPOP – Qualificação e elaboração de projetos;
- CODES – Articulação político-institucional e monitoramento das ações.

Resultados Esperados

- Plano Municipal de Educação e PPP escolar de 14 municípios contemplando leitura e escrita;
- IDEB e Prova Brasil/SAEB melhorados;
- Indicadores municipais de aprendizagem dos alunos;
- Desempenho dos coordenadores pedagógicos melhorado;
- Instrumentos de avaliação de aprendizagem municipais construídos e em aplicação;
- 14 bibliotecas municipais funcionando;
- Escolas multisseriadas utilizando espaços diversificados de leitura.

Atividades

- Reuniões do GT Territorial de Educação com gestores públicos da educação e sociedade civil;
- Articulação das esferas municipais, estadual e federal;
- Capacitação dos coordenadores pedagógicos;
- Utilização adequada dos espaços de leitura;
- Sistemas de leitura e escrita implantados.

Metas
▪ 100% dos coordenadores pedagógicos capacitados; ▪ 30% das escolas criam espaços adequados de leitura; ▪ 100% das bibliotecas municipais funcionando adequadamente.
Orçamento
▪ Capacitação: R\$ 140.000,00 anuais; ▪ Investimentos em espaços de leitura/bibliotecas: R\$ 280.000,00 anuais.
Projeto 6: Educação Integral e Integrada
Justificativa
O trabalho infantil ainda é uma realidade comum em todos os municípios. No Território, existem mais de 1.046 crianças em situação de risco social. A taxa de pobreza ainda é elevada, apresentando-se um IDH 0,511 e a mortalidade infantil é de 46,49% (Novo Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000). Nessas condições socioeconômicas, a escola torna-se um espaço privilegiado de garantia de direitos integrais à criança e aos adolescentes do semiárido. A Educação Integral foi instituída em 1996 pela LDB – Lei nº 9.424/1996. Entretanto, a única experiência de ações educativas complementares à escola, no Território da Bacia do Jacuípe, é a Jornada Ampliada do PETI, desenvolvida pela Secretaria de Ação Social de 04 municípios, envolvendo 1.046 crianças em situação de risco social. A baixa condição social das famílias leva muitas crianças ao trabalho infantil, seja na lavoura, pedreiras, no trabalho doméstico, dentre outros, retirando as crianças da escola e interrompendo o seu processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social. A ECA – Lei nº 8069/1990 – dispõe sobre as responsabilidades da família, sociedade e estado na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Nos municípios do Território, a escola, muitas vezes, é o espaço da comunidade onde as crianças terão acesso às políticas que garantirão os seus direitos elementares. Implementar educação integral é garantir igualdade dos direitos. A escola deve construir tempos e espaços de aprendizagens diferenciados e integrados para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes onde possam desenvolver-se cognitivamente, afetivamente e socialmente. A escola deve ser o espaço de várias aprendizagens por meio de suas disciplinas, dos jogos e dos esportes, das brincadeiras, da preservação do meio ambiente, da arte, da literatura, da comunicação, da pesquisa, do cuidado com a saúde e de vivências diferenciadas que devem ser incorporadas ao currículo escolar. As crianças que são assistidas pela Jornada Ampliada do PETI frequentam um turno complementar à escola regular – a Jornada Ampliada – onde desenvolvem diversas atividades sócio-educativas como atividades lúdicas de reforço escolar, de pesquisas, de recreação, esportivas, de socialização, de artes cênicas, de leitura e educomunicação a partir de ações interdisciplinares planejadas pelos educadores. Outras iniciativas de educação são desenvolvidas em parcerias com entidades da iniciativa privada. Entretanto, possuem a fragilidade de não serem políticas públicas e de não se integrarem às ações educativas desenvolvidas pela escola. Desafiante é visualizar os avanços e limitações do desenvolvimento de uma proposta de educação integral em uma realidade do semiárido brasileiro que vem construindo exitosas

experiências de educação e que as ações de educação contextualizadas desenvolvidas na Jornada Regular e na Jornada Ampliada se integrem em uma proposta de educação integral nos municípios. Para isso, é necessário garantir uma educação em tempo e conteúdos integrados, modificar estruturas e concepções de gestão, garantir a intersetorialidade na implementação das políticas de educação integral, maior investimento em capacitação, infraestrutura e inovação nos projetos políticos pedagógicos.

Objetivo Geral

Melhorar o processo de ensino e o aprendizado dos estudantes através do sistema de educação integrada e integral.

Objetivos Específicos

- Criar programas que ampliem a jornada escolar em todos os municípios do Território da Bacia do Jacuípe;
- Buscar, junto aos órgãos responsáveis pelo combate ao trabalho infantil, as medidas necessárias à erradicação do mesmo;
- Criar estratégias de inserção da comunidade, para o combate ao trabalho infantil;
- Fortalecer parcerias com ONGs e instituições, para o desenvolvimento de ações socioeducativas complementares à escola;
- Revisar e adequar o currículo escolar para uma educação integral e integrada;
- Reestruturar os espaços físicos escolares às necessidades pedagógicas da educação integral e integrada.

Estratégias

Para desenvolver a proposta de educação integral é necessária a integração das Secretarias Municipais de Educação, Ação Social, Cultura e Agricultura no desenvolvimento da proposta, articulação e mobilização da sociedade civil e poder público para o combate ao trabalho infantil e fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estado e Municípios.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- MEC/FNDE – Programa Mais Educação para apoio financeiro e formação continuada;
- MEC/FNDE – Escola Aberta – apoio técnico e financeiro para desenvolvimento de ações complementares;
- MEC/ Fundescola – Apoio financeiro para construção e equipamentos;
- MEC/UAB – Formação de professores;
- MEC/SECAD – Formação de professores e recursos financeiros para desenvolvimento dos projetos;
- MEC/FNDE – Programa Nacional de Saúde Escolar de apoio financeiro;
- MDS – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- SEC/IAT – Formação de professores;
- SEDES – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- CMDCA – Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Conselhos Tutelares;
- MOC – Apoio técnico na formação de coordenadores pedagógicos e educadores e

aquisição de Baús de Leitura;

- MDA/SDT – Apoio financeiro para viabilizar os cursos de formação de coordenadores pedagógicos e educadores no Território;
- Poderes Executivo e Legislativo Municipais – Articulação político-institucional;
- Secretarias Municipais de Cultura e Pontos de Cultura – Articulação político-institucional e abertura de espaços de arte-educação;
- Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social;
- Organizações da sociedade civil – participação, monitoramento e controle social;
- CODES – articulação político-institucional e monitoramento das ações;

Resultados Esperados

- Índices do trabalho infantil reduzidos;
- Índices educacionais (evasão escolar, aprendizagem dos estudantes) melhorados;
- Escolas de Educação Integral implantadas;
- Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes implementado em 14 municípios;
- Currículos reformulados contemplando a educação integral e integrada;
- Espaços físicos escolares reestruturados para educação integral e integrada.

Atividades

- Reuniões do GT Territorial de Educação com gestores públicos e sociedade civil;
- Treinamentos de capacitação dos educadores;
- Articulação com instituições públicas e privadas;
- Adequação de espaços físicos;
- Reuniões e seminários com os Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes.

Metas

- 14 municípios desenvolvendo ações socioeducativas complementares à jornada regular, partindo da referência da Jornada Ampliada do PETI;
- Implantação de educação integral em cada município do Território: uma escola por ano;
- 14 Secretarias Municipais de Educação realizando ações com Secretaria de Ação Social, CMDCA, CRAS e Conselhos Tutelares e Organizações da Sociedade Civil para combate ao trabalho infantil através da educação;
- 14 municípios realizando campanhas de combate ao trabalho infantil nas escolas e comunidades;
- 14 municípios reformulando e/ou adequando seus currículos escolares à educação integral e integrada;
- Professores dos 14 municípios do Território participando do curso de educação integral e integrada da UAB;
- 14 municípios realizando adequação dos espaços físicos escolares para educação integral e integrada.

Orçamento

- Capacitação e monitoramento: R\$ 140.000,00 anuais;
- Implantação da educação integral: R\$ 840.000,00 anuais.

Projeto 7: Segurança Alimentar e Nutricional

Justificativa

O acesso à alimentação saudável e adequada ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, muitas vezes, se dá por meio da escola. A escola tem como uma de suas funções trabalhar a questão da educação alimentar e, também, de garantir o direito à essa alimentação. Nesse sentido, um dos maiores problemas é que a maioria dos municípios não possui um plano de alimentação escolar e, assim, não têm acessado o PAA e nem garantido os produtos da agricultura familiar na composição do cardápio da merenda escolar. A inversão desse quadro, positivamente, daria mais qualidade à alimentação das crianças e adolescentes e geraria renda para as famílias que praticam a agricultura familiar.

Os elementos seguintes vêm corroborar com a justificativa da necessidade do projeto:

- Em um diagnóstico realizado nos municípios de Riachão do Jacuípe e Nova Fátima, localizados no Território da Bacia do Jacuípe, pela equipe de juventude do Movimento de Organização Comunitária (MOC), possibilitou-se conhecer e analisar o cardápio da alimentação escolar de escolas públicas do semiárido. Segundo esta pesquisa, os cardápios analisados apresentaram uma predominância de mais de 90%, de produtos industrializados no cardápio da alimentação escolar;
- A Lei nº 11.947/2009 traz um marco legal sobre o que se entende por alimentação escolar. A alimentação é um direito dos alunos da educação básica pública, dever do Estado e, promovida e incentivada, com vistas ao estabelecimento das diretrizes estabelecidas;
- Entretanto, as escolas ainda estão desafiadas a garantir a alimentação escolar com segurança nutricional, pois um cardápio saudável é fundamental para promoção da saúde, prevenindo e auxiliando no tratamento de doenças e contribuindo no desenvolvimento cognitivo dos alunos;
- A necessária formação dos conselheiros de alimentação escolar deve buscar identificar e analisar a relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar e subsidiar a intervenção da sociedade civil na formulação de propostas de inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Os conselhos municipais devem se apropriar de suas funções, conhecer o estatuto do conselho e buscar ampliar o foco de sua ação, para que possam, de fato, garantir às crianças e adolescentes do semiárido o direito a alimentação saudável.

Objetivo Geral

Assegurar o fornecimento de alimentos de qualidade para uma vida saudável dos estudantes incentivando a inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Objetivos Específicos

- Capacitar conselheiros de alimentação escolar;
- Fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar;
- Elaboração e/ou adequação do plano de alimentação escolar.

Estratégias

- Para desenvolver o programa alimentação escolar é necessária a participação da sociedade civil na construção, avaliação, monitoramento da proposta; e organizando as

comunidades para produção de alimentos da agricultura familiar, abertura e articulação das Secretarias Municipais de Educação e Agricultura, assim como dos ministérios no desenvolvimento da proposta, reforçando o fortalecimento do sistema de colaboração entre União, Estado e Municípios;

- Valorizar e fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais e da sociedade civil organizada

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- MEC/FNDE;
- MDA/MDS/CONAB – Apoio financeiro através do PAA;
- CODES – GT de Educação e de Agricultura Familiar.
- STR – Apoio técnico organizativo e político;
- MOC;
- Secretarias Municipais de Educação e Agricultura;
- SUAF/SEAGRI;
- CAR/SEDIR;
- P1MC

Resultados Esperados

- Sociedade civil organizada participa e monitora as ações do projeto;
- Alimentação saudável fornecida em todas as escolas;
- Sistemas de abastecimento de água implantados em 100% das escolas;
- 14 planos municipais de alimentação escolar contemplando segurança alimentar e nutricional;
- Escolas Municipais desenvolvendo metodologias e práticas agroecológicas como hortas, pomares, viveiros de mudas, etc.

Atividades

- Reuniões do GT Educação com os gestores municipais;
- Capacitação de conselheiros municipais e coordenadores pedagógicos;
- Implantação de sistemas de abastecimento através de cisternas e outros meios;
- Acompanhamento e controle dos alimentos.

Metas

- 14 conselhos de alimentação escolar funcionando e garantindo o direito a alimentação nas escolas;
- 14 municípios com planos de alimentação escolar elaborados;
- 100% das escolas municipais desenvolvendo praticas agroecológicas como proposta de educação contextualizada;
- 100% das escolas de 14 municípios com sistemas de abastecimento de água implantados;
- 14 municípios acessando o PAA e inserindo produtos da Agricultura Familiar na alimentação escolar.

Orçamento

- Atividades de Capacitação: R\$ 140.000,00 anuais;
- Sistemas de abastecimento de água: R\$ 1.400.000,00.

Projeto 8: Educar para a Vida

Justificativa

A exemplo do que ocorre em todo semiárido e no Estado, o ensino médio, desenvolvido nas escolas estaduais do Território, não possui um currículo contextualizado, metodologias adequadas para a convivência com o semiárido e para o desenvolvimento rural sustentável, e não preparam o aluno para a vida e para o mundo do trabalho. A educação tem negligenciado a realidade do campo e apresentado um quadro de precariedade, deixado como herança de um processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais traçado em nosso país.

A taxa de analfabetismo acima dos 10 anos, no Território, é de 29%, marcando negativamente a trajetória de jovens e adultos que não concluíram sua formação e encontram dificuldades no desenvolvimento de suas vidas produtivas.

Embora existam programas de educação de jovens e adultos no Território, eles ainda não conseguem baixar significativamente as taxas de evasão escolar e analfabetismo. Muitos jovens e adultos do campo permanecem na condição de analfabetos, por não terem a possibilidade de acessar e permanecer na escola. As propostas precisam dialogar mais com a realidade do Território e dos alunos, abordando os conteúdos de forma integrada as suas vidas, que estimule a aprendizagem e permanência no processo educativo. Estudos realizados pelo Banco Mundial apontam que a educação de jovens e adultos favorece a uma maior autoconfiança e autonomia desses na sociedade e na família, melhoram sua produção e renda utilizando e buscando informações, compreendem melhor a realidade e as mensagens veiculadas na sociedade e ressignificam formas de viver e pensar.

A educação de jovens e adultos deve criar melhores condições de vida e transformação da realidade a partir do eixo Agricultura Familiar: formar novas lideranças comunitárias, fortalecer a cidadania e participação política dos alunos em suas organizações – Associações, Sindicatos e Cooperativas – orientar o acesso ao crédito agrícola (PRONAF), a captação de água potável (P1MC), a agregação de valores à produção familiar através do beneficiamento de frutas e fabrico de doces; reafirmar valores **como solidariedade, participação, autonomia e sustentabilidade**.

Apenas as Escolas Família Agrícola dos Municípios de Pintadas e Quixabeira têm uma proposta política pedagógica que contempla as demandas e potencialidades do campo. A EFA funciona no sistema da pedagogia da alternância e desenvolve uma proposta de educação do campo, de pesquisa, experimentação e vivência. A EFA é a principal referência para a construção de uma proposta de ensino médio profissionalizante.

Instalou-se uma escola estadual de ensino médio profissionalizante, no município de Ipirá, no ano de 2009, mas ainda não conseguiu se articular com as demandas do Território, tendo como decorrência o não oferecimento de vagas nos cursos para os demais municípios, com exceção da própria sede;

Por outro lado, os profissionais do Estado não participam de um processo de formação continuada, voltada para a educação contextualizada; desenvolvem práticas e metodologias distantes da realidade dos alunos e não os preparam para a vida e o trabalho. Entretanto, torna-se necessário uma formação inicial e continuada para educadores desenvolverem uma educação do campo para convivência com o semiárido, valorizar a

modalidade no sistema educacional, elaborar materiais didáticos contextualizados e adaptar o calendário escolar às atividades do campo. Essa educação deve possibilitar aos educandos uma leitura crítica do mundo, fortalecendo a participação popular e a conquista de direitos sociais.

Para tanto é necessário pensar ações que contribuam para o desenvolvimento do campo nas dimensões de cultura, educação, saúde, esporte, lazer e geração de renda. Esses são direitos violados que a população do campo precisa reconquistar. A educação deve ser estimuladora desse processo, possibilitando o conhecimento da realidade para construção de conhecimentos úteis à vida das pessoas, à solução de problemas sociais, à reafirmação da identidade dos sujeitos do campo, das formas de ser, viver e produzir.

Objetivo Geral

Promover a inclusão social através da profissionalização dos jovens e adultos, permitindo a sua inserção no mercado de trabalho.

Objetivos Específicos

- Adequar o currículo das escolas à realidade territorial;
- Potencializar as escolas técnicas existentes na Bacia do Jacuípe, como centros de ensino técnico-profissionalizantes, voltados para produção de tecnologias sociais apropriadas e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Território;
- Aumentar a oferta de vagas no ensino técnico-profissionalizante e Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) que atendam às demandas e potencialidades do Território;
- Elevação dos índices de matrícula e permanência dos alunos da EJA nas escolas;
- Capacitar professores, diretores e coordenadores escolares em metodologias apropriadas à modalidade de EJA;
- Elaboração e aplicação do Plano Estratégico de Educação de Jovens e Adultos (PEEJA).

Estratégias

- Articulações político-institucionais entre as secretarias de educação dos municípios, DIRECs e sociedade civil organizada;
- Reuniões de articulações nas comunidades e com organizações da sociedade civil, para mobilização do público alvo;
- Reuniões de Articulação do Conselho Deliberativo, GT de Educação do CODES, Organizações da Sociedade Civil e agentes políticos, Instituições Públicas de Ensino (Agrotécnicas, IFETs, EFAs), Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e MEC;

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- RESAB – Apoio técnico;
- IRPAA – Apoio técnico;
- MOC – Apoio técnico;
- INCRA;
- MDA/SDT;
- Poderes Executivo-Municipais – Articulação político-institucional e financiamento;
- Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social;
- MEC – Apoio técnico e financeiro;
- UNIPOP – Qualificação e elaboração de projetos;

- UEFS – Apoio Técnico;
- UNEB – Apoio Técnico;
- UFBA – Apoio Técnico;
- UFRB – Apoio Técnico;
- SEC-BA – Apoio técnico e financeiro;
- CODES – Articulação político-institucional e monitoramento das ações;
- SECTI;
- Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Resultados Esperados

- Currículo das escolas de ensino médio, contemplando as necessidades de profissionalização dos alunos;
- Ensino profissionalizante implementado;
- Índices educacionais melhorados nos municípios;
- Profissionais da EJA, capacitados, desenvolvendo metodologias apropriadas à modalidade no território;
- PEEJAs elaborados e em aplicação;
- Redução dos índices de exclusão social da juventude.

Atividades

- Reuniões do GT Educação com gestores públicos municipais e estaduais;
- Oficinas de debates com diretores de escolas de ensino médio;
- Capacitação de diretores, coordenadores, professores das escolas estaduais e representantes da sociedade civil, durante dois anos;
- Construção de 05 unidades escolares de ensino profissionalizante (uma por ano);
- Capacitação de educadores para emprego de metodologias apropriadas para EJA;
- Implementação do PEEJA nos municípios.

Metas

- 100% das escolas de ensino médio, no Território, com currículo contextualizado, até 2012;
- 14 municípios com acesso a centros de ensino técnico-profissionalizantes na Bacia do Jacuípe;
- Construção de 05 escolas técnico-profissionalizantes e 02 EFAs no Território;
- Capacitação de 56 profissionais de EJA;
- Redução, a cada ano, de 10% do número de analfabetos nos municípios;
- 14 PEEJAs elaborados e implementados.

Orçamento

- Capacitação/Oficinas: R\$ 70.000,00 (dois primeiros anos);
- Construção e funcionamento de escolas profissionalizantes: R\$ 600.000,00 por ano.

Projeto 9: Ensino Superior

Justificativa

As limitações no acesso ao ensino superior são um grande entrave ao desenvolvimento sustentável. Enquanto muitos países já ultrapassaram a casa de 2/3 da sua população com nível superior, no Brasil esse índice situa-se em torno de apenas 7%, sendo que a participação da zona rural é quase nula. Há, no Território, uma instituição pública de EAD

(Pólo UAB – Pintadas), 08 instituições particulares de EAD e nenhum pólo presencial, estadual ou federal. Os cursos oferecidos não atendem às demandas do Território e potencialidades agropecuárias, tais como: cursos de Educação do Campo, Agronomia com foco na Agroecologia e Administração voltada para cooperativismos e associativismo, saúde, direito, etc. Os cursos oferecidos possuem currículos fechados, que não se adequam às necessidades para o desenvolvimento do Território.

Quando se pensa em um desenvolvimento territorial sustentável, essa proposta se torna inviável sem uma educação vinculada a este processo. Nesse cenário, entretanto, o Território Bacia do Jacuípe possui uma enorme dívida social: apenas uma instituição de educação superior pública, no sistema EAD.

Os cursos superiores existentes não estão voltados para a construção de um projeto político que contemple um processo de desenvolvimento territorial que integre a população, requerendo esforços para a implementação do ensino superior voltado para o desenvolvimento territorial e a convivência com o semiárido.

A agricultura é a essência produtiva, social e cultural dos municípios do Território. Entretanto é necessário pensar em tecnologias sociais apropriadas e alternativas para o desenvolvimento, por isso, o ensino superior deve abranger a área de agronomia, de saúde, de comunicação, de educação, de engenharia, de administração, de direito, dentre outras. O acesso e universalização do ensino superior são fundamentais para o desenvolvimento humano e social no Território.

Objetivo Geral

Criar oportunidades de acesso ao ensino superior para atender as demandas do Território.

Objetivos Específicos

- Potencializar o Pólo da Universidade Aberta do Brasil em Pintadas (Pólo UAB – Pintadas) como centro universitário de ensino, pesquisa e extensão, voltado para produção de tecnologias sociais apropriadas e para o desenvolvimento socioeconômico-sustentável do Território;
- Articular as forças políticas do Território, através do poder público e da sociedade civil, visando a implantação de novos campus e pólos universitários no território, que ofereçam cursos que contemplem as demandas e potencialidades do Território.

Estratégias

Reuniões de Articulação do Conselho Deliberativo, GT de Educação do CODES, Organizações da Sociedade Civil e agentes políticos, com Instituições Públicas de Ensino Superior e Secretaria Estadual de Educação e MEC;

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- RESAB – Apoio técnico;
- IRPAA – Apoio técnico;
- MOC – Apoio técnico;
- MDA/SDT;
- INCRA;
- SEC;
- MEC;

- Poderes Executivo Municipais – Articulação político-institucional e financiamento;
- Sindicatos – Participação, monitoramento e controle social;
- UNIPOP – Qualificação e elaboração de projetos;
- UEFS – Apoio Técnico;
- UNEB – Apoio Técnico;
- CODES – Articulação político-institucional e monitoramento das ações.

Resultados Esperados

- Novos cursos superiores que atendam às demandas do Território implantados;
- Acesso ao ensino superior aumentado;
- Número de pessoas com nível superior aumentado;
- Índices de exclusão social reduzidos;
- Ensino superior público ampliado e democratizado.

Atividades

- Reuniões de articulação política promovidas pelo GT Educação;
- Negociações com as instituições de apoio, públicas e privadas.

Metas

- Implantação de dois novos pólos UAB no território a cada três anos;
- Implantação de três *campus* universitários públicos, um a cada três anos;
- Criar, a cada ano, 420 novas vagas no ensino superior público.

Orçamento

- R\$ 600.000,00/ano para instalação física;
- R\$ R\$ 840.000,00 para manutenção.

PROGRAMA 5: Assistência Social

Contextualização

A assistência social, um direito do cidadão e também dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A inserção na Seguridade Social aponta também para seu caráter de Política de Proteção Social, articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e de convívio ou vivência familiar.

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos, bem como o acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade.

Diante destes aspectos e contribuindo para a garantia de direitos, o Território Bacia do Jacuípe vem priorizar, nesta proposta, o trabalho com idosos, crianças e adolescentes, abrangendo o público beneficiário do Programa Bolsa Família. Tal perspectiva, seguindo a observância de que:

- a) No Território Bacia do Jacuípe registra-se um aumento considerável no número de pessoas com mais de 60 anos que já correspondem a quase 10% da população (IBGE, 2007);
- b) No outro extremo está o público formado por crianças e adolescentes que também carecem de atenção especial;
- c) No Território há mais de 35 mil famílias cadastradas no Programa Bolsa Família que necessitam de atendimento especial no sentido de propiciar-lhes meios para a inclusão produtiva.

Projeto 1: Vivendo a Melhor Idade

Justificativa

O envelhecimento é acompanhado de mudanças que se apresentam de forma variada entre os indivíduos. O passar do tempo faz com que a grande maioria, ao entrar na faixa da terceira idade, diminua o círculo de amizades e de igual forma, tenha as relações familiares mais fragilizadas e dispersas, devido à perda de vínculos afetivos, dentre outros fatores da vida cotidiana. Isso contribui para o agravamento de problemas de saúde frequentes nessa

idade, necessitando de uma atenção especial.

As limitações inerentes ao processo de envelhecimento, de ordem física e sensorial, tendem a desencadear no idoso um processo de isolamento e com ele desenvolver um sentimento de inutilidade, de marginalização da vida cotidiana. Por esta razão, torna-se necessário dar sentido e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a pessoa idosa, resgatando seu valor e reintegrando-a às relações sociais, mantendo ou reinserindo-a ao seu convívio familiar e comunitário.

Ao lidar com a pessoa idosa deve-se ter como objetivo primordial valorizar sua experiência de vida, maximizar suas habilidades, de modo a preservar e/ou resgatar a sua autoestima, independência e autonomia.

A proposta do Projeto Vivendo a Melhor Idade traz como conteúdo a prática de atividades físicas e inserção do idoso em atividades de lazer, na perspectiva de que tais ações contribuam efetivamente para melhorar sua qualidade de vida e estimular a sua autoestima, possibilitando, assim, a sua inclusão social.

Objetivo Geral

Implantar um Centro de Convivência para pessoas idosas, visando a sua inclusão social e qualidade de vida, contribuindo para o seu convívio familiar e comunitário.

Objetivos Específicos

- Promover a realização de ações voltadas para o resgate da autoestima e a consciência cidadã;
- Promover a realização de ações esportivas e de lazer que ajudem na convivência grupal como forma de diminuir o isolamento;
- Contribuir, através das ações realizadas, para a convivência familiar e comunitária.

Estratégias

Estabelecer articulações com as comunidades, com as organizações não governamentais e com os Conselhos Municipais para promover a sensibilização das pessoas idosas – especialmente as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – a se integrarem aos serviços oferecidos no município.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES);
- Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETRE);
- Prefeituras Municipais;
- Secretarias Municipais;
- Organizações não governamentais;
- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS);
- Conselhos Municipais.

Resultados Esperados

- Pessoas idosas integradas às atividades de esporte e lazer;
- Pessoas idosas com melhor qualidade de vida;
- Pessoas idosas convivendo com a comunidade e família.

Atividades
▪ Reuniões, oficinas, palestras, cursos; ▪ Organização de grupos esportivos; ▪ Promoção de atividades físicas e de lazer; ▪ Organização de atividades de relações interpessoais.
Metas
▪ Promover a realização de ações voltadas para o resgate da autoestima e a consciência cidadã de 60% das pessoas idosas no Território; ▪ Promover a realização de ações esportivas e de lazer que ajudem na convivência grupal, como forma de diminuir o isolamento de 60% das pessoas idosas no Território; ▪ Contribuir para a convivência familiar e comunitária de 60% das pessoas idosas no Território.
Orçamento
R\$ 4.200,00 por ano.
Projeto 2: Implantação de Centro de Referência Territorial
Justificativa
Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e à perversa concentração de renda revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas, que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. As dificuldades em cumprir com funções de proteção básica, socialização e mediação, fragilizam também a identidade do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos. Pois, a vida dessas famílias não é regida apenas pela pressão dos fatores socioeconômicos e necessidade de sobrevivência. Elas precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e dos resultados de sua situação de risco e de suas dificuldades de auto-organização e de participação social. Assim, as linhas de atuação com as famílias em situação de risco devem abranger desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade. As situações de risco demandarão intervenções em problemas específicos e/ou abrangentes. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem à reestruturação do grupo familiar, criando novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção

almejada.

A proposta, ora apresenta, está relacionada à Proteção Social Especial de Média Complexidade, já que o Território apresenta demandas municipais que necessitam da implantação de serviços de PSE para atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados e não rompidos. Esta demanda específica requer maior estruturação técnico-operacional com atenção especializada e mais individualizada, e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado que pode ser realizado através do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Objetivo Geral

Implantar o serviço de Proteção Social Especial da Política de Assistência Social, através do CREAS Territorial, para atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

Objetivos Específicos

- Enfrentar à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes;
- Promover orientação e apoio especializado a crianças, adolescentes e famílias;
- Promover orientação e acompanhamento a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Estratégias

Manter uma sistemática de articulação com os Conselhos Tutelares, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Assistência Social, Ministério Público e com os órgãos da Política Pública de Assistência Social.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de Parcerias:

- Secretarias de Assistência Social;
- Secretarias de Saúde;
- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos;
- FUNDAC/SEDES;
- Prefeituras Municipais;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Conselhos de Saúde;
- Conselhos de Assistência Social;
- Conselhos Tutelares;
- Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Resultados Esperados

- Crianças, adolescentes e seus familiares recebendo atendimento especializado de orientação jurídica e psicossocial;
- Crianças, adolescentes e seus familiares recebendo atendimento especializado conduzindo-os à ressocialização;
- Crianças, adolescentes e famílias encaminhados à rede de serviços públicos.

Atividades

- Reuniões de articulação com a sociedade civil e poder público;
- Negociação com instituições governamentais;
- Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial com atendimento especializado

no CREAS Territorial.
Metas
▪ Enfrentar a violência, abuso e exploração sexual contra 80% de crianças e adolescentes; ▪ Promover orientação e apoio especializado a 80% de crianças, adolescentes e famílias; ▪ Promover orientação e acompanhamento a 80% de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
Orçamento
Implantação e manutenção: R\$ 460.000,00 por ano
Projeto 3: Construção de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)
Justificativa
A promulgação da Constituição Federal em 1988 possibilitou que a assistência social, enquanto política pública, estivesse ao lado da saúde e da previdência social, compondo o sistema brasileiro de seguridade social. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social foi ordenada política pública garantidora de direitos da cidadania. A partir de 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi implantado em todo o país, efetivando assim a assistência social como política pública de Estado, trazendo um novo modelo de gestão e forma de financiamento da assistência social. Assim, é firmado um novo pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional. O SUAS estabelece a proteção social: básica, cujo caráter é preventivo; e a especial, que age quando ocorre violação de direitos. No âmbito da proteção básica, as ações da política pública de assistência social são disponibilizadas através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), também conhecido como Casa das Famílias, equipamento social público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território. Atualmente, no Território Bacia do Jacuípe percebe-se a necessidade de ampliar a parceria entre as esferas de governo, de modo a captar recursos da União e do Estado para a construção dos CRAS nos 14 municípios do Território, tendo em vista a dificuldade dos municípios em arcar com esta despesa. Além disso, há que se destacar que os municípios do Território têm encontrado dificuldade em localizar imóveis que possam ser alugados, dentro das especificações sugeridas pelo MDS, nos locais de grande vulnerabilidade social existentes nos municípios. Diante disso, faz-se necessário o investimento conjunto das esferas governamentais na construção de CRAS nos 14 municípios do território Bacia do Jacuípe, seguindo o modelo básico disponibilizado pelo MDS.
Objetivo Geral
Construir Centros de Referência da Assistência Social nos quatorze municípios do Território Bacia do Jacuípe contribuindo para a qualificação do atendimento na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.
Objetivos Específicos
▪ Garantir a estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;

▪ Garantir a estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; ▪ Garantir a estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
Estratégias
Manter uma sistemática de articulação com os Conselhos Tutelares, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Assistência Social e com os órgãos da Política Pública de Assistência Social.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de Parcerias: ▪ Secretarias de Assistência Social; ▪ Secretarias de Saúde; ▪ Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; ▪ Prefeituras Municipais; ▪ Organizações da sociedade civil; ▪ Conselhos de Saúde; ▪ Conselhos de Assistência Social; ▪ Conselhos Tutelares; ▪ Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
Resultados Esperados
▪ Estrutura adequada ao funcionamento dos serviços de serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; ▪ Estrutura adequada ao funcionamento dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; ▪ Estrutura adequada ao funcionamento dos serviços de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
Atividades
▪ Reuniões de articulação com a sociedade civil e poder público; ▪ Negociação com instituições governamentais; ▪ Construção do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em quatorze municípios do Território Bacia do Jacuípe.
Metas
▪ Garantir em 100% estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; ▪ Garantir em 100% estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; ▪ Garantir em 100% estrutura adequada para o funcionamento dos serviços de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
Orçamento
R\$ 460.000,00 anuais

Projeto 4: Inclusão Produtiva	
Justificativa	
Em toda região semiárida os índices pluviométricos variam entre 600 a 800 mm anuais, exceto nos períodos de seca prolongada quando esses índices podem chegar a 400 mm. Além disso, há o problema da irregularidade das chuvas, concentrando-se em alguns períodos do ano. Apesar dessa escassez, é possível empreender medidas que permitam a captação e armazenamento da água das chuvas para a produção de alimentos em pequenas quantidades, atingindo o suficiente para a geração de renda complementar às famílias, através de pequenos pomares com plantio de plantas frutíferas e hortaliças. Além disso, há tecnologias agroecológicas simplificadas e apropriadas para a utilização da água servida, utilizando-a na produção de alimentos. Há, no conjunto do Território, 35.698 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, carecendo de ações afirmativas que permitam a sua inclusão produtiva ao nível familiar, da comunidade e da sociedade.	
Objetivo Geral	
Possibilitar a inclusão produtiva de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Território.	
Objetivos Específicos	
▪ Capacitar as famílias para a produção de alimentos a partir de tecnologias agroecológicas simplificadas; ▪ Possibilitar a captação e armazenamento de água através da construção de cisternas, tanques, barreiros e pequenas barragens.	
Estratégias	
Sensibilizar as famílias para a sua integração em atividades de produção de alimentos.	
Arranjo Institucional	
Estabelecimento de parcerias: ▪ SDT-SAF/MDA; ▪ CAR/SEDIR; ▪ UAF/SEAGRI; ▪ SEDES; ▪ Prefeituras Municipais ▪ ONGs.	
Resultados Esperados	
▪ Famílias beneficiárias do PBF participando ativamente de atividades de produção de alimentos; ▪ Renda familiar aumentada; ▪ Oferta de alimentos melhorada no Território; ▪ Nível alimentar e nutricional das famílias melhorado.	
Atividades	
▪ Reuniões preparatórias; ▪ Cursos de capacitação das famílias;	

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Negociação com instituições públicas;▪ Adoção de medidas para a captação e armazenamento de água;▪ Realização de pequenos pomares familiares voltados para a produção de alimentos. |
|---|

Metas

Atendimento a 10% das famílias por ano.

Orçamento

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Captação e armazenamento de água: R\$ 1.071.000,00 anuais;▪ Capacitação e assistência técnica: R\$ 294.000,00 anuais. |
|--|

PROGRAMA 6: SAÚDE

Contextualização

Apesar dos avanços dos últimos anos, os serviços de saúde no Brasil ainda são demasiadamente precários, com maior gravidade para as regiões mais pobres, onde a grande maioria da população não dispõe de meios para custear planos de saúde, dependendo, exclusivamente, do atendimento público.

No Território Bacia do Jacuípe, o atendimento básico está estabelecido em todos os Municípios com os serviços de baixa complexidade oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. Há, no conjunto do Território, 114 Unidades de Saúde Pública – incluindo três pequenos hospitais regionais – e 28 particulares; 216 leitos hospitalares em unidades públicas (1 leito para cada grupo de 1.075 pessoas) 159 leitos em unidades particulares.

Em muitos municípios não há médicos residentes, obrigando o deslocamento de pacientes para outras localidades em casos emergenciais, além da ausência de serviços de média e alta complexidade.

Apesar das necessidades e das demandas, estabeleceram-se quatro prioridades: Programa Saúde da Família, Atendimento Emergencial, ampliação dos Hospitais Regionais e Programa Fitoterápico, que possam contribuir para melhorar as condições de saúde da população.

Projeto 1: Programa Saúde da Família

Justificativa

O Programa Saúde da Família (PSF) cumpre importante função no atendimento às famílias ao permitir o atendimento básico e o controle das famílias atendidas. Podem, no PSF, os profissionais de saúde estabelecer relações com a população atendida que ultrapassam os níveis do “médico-cliente”, possibilitando um controle mais efetivo das doenças e aumentando as possibilidades de cura.

Registra-se, no entanto, a necessidade de uma maior articulação entre os médicos/enfermeiros e os Agentes Comunitários de Saúde, podendo assim, esses auxiliares, exercer um efetivo acompanhamento às famílias atendidas.

Objetivo Geral

Melhorar o atendimento básico à saúde da população.

Objetivos Específicos

- Aumentar os serviços de atendimento através do PSF;
- Melhorar a eficiência dos serviços através de maior articulação com os Agentes Comunitários de Saúde.

Estratégias

Articular os segmentos diretamente envolvidos e interessados: Secretarias Municipais de Saúde, Associação/representação dos Agentes Comunitários de Saúde e representantes da sociedade civil.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- SESAB/Ministério da Saúde;
- Secretarias Municipais de Saúde.

Resultados Esperados
- Serviços básicos de atendimento à população ampliados e melhorados; - Níveis de saúde da população melhorados.
Atividades
- Reuniões com os coordenadores e secretários municipais de saúde; - Negociação com a SESAB; - Implantação de novos postos do PSF.
Metas
Aumentar em 100% o número de Postos de Atendimento do PSF.
Orçamento
- Implantação: R\$ 3.500.000,00; - Manutenção: R\$ 5.040.000,00 anuais.
Projeto 2: Ampliação da Capacidade Hospitalar
Justificativa
A quantidade de leitos hospitalares no Território está muito aquém da média aceitável, mais de mil pessoas para um leito em centros públicos. Além disso, não há atendimento para os casos de média complexidade, apenas os casos de cirurgias simples e partos são realizados. Nos casos mais complexos ou mais graves, os pacientes são transportados para Feira de Santana e Salvador, o que gera muitas desvantagens: os serviços são caros para os municípios que se obrigam a transportar os pacientes; o Hospital Clériston Andrade em Feira de Santana, o Hospital Geral do Estado e o Hospital Roberto Santos, na capital, estão sempre superlotados, resultando um serviço de baixa qualidade; e, por último, o fato de os pacientes ficarem longe dos seus familiares acaba dificultando a recuperação. Justo e necessário, portanto, que se obtenha a ampliação dos hospitais existentes em Riachão do Jacuípe, Ipirá e Mairi, com a introdução de serviços de média complexidade, para atender à população do Território.
Objetivo Geral
Melhorar o atendimento para a população dos municípios do Território.
Objetivos Específicos
- Ampliar o número de leitos hospitalares no Território; - Implantar serviços de média complexidade para o atendimento à população; - Reduzir os gastos com o deslocamento de pacientes para os grandes centros.
Estratégias
Articulação de todos os prefeitos para estabelecer um diálogo com o governo do Estado, envolvendo os deputados estaduais e federais.
Arranjo Institucional
Parcerias a serem estabelecidas: - Prefeituras Municipais; - SESAB; - Ministério da Saúde.
Resultados Esperados
Atendimento hospitalar de média complexidade implantado;

▪ Oferta de leitos hospitalares aumentada; ▪ Atendimento à saúde da população melhorada.
Atividades
▪ Reuniões entre os prefeitos e desses com o governo do Estado; ▪ Ampliação das instalações físicas e dos equipamentos; ▪ Implantação de 03 UTIs com 04 leitos em cada.
Metas
▪ Aumentar a oferta de internação hospitalar em 90 leitos; ▪ Implantar 03 UTIs com 04 leitos em cada.
Orçamento
▪ Instalações físicas: R\$ 600.000,00; ▪ Equipamentos: R\$ 600.000,00; ▪ Manutenção: 900.000,00 anuais.
Projeto 3: Atendimento Emergencial: SAMU Territorial
Justificativa
Muitas vidas se perdem pela inexistência do socorro no momento certo. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), implantado pelo governo federal e presente em 1.273 Municípios brasileiros, tem se revelado um programa exitoso pela sua eficiência nos momentos emergenciais. O programa dispõe de unidades móveis, compostas por equipamentos necessários ao atendimento do paciente até a unidade hospitalar mais próxima, ou simplesmente com motos para o atendimento mais simples. O programa será implantado mediante a implementação de uma Central Territorial de Regulação de Urgência, em local estratégico a ser definido pelo CODES, de modo a atender às demandas de todos os municípios do Território. Para a implantação e funcionamento da Central de Regulação, os municípios contribuirão de forma equitativa, conforme a população municipal, construindo assim as condições de sustentabilidade funcional.
Objetivo Geral
Implantar serviços de atendimento móvel de urgência para a população.
Objetivos Específicos
▪ Evitar que vidas sejam perdidas pela falta de atendimento emergencial; ▪ Melhorar o atendimento à saúde para a população.
Estratégias
Organização dos municípios em consórcios para facilitar o funcionamento e administração do projeto.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ Ministério da Saúde; ▪ SESAB; ▪ Prefeituras Municipais.
Resultados Esperados
▪ Serviço de atendimento móvel de urgência implantado e em funcionamento;

- Municípios organizados em consórcios para garantir a funcionalidade do serviço;
- População atendida nos casos emergenciais.

Atividades

- Instituição de consórcios municipais;
- Implantação da Central de Regulação;
- Aquisição e manutenção de veículos apropriados.

Metas

- Implantação de 01 Central de Regulação de Urgência;
- Aquisição de 07 unidades móveis.

Orçamento

O projeto será plenamente implementado num período de 03 anos:

- Implantação da Central de Regulação: R\$ 120.000,00;
- Aquisição dos veículos devidamente equipados: R\$ 1.120.000,00;
- Manutenção do serviço: R\$ 125.000,00 anuais.

Projeto 4: Medicina Natural

Justificativa

A fitoterapia é milenar em países do Oriente, cujo conhecimento sobre suas utilidades e utilizações é repassado de gerações para gerações. Entre nós, o uso de plantas medicinais na cura de muitos tipos de doenças predominava até épocas recentes. A expansão do capitalismo industrial, especialmente a partir da década de 70 do século passado, popularizou a indústria farmacêutica, substituindo muitas formas de tratamento consideradas eficazes por produtos industrializados. Mesmo os segmentos mais conservadores e apegados às tradições, como os camponeses, não resistiram às “modernas” tecnologias laboratoriais. O resultado é que aumentaram significativamente o consumo e a dependência da população frente aos medicamentos industriais.

Ultimamente, entretanto, pesquisadores, em muitos trabalhos realizados, resgataram a importância e a eficiência da fitoterapia no tratamento de muitos tipos de enfermidades, levando o Ministério da Saúde, também, a criar programas específicos com o propósito de estimular o uso de plantas medicinais.

Para a população do semiárido, há ainda a vantagem de dispor da biodiversidade da caatinga, bastante conhecida pelas gerações mais velhas que pode ainda ser resgatada.

Objetivo Geral

Criar meios alternativos para a cura de doenças, a partir da fitoterapia, reduzindo a dependência da população para com os produtos industrializados.

Objetivos Específicos

- Resgatar a prática da utilização das plantas medicinais no tratamento de doenças;
- Capacitar pessoas, nos municípios, para dinamizar a produção e uso das plantas medicinais;
- Estimular a implantação de “farmácias verdes” nas comunidades.

Estratégias

Articulação do GT Territorial de Saúde com os secretários municipais e com as organizações da sociedade civil.

Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ Prefeituras Municipais; ▪ SESAB; ▪ Ministério da Saúde; ▪ SEDES.
Resultados Esperados
▪ Uso de plantas medicinais é resgatado; ▪ Consumo e dependência da população para com os produtos industrializados são reduzidos; ▪ População capacitada produz seus próprios medicamentos fitoterápicos.
Atividades
▪ Formação de Comissões Municipais; ▪ Capacitação sobre a produção e uso de plantas medicinais; ▪ Elaboração de uma cartilha educativa.
Metas
▪ 50% da população com acesso às informações sobre o uso de plantas medicinais; ▪ 30 pessoas capacitadas, por município, para a produção e uso de plantas medicinais; ▪ 02 Oficinas territoriais realizadas, por ano, para intercâmbio e monitoramento do processo de trabalho; ▪ 10 “farmácias verdes” são implantadas, por ano, por município, nas próprias comunidades.
Orçamento
▪ Cursos de capacitação/Oficinas de Monitoramento: R\$ 50.000,00 anuais; ▪ Elaboração e publicação de cartilha educativa: 70.000 exemplares – R\$ 70.000,00.
Projeto 5: Centro de Recuperação para Crianças e Adolescentes
Justificativa
Os primeiros registros sobre tratamento terapêutico de dependentes químicos foram realizados no século XIX, apesar de haver relatos de uso abusivo de álcool desde a antiguidade. Estas intervenções terapêuticas devem considerar que o trabalho com os indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA) é composto de grupos heterogêneos e necessitam de tratamentos diferenciados. É importante ressaltar que a dependência química envolve vários aspectos da vida do indivíduo: biológico, psicológico e social. Diante disso, devem ser considerados na abordagem terapêutica todos os aspectos envolvidos. Cabe reforçar que é necessário que os locais de tratamento terapêutico contem com uma equipe de profissionais qualificados a trabalharem com indivíduos usuários de substâncias psicoativas. Estes profissionais precisam ter o conhecimento dos efeitos agudos e crônicos nos indivíduos que fazem uso de drogas, bem como suas formas e padrões mais frequentes de uso, bem como sua prevalência. Diante do quadro da demanda existente no Território Bacia do Jacuípe, onde crianças e adolescentes estão fazendo uso de substâncias psicoativas cada vez mais precocemente, torna-se necessária a implantação e implementação de um Centro Territorial de

Tratamento de Crianças e Adolescentes com dependência química. Esta iniciativa pretende disponibilizar não somente o tratamento terapêutico, mas também oportunizar uma melhoria nas relações familiares e na ressocialização destas crianças e adolescentes (Brasil, 2008). É importante salientar que esta proposta ora apresentada deverá ser realizada diretamente pela Política Pública de Saúde.
Objetivo Geral
Proporcionar acolhimento e tratamento adequado a crianças e a adolescentes com dependência química.
Objetivos Específicos
▪ Acolher à criança e ao adolescente em situação de dependência química; ▪ Possibilitar o tratamento da criança e do adolescente com dependência química; ▪ Manter uma relação direta com os familiares das crianças e dos adolescentes acolhidos pelo Centro de Tratamento, contribuindo para o convívio familiar e comunitário; ▪ Encaminhar a criança, o adolescente e seus familiares à rede de serviços públicos.
Estratégias
Manter uma sistemática de articulação com os Conselhos Tutelares, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Assistência Social, Conselho de Saúde, com os órgãos da Política Pública de Assistência Social e de Saúde e com as Polícias Civil e Militar.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de Parcerias: ▪ Secretarias de Assistência Social; ▪ Secretarias de Saúde; ▪ Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; ▪ FUNDAC/SEDES; sociedade civil; ▪ Conselhos de Saúde; ▪ Conselhos de Assistência Social; ▪ Conselhos Tutelares; ▪ Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. ▪ Prefeituras Municipais; ▪ Organizações da Sociedade Civil.
Resultados Esperados
▪ Crianças e adolescentes com dependência química recebendo tratamento adequado; ▪ Crianças e adolescentes em processo de ressocialização; ▪ Crianças, adolescentes e famílias atendidos pela rede de serviços públicos.
Atividades
▪ Reuniões de articulação com a sociedade civil e poder público; ▪ Negociação com instituições governamentais; ▪ Implantação e implementação do Centro Territorial de Tratamento.
Metas
▪ Acolher 80% das crianças e dos adolescentes em situação de dependência química; ▪ Possibilitar o tratamento de 80% de crianças e de adolescentes com dependência

química;

- Manter uma relação direta com 80% dos familiares das crianças e dos adolescentes acolhidos pelo Centro de Tratamento, contribuindo para o convívio familiar e comunitário;
- Encaminhar 100% das crianças, dos adolescentes – acolhidos pelo Centro de Tratamento – e seus familiares à rede de serviços públicos.

Orçamento

- Construção: R\$ 300.000,00;
- Manutenção: R\$ 540.000,00 por ano.

PROGRAMA 7: ESPORTE E LAZER

Contextualização

Nas sociedades modernas, onde o sedentarismo cresce, ganham maior importância as atividades esportivas para todos os segmentos da população, com maior destaque para as crianças e jovens, uma vez que estes terem, por um lado, seus corpos ainda em formação e, por outro, por serem idades de “risco social”. Comprovadamente, as pessoas que praticam esporte com regularidade estão menos vulneráveis a um conjunto de doenças, o que é salutar também para o erário público. Assim, criar oportunidades da prática de esportes, sem fins comerciais, deve ser encarado como política pública.

Leve-se em conta, ainda, a “paixão” do brasileiro em geral pelo esporte, o que facilita bastante a implementação das atividades.

Projeto 1: Esporte para Todos

Justificativa

Além dos benefícios gerados pelas atividades esportivas para os sujeitos que as praticam, elas se constituem, via de regra, em oportunidades de lazer para um número considerável de pessoas, gerando-se outra gama de benefícios, como a convivência e a integração social. Indispensável, para uma vida mais saudável, é a formação de grupos esportivos masculinos e femininos nas várias modalidades (futebol, futebol de salão, vôlei, basquete, corridas de argola etc.), organizando-se torneios municipais e competições territoriais.

Objetivo Geral

Promover atividades esportivas que contribuam para melhorar o padrão de saúde das pessoas e a convivência social.

Objetivos Específicos

- Organizar grupos esportivos nas diversas modalidades nos municípios;
- Contribuir para o desenvolvimento físico, intelectual e social das crianças e dos jovens;
- Promover a integração social, reduzindo-se as situações de risco especialmente entre crianças e jovens.

Estratégias

Instituir o GT Territorial de Esporte e Lazer para, em conjunto com a esfera pública municipal e as organizações da sociedade civil, implementar o projeto.

Arranjo Institucional

Estabelecimento de parcerias:

- Prefeituras Municipais;
- Instituições e grupos esportivos;
- SETRE;
- Ministério do Esporte;
- Organizações da sociedade civil.

Resultados Esperados

- Vida saudável mantida pela prática do esporte e do lazer;
- Recursos públicos para atendimento à saúde poupados;
- Convivência social fortalecida;
- Crianças e jovens em situação de risco integradas socialmente.

Atividades
▪ Reuniões de articulação; ▪ Organização de grupos esportivos masculinos e femininos; ▪ Organização de torneios esportivos nas comunidades e nos municípios; ▪ Organização de torneios esportivos no Território.
Metas
▪ Organizar, por ano, 10 Grupos Esportivos em cada município.
Orçamento
▪ Apoio em materiais esportivos: R\$ 1.400.000,00 anuais.

PROGRAMA 8: SEGURANÇA PÚBLICA

Contextualização

A sociedade brasileira passa por momentos delicados no tocante à formação e na geração de oportunidades para os jovens. Uma parcela significativa acaba por envolver-se em atividades ilícitas, geralmente vinculadas ao tráfico e/ou consumo de drogas, elevando os índices da violência a patamares assustadores. No Estado da Bahia, já se registra o índice de 52 homicídios/ano para cada grupo de 100.000 habitantes, enquadrando-se entre os mais altos do mundo (nas médias em grandes cidades o índice ultrapassa a casa dos 60 homicídios, sendo que em Salvador chega a 69). Não bastasse, há ainda o agravamento de que 82% das vítimas são jovens com menos de 30 anos de idade.

Há outros tipos de violência que também crescem em ritmo acelerado, como os assaltos a mão armada e os roubos, quebrando a harmonia e a convivência social. Em muitos casos, inclusive, os autores são ainda crianças.

As causas da violência têm natureza social, podendo-se indicar vários fatores: a) o fator familiar: a sociedade contemporânea acaba distanciando os pais e mães dos seus filhos, seja por necessidades laborais, seja por questões da rotina diária, reduzindo significativamente a sua influência na formação das crianças e dos adolescentes; b) escolar: o sistema educacional não consegue atender às expectativas das crianças e dos jovens que buscam, em áreas de risco, atividades que consideram úteis para aquele momento de vida; c) governamentais: as políticas públicas não respondem às necessidades de esporte e lazer, de cultura e de emprego, permitindo que o “tempo livre” dos jovens seja dedicado às atividades ilícitas; d) o sistema judiciário: lento e ineficiente, acaba premiando pessoas que transgridem a lei mas têm condições econômicas para custear boa defesa jurídica, constituindo-se num incentivo à marginalidade; e) o sistema policial: arcaico, despreparado e com segmentos comprometidos com a criminalidade, tornando ainda mais difícil o controle e o combate ao crime.

Assim, o problema da violência crescente não pode ser enfrentado apenas pela ótica policial. O programa de Segurança Pública a ser implementada contém dois projetos: um, da responsabilidade da sociedade civil, voltado para a construção da cultura da paz, para a formação das crianças e dos jovens e para o exercício pleno da cidadania; outro, voltado para o exercício policial mais profissional e de qualidade no Território.

Projeto 1: Construindo a Paz

Justificativa

As pessoas precisam entender que a segurança pública não será conquistada sem a ativa e efetiva participação de cada um e de cada uma. É necessário, em cada momento, a busca pela concretude da paz, com ações e atitudes que fortaleçam os valores da pessoa humana, a ética e a cidadania; que se reconstruam os laços afetivos familiares e a convivência social; que se possa demonstrar, para as crianças e jovens, caminhos que conduzam a um futuro de paz para todos.

É um processo de (re) educação que precisa ser desenvolvido no ambiente familiar, na comunidade de base, na escola, nos ambientes de convívio social e para isso, todos os

demais programas deste PTDS precisam se envolver e incorporar o combate à violência como tema transversal em todas as atividades.
Objetivo Geral
Construir um ambiente de paz e de harmonia social
Objetivos Específicos
▪ Conscientizar a população para assumir seu papel na construção da paz; ▪ Reconstruir os valores sociais com vistas à formação da cultura da paz; ▪ Exercer a plena cidadania no tocante à busca de segurança pública.
Estratégias
▪ Formar um GT para, em conjunto com os demais GTs, promover ações voltadas para a cultura da paz e da não violência; ▪ Interagir com as instituições do Território (escolas, igrejas, associações, cooperativas etc.) para que introduzam, em seus programas, atividades voltadas para a formação da cultura da paz e da não violência.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos; ▪ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ▪ Organizações da Sociedade Civil; ▪ Prefeituras Municipais.
Resultados Esperados
▪ População conscientizada da necessidade da sua participação ativa nas ações de combate à violência; ▪ Mudança de comportamento entre as famílias, colocando a atenção aos filhos como prioridade; ▪ Instituições dos municípios inseridas nas ações de formação da cultura da paz e da não violência; ▪ Demais programas discutindo, de forma transversal, ações de combate à violência.
Atividades
▪ Reuniões, oficinas, palestras, cursos; ▪ Transmissão de mensagens em atos religiosos, sociais etc.; ▪ Introdução, nas escolas, da temática da violência como item prioritário.
Metas
▪ 100% das instituições dos municípios discutem as questões da violência e buscam caminhos para a segurança pública.
Orçamento
▪ R\$ 420.000,00 por ano.
Projeto 2: Segurança Pública para Todos
Justificativa
A violência, em suas diversas formas de manifestação, já invade o interior do Estado, inclusive as cidades antes pacatas e a zona rural. O pânico começa a se estabelecer, com influências negativas na vida de cada um e no conjunto social. O Estado não pode eximir-se

da sua responsabilidade de assegurar os meios para o efetivo combate à criminalidade, em suas variadas formas, para garantir a tranquilidade da população. Necessário se faz, portanto, que investimentos sejam buscados para a segurança pública no Território, melhorando as condições da atividade policial, seja com o aumento dos efetivos, dos equipamentos e da qualificação dos quadros.
Objetivo Geral
Assegurar os meios para a garantia da segurança pública da população.
Objetivos Específicos
▪ Melhorar o desempenho do sistema policial no Território, com atividades de qualificação e aumento do efetivo; ▪ Garantir condições adequadas para o bom desempenho policial, com aquisição de novos equipamentos.
Estratégias
Estabelecer, em cada município, um Plano de Metas em Segurança Pública, sob a coordenação do GT de Segurança Pública, mas com a participação direta das instituições locais, inclusive das polícias civil e militar.
Arranjo Institucional
Estabelecimento de parcerias: ▪ Secretaria de Segurança Pública; ▪ Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; ▪ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ▪ Prefeituras Municipais; ▪ Organizações da sociedade civil.
Resultados Esperados
▪ Polícia mais preparada, melhor equipada e mais eficiente; ▪ Redução dos índices de violência no Território.
Atividades
▪ Aumento do efetivo policial nos municípios; ▪ Aquisição de novos equipamentos: viaturas, armamento, instrumentos tecnológicos; ▪ Cursos de capacitação para os prepostos policiais.
Metas
▪ Aumento em 100% do efetivo policial; ▪ Aumento em 100% do número de viaturas; ▪ Aquisição de novos armamentos e instrumentos tecnológicos; ▪ Redução em 10%, a cada ano, dos índices de violência.
Orçamento
▪ Efetivo policial: R\$ 1.092.000,00 anuais; ▪ Viaturas, Equipamentos e Armamentos: R\$ 1.540.000,00; ▪ Qualificação dos policiais: R\$ 120.000,00 anuais.

Considerações Finais

Conforme fora registrado, o presente Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) se constitui no principal instrumento para nortear o planejamento das políticas públicas, a serem implementadas em cada um e no conjunto dos municípios que integram o Território Bacia do Jacuípe; consolidando uma opção administrativa que contempla, além das necessidades imediatas, aquelas de médio e longo prazos, e também incorpora processos metodológicos de participação e compromisso do poder público e da sociedade civil organizada. Permitirá, portanto, que os gestores municipais rompam a tradição de pensar a atuação tendo como limite cronológico o mandato conquistado nas urnas, e possam planejar as ações também de médio e longo prazos, na perspectiva da construção do processo de desenvolvimento sustentável duradouro. Somente assim será possível mudar os rumos da história e trilhar na busca de melhor qualidade de vida para toda a população.

O PTDS é uma produção de responsabilidade do CODES/Bacia do Jacuípe, que reúne o poder público e a sociedade civil. Indispensável, portanto, que cada uma dessas partes venha a se empenhar para a realização das atividades, execução dos projetos e cumprimento das metas. Desta forma é que os objetivos traçados serão contemplados. Aliás, somente com a mobilização da sociedade, criando-se espaços de participação proativa de todos os segmentos, em todas as fases do processo de trabalho – do planejamento à avaliação – tornar-se-á possível a efetivação de um processo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Nessa perspectiva, é indispensável que os setores dos governos municipais (secretarias, diretorias, departamentos etc.), bem como as organizações da sociedade civil, venham a se comprometer com essa nova dimensão impregnada na formulação e implementação das políticas públicas.

Para obter a eficácia é notadamente fundamental que o processo de gestão do PTDS, com mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, seja entendido como um procedimento rotineiro, integrante do próprio processo de administração pública.

Contudo, cabe lembrar que este PTDS deve ser revisto periodicamente, adequando-o à dinâmica da realidade socioeconômica. Valendo salientar ainda, a existência de um indicativo para a primeira revisão ser feita dois anos após, incorporando inclusive os novos dados populacionais, econômicos etc. provenientes do censo demográfico de 2010.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora UFRS, 2003;

CAMPELLO, Lukas et al. **O Perfil Financeiro dos Municípios do Semiárido Baiano: análise do período 2000-2005**. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

CAVALCANTI, Clovis (Org). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Cortez, 1995;

CARVALHO, F. F. de. **Da Esperança à Crise: a experiência das políticas regionais do Nordeste**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2001;

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo, Brasiliense, 1969;

_____. **Geopolítica da Fome**. São Paulo, Brasiliense, 1969;

Comissão Pastoral da Terra. **Espinhoso caminho para a Liberdade: conflitos no campo**. Goiânia, Relatório da 8ª. Assembléia Regional da CPT, 1991;

DUALIBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: Medeiros, Heitor, Sato, Michele (org.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. N.1 (Nov. 2004, p. 120-122);

FEITOSA, Antonio Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável na Região de Paulo Afonso**. In: Bahia, Análise & Dados; semiárido baiano – desafio e perspectivas. Salvador, CEI/SEPLAN, 2008;

GUIMARÃES, Duque. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2004;

HAWKEN, Lovins & Lovins. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**- 13ª Ed. São Paulo: Cultrisc, 2004;

IBAMA /MMA. **Agenda 21**. Brasília, MMA, 2000;

IBGE. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009;

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**; Bahia, nº 15. Rio de Janeiro, 2006;

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2001;

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Ed. Da FURB, 2000;

MAIA, Gerda Nickel: **Caatinga: arvores e arbustos e suas utilidades**, 2004, 413 p.;

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. Vol. 3. São Paulo, Atlas, 2006;

MAJOR, István et al. **Aves da caatinga - Birds of the caatinga**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Associação Caatinga, 2004;

Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos – Resumo Executivo**. Brasília, MMA, 2008;

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Desenvolvimento Territorial no Semiárido baiano: qual a estratégia?** In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

PEDRÃO, Fernando. **Rever o Semiárido**. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

PEREIRA, Sidclay Cordeiro et al. **Plantas Úteis do Nordeste do Brasil**. Recife: Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP), Associação Plantas do Nordeste (APNE), 2003;

SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. Cia. Editora das Letras, São Paulo, 2009;

SAMPAIO, E.V.S.B. et al. (eds.). **Vegetação e Flora da Caatinga** - Contribuição ao Workshop Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade do Bioma Caatinga, em Petrolina, 5/2000. Recife: Associação Plantas do Nordeste (APNE), Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP), 2002;

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semiárido baiano**. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

SEI. Bahia Análise & Dados. **Semiárido Baiano: desafios e perspectivas**. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

_____. **Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2001-2006**. Vol. 6, Salvador, SEI, 2009;

STEINBERGER, M. **Território e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília, Paralelo 15, LGE, 2006;

TEIXEIRA, Elenaldo Celso (Org). **Sociedade Civil na Bahia; o papel político das organizações**. Salvador, EDUFBA, 2008;

Websites:

www.embrapa.br

www.ibge.gov.br

www.mda.gov.br

www.mma.gov.br

www.moc.org.br

www.sema.ba.gov.br

www.seplan.ba.gov.br

www.sei.ba.gov.br

www.diplo.uol.br/2004

www.rprogress.org